



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

SUPLEMENTO AO Nº 116

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 1968

ATA DA 13ª SESSÃO, EM 16 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 17 horas e 45 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
José Ermirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Mello
Júlio Leite
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Armando Storni
Pedro Ludovico
Ney Braga
Milton Menezes
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondim

O PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa Requerimentos relativos a reconstituição de Projetos, que serão lidos pelo 1º Secretário.

SENADO FEDERAL

São lidos e deferidos os seguintes

Requerimento nº 874, de 1968

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 261 do Regimento Interno, solicito de Vossa Excelência a reconstituição do Projeto de Lei do Senado nº 24-61: Dispõe sobre a remoção de funcionários civis da União e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento nº 875, de 1968

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 261 do Regimento Interno, solicito de Vossa Excelência a reconstituição do Projeto de Lei do Senado nº 7-65: Cria o Fundo Nacional de Fomento à extração e plantio de borracha.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há outro Requerimento, de autoria do nobre Senador Dylton Costa, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 876, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, as seguintes informações:

1. Quantos cargos ou funções gratificadas foram criados, depois da vigência do Decreto-lei nº 200-67, para atender aos encargos da Reforma Administrativa, discriminadamente por Ministério;

2. Quantos cargos ou funções gratificadas, no mesmo período, foram extintos em decorrência da Reforma Administrativa;

3. Qual o aumento de despesa mensal decorrente da criação dos cargos ou funções indicados, no item 1 deste Requerimento;

4. Qual a economia ou diminuição de despesa verificada em decorrência da extinção dos cargos ou funções referidos no item 2;

5. Quais os atos já baixados pelo Poder Executivo, desde a vigência do Decreto-lei nº 200-67, para a efetiva implantação da Reforma Administrativa;

6. Quais as medidas porventura adotadas pelo Poder Executivo, que resultaram na sustação da nomeação de candidatos habilitados em concursos públicos;

7. Se houve admissão de candidatos aprovados em concurso público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e em caso afirmativo, quantos, referentes a que concurso, e em que órgãos?

8. Se estão em vigor instruções relativas à admissão de servidores sob o regime da CLT, e, em caso afirmativo, quais, informando-se se existe alguma restrição para a admissão dessa modalidade de servidores.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — *Dylton Costa* — ARENA — SE.

O PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, será despachado pelo Presidente. Há, requerimento de urgência sobre a mesa, de autoria dos Senadores Antônio Carlos e Aurélio Vianna, como Líderes, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 877, de 1968

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968 (nº 316-67, na Casa de origem), que cria, na 8ª Região da Justiça do Trabalho 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1968. — *Antônio Carlos* — *Aurélio Vianna*.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido será votado ao fim da Ordem do Dia, nos termos do Regimento.

Passa-se à Ordem do Dia:

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 234-68 (nº 415-68 na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a indicação do Bacharel Hervandil Fagundes, para exercer o cargo de Juiz Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos

Srs. Funcionários da sala que tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 20 minutos... volta a ser pública às 18 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A sessão volta a ser pública.

Item 2:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei nº 217, de 31 de janeiro de 1966, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do Art. 171, nº III, do Regimento Interno, dependendo de parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do Substitutivo aprovado na sessão anterior.

Sobre a mesa o parecer da Comissão de Redação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Parecer nº 596, de 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Manoel Villaga.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968, (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966 e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — *Lobão da Silveira*, Presidente. — *Manoel Villaga*, Relator. — *Alvaro Maia*. — *Edmundo Levi*.

ANEXO AO PARECER Nº 596, DE 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967,

e o artigo 14 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº J, de 4 de abril de 1966.

Art. 2º Os artigos 17, 18 e 21 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O serviço de vigilância de navios, prestado por pessoal matriculado nos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo, na categoria profissional de "vigilantes portuários" desde que sindicalizado, mediante contrato celebrado pelo armador ou seu preposto, será:

a) obrigatório, na navegação de longo curso e

b) a critério da Comissão da Marinha Mercante, na navegação de Cabotagem.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo, será convencionada pelos contratantes, respeitados os limites de salário-mínimo regional, homologada pela Comissão da Marinha Mercante antes da aprovação pelo Conselho Nacional de Política Salarial.

§ 2º A execução do serviço a que se refere o presente artigo, em sistema de rodízio, obedecerá a normas instituídas pelo Poder Executivo, através da Comissão da Marinha Mercante."

"Art. 18. Os trabalhadores que exercam funções de direção ou chefia, nos serviços de carga e descarga, serão de livre escolha da entidade estivadora, desde que sindicalizadas.

Parágrafo único. O exercício das funções de chefia ou direção, em sistema de rodízio, obedecerá a normas instituídas pelo Poder Executivo, através da Comissão da Marinha Mercante."

"Art. 21. Os trabalhadores de estiva e de capatazia constituirão categoria profissional única, denominada "operador de carga e descarga" e reger-se-ão pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará a partir da data de sua regulamentação pelo Poder Executivo, a qual atenderá às peculiaridades de cada porto e disporá sobre o resguardo dos bens patrimoniais dos atuais Sindicatos, de conformidade com os interesses dos mesmos."

Art. 3º Aplicam-se aos trabalhadores avulsos as disposições das Leis ns. 4.090, de 13 de julho de 1962, e 5.107, de 13 de março de 1966, e suas alterações legais, nos termos da regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, no prazo máximo de noventa (90) dias, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e dos Transportes, com a audiência das categorias profissionais interessadas.

Art. 4º As contribuições previdenciárias e o salário-família devidos aos trabalhadores avulsos poderão ser recebidos pelos Sindicatos de classe respectivos, que se incumbirão de elaborar as folhas correspondentes e de proceder à distribuição e recolhimentos, nos termos da regulamentação que for estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se à discussão da matéria.

Sobre a mesa, emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 1

Na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao parágrafo único do art. 18 do Decreto-lei nº 5, de 1966, onde se lê: "através da Comissão da Marinha Mercante", leia-se: "através do Ministério dos Transportes".

Justificativa

As razões por nós expedidas no tocante à substituição dessa expressão do § 2º do art. 17 do Decreto-lei nº 5, de 1966, aplicam-se no presente caso.

Além disso, cumpre salientar, nenhum prejuízo haverá em se atribuir a competência de baixar as normas relativas ao exercício das funções de chefia ou direção, em sistema de rodízio, ao Ministério dos Transportes, órgão máximo nesse setor. Ao contrário, a alteração proposta só poderá trazer maior tranquilidade à classe interessada e, assim, contribuir para o melhor andamento dos serviços.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1968. — Antonio Carlos.

EMENDA Nº 2

Na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo ao art. 17 do Decreto-lei nº 5, de 1966, altere-se a numeração do § 2º, que passará a ser o § 3º, substituindo-se a expressão "através da Comissão da Marinha Mercante", pela "através do Ministério dos Transportes", e inclua-se mais um parágrafo, que será o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º Na falta de acordo para fixação da remuneração do que trata o parágrafo anterior, esta será fixada, em cada caso, na forma da alínea "a" do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 50, de 13 de novembro de 1966."

Justificativa

O § 1º do art. 17, na redação dada pelo art. 2º do Substitutivo, dispõe que a remuneração do pessoal em tela — "vigias portuários" — "será convencionada pelos contratantes", nos moldes que especifica. Pode ocorrer, entretanto, que não haja acordo. Nesse caso, é indispensável que se fixe a norma a ser seguida. Propomos, assim, a inclusão de um parágrafo, que será o § 2º, mandando aplicar o disposto na alínea "a" do art. 1º da Lei nº 4.858, de 1965, com a redação dada pelo Decreto-lei número 50, de 1966, ou seja, dando competência à Comissão da Marinha Mercante para:

"propor ao Ministro da Viação e Obras Públicas, ouvido o Conselho Nacional de Política Salarial, a fixação das tarifas e salários de remuneração da mão-de-obra dos conferentes e consertadores de carga e descarga, dos vigias portuários e demais categorias de trabalhadores empregados nas operações de carga e descarga, sejam marítimas, fluviais ou lacustres."

A segunda modificação por nós proposta é simples: o § 2º dispõe que a execução do serviço a que se refere o artigo "de vigilância" — obedecerá a normas instituídas pelo Poder Executivo, "através da Comissão da Marinha Mercante". A maioria das classes interessadas, por uma questão de confiança, vem dirigindo apelos aos Senhores Senadores e ao próprio Ministro, no sentido de que essa regulamentação expedida "através do Ministério dos Transportes". Não vemos qualquer inconveniência na alteração, que julgamos justa, uma vez ser o Ministério o órgão do Executivo incumbido da execução, or-

ganização e planejamento governamental do setor dos transportes", nele compreendido todos os serviços portuários a que se refere o projeto.

Sala das Comissões, 16 de julho de 1968. — Antonio Carlos.

EMENDA Nº 3

Art. 3º Aplicam-se aos trabalhadores avulsos as disposições das Leis ns. 4.090, de 13 de julho de 1962, e 5.107, de 13 de março de 1966, e suas respectivas alterações legais, nos termos de regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, dentro do prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da publicação desta lei, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e dos Transportes, com a audiência das categorias profissionais interessadas, através de seus órgãos de representação de âmbito nacional.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto neste artigo, sem que ocorra a publicação da regulamentação no mesmo referida, ficarão assegurados os direitos e vantagens nele constantes a partir do dia imediato ao do término do prazo. — Aurélio Vianna.

EMENDA Nº 4

Art. 4º As contribuições previdenciárias e o salário-família devido aos trabalhadores avulsos serão recebidos pelos Sindicatos de classes respectivas, que se incumbirão de elaborar as folhas correspondentes e de proceder à distribuição e recolhimentos, nos termos da regulamentação que for estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. — Aurélio Vianna.

EMENDA Nº 5

Art. 17. O serviço de vigilância em navios, nas operações de carga e descarga das mercadorias, por vigias portuários matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo e de preferência sindicalizados será:

a) obrigatório, na navegação de longo curso; e

b) a critério da Comissão da Marinha Mercante, na navegação de cabotagem.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo, será fixada pela Comissão da Marinha Mercante, com prévia audiência do Conselho Nacional de Política Salarial.

§ 2º A execução dos serviços, em sistema de rodízio, obedecerá às normas instituídas pelo Poder Executivo, através da Comissão da Marinha Mercante. — Aurélio Vianna.

EMENDA Nº 6

Art. 21

Os trabalhadores de estiva e de capatazia constituirão categoria profissional única, denominada "operador de carga, descarga, entrega e recebimento de mercadorias" e reger-se-ão pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho.

Justificativa

Como o serviço de carga e descarga tem conexão com o recebimento e entrega de mercadorias nos Armazéns, justifica-se a inclusão da expressão "entrega e recebimento de mercadorias", já que esta movimentação, ao longo dos anos, vem sendo feita pelos armadores (trabalhadores em capatazia), conforme estabelece o Art. 285, da Consolidação das Leis do Trabalho, inciso III.

Deve-se ressaltar, ainda, que a maioria das cargas movimentadas nos Portos necessita de armazenamento, o que justifica, plenamente a subemenda ora apresentada.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1968. — Aurélio Vianna.

EMENDA Nº 7

Art. ... O art. 18 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. A escalação dos trabalhadores de estiva para as funções de contra-mestre geral de turno obedecerá ao rodízio instituído por lei e será efetuado pelos Sindicatos de Trabalhadores e fiscalizado pelos Conselhos Regionais de Trabalho Marítimo de cada porto.

Justificativa: da Tribuna

Sala das Sessões, 10 de julho de 1968. — Mário Martins.

EMENDA Nº 8

Art. ... Ficam estabelecidos os parágrafos 1º e 2º do art. 266 da C. I. T. introduzidos pela Lei número 2.872, de 18 de setembro de 1956.

Justificativa

Será dada da Tribuna.

Sala das Sessões, 10 de julho de 1968. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão o substitutivo com as Emendas.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa)

Está encerrada a discussão.

Vai a matéria às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças, para que se pronunciem sobre as emendas, devendo voltar à Ordem do Dia na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 3:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79-68 (nº 1.309-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a extirpação de órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, III, do Regimento Interno), dependendo de parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do substitutivo aprovado na sessão anterior.

Sobre a mesa, o Parecer da Comissão de Redação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Parecer nº 597, de 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1968 (nº 1.309-68), na Casa de origem).

Relator: Senador Manoel Villaga

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1968 (número 1.309-68, na Casa de origem), que dispõe sobre a extirpação de órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — Antonio Carlos, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Edmundo Leal

ANEXO PARECER Nº 597, DE 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1968 (nº 1.309-68, na Casa de origem.)

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A disposição gratuita de uma ou várias partes do corpo, "post mor-

tem", para fins terapêuticos é permitida na forma desta lei.

Art. 2.º A retirada para os fins a que se refere o artigo anterior deverá ser precedida da prova incontestável da morte.

§ 1.º A verificação do óbito deverá ser feita pelos métodos científicos atualizados, sempre precedida de comprovação da ausência de atividade cerebral, demonstrada pelo traçado absolutamente linear de eletroencefalograma, e ausência de batimentos cardíacos por mais de cinco minutos.

§ 2.º O atestado de óbito será substituído por três médicos, sendo um clínico, um cardiologista e um neurologista, que não pertença à equipe que irá proceder à dupla operação de retirada e enxerto.

§ 3.º Em caso de aproveitamento de olhos ou outros órgãos do cadáver que dispensam a retirada imediata, bastará o atestado de óbito firmado por um médico.

Art. 3.º A permissão para o aproveitamento, referida no artigo 1.º efetivar-se-á mediante a satisfação de uma das seguintes condições:

I — por manifestação expressa da vontade do disponente;

II — pela manifestação de vontade, através de instrumento público, quando se tratar de disponentes relativamente incapazes e de analfabetos;

III — pela autorização escrita, do cônjuge, não separado, e sucessivamente, de descendentes, ascendentes e colaterais ou das corporações religiosas ou civis responsáveis pelo destino dos despojos;

IV — na falta de responsáveis pelo cadáver, a retirada somente poderá ser feita com a autorização do Diretor da Instituição onde ocorrer o óbito, sendo ainda necessária esta autorização nas condições dos itens anteriores.

Art. 4.º A retirada e o transplante de tecidos, órgãos e partes do cadáver somente poderão ser realizados por médico de capacidade técnica comprovada, em instituições públicas ou particulares, reconhecidas idôneas e autorizadas pelos órgãos públicos competentes.

Parágrafo único. O transplante somente será realizado se o paciente não tiver possibilidade alguma de melhorar através do tratamento médico ou outra ação cirúrgica.

Art. 5.º Os Diretores de Instituições Universitárias e dos Hospitais devem comunicar ao Diretor da Saúde Pública quais as pessoas que fizeram disposições, para "post mortem", de seus tecidos ou órgãos, com destino a transplante, e o nome das instituições ou pessoas contempladas.

Art. 6.º Feita a retirada, o cadáver será condignamente recomposto e entregue aos responsáveis para o sepultamento.

Art. 7.º Não havendo compatibilidade, a destinação a determinada pessoa poderá, a critério do médico chefe da Instituição, e mediante prévia doação ou autorização de quem de direito, ser transferida para outro receptor, em que se verifique aquela condição.

Art. 8.º Os Diretores das instituições hospitalares ou institutos universitários onde se realizem as retiradas de órgãos ou tecidos de cadáver com finalidade terapêutica remeterão ao fim de cada ano, ao Departamento Nacional de Saúde Pública, os relatórios dos atos cirúrgicos relativos a essas retiradas, bem como os resultados dessas operações.

Art. 9.º A retirada de partes do cadáver, sujeito por força de lei à necropsia ou à verificação diagnóstica causa mortis, deverá ser autorizada pelo médico legista e citada no relatório da necropsia ou da verificação diagnóstica.

Art. 10.º É permitido à pessoa maior e capaz dispor de órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins humanitários e terapêuticos.

§ 1.º A autorização do disponente deverá especificar o tecido, ou órgão, ou a parte objeto da retirada.

§ 2.º Só é possível a retirada, a que se refere este artigo, quando se tratar de órgãos duplos ou tecidos, vísceras ou partes e desde que não implique em prejuízo ou mutilação grave para o disponente e correspondente a necessidade terapêutica, comprovadamente indispensável, para o paciente receptor.

§ 3.º A infração ao disposto neste artigo será punida com a pena prevista no artigo 211 do Código Penal.

Art. 11.º A infração ao disposto nos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º desta lei será punida com a pena de detenção de um a três anos, sem prejuízo de outras sanções que no caso couberem.

Art. 12.º As intervenções disciplinares por esta lei não serão efetivadas se houver suspeita de ser o doador vítima de crime.

Art. 13.º As despesas com as retiradas e transplantes serão disciplinadas na forma determinada pela regulamentação desta Lei.

Art. 14.º O Departamento Nacional de Saúde Pública será o órgão fiscalizador da execução desta Lei.

Art. 15.º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 16.º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963, e demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Discussão do Substitutivo, em turno suplementar. Em discussão.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o exemplar que me foi distribuído não contém o texto integral da Redação do vencido. Está repetida uma folha, com os mesmos artigos, 1.º a 3.º. Eu pediria a V. Exa. providências neste sentido.

Além do mais, quando o nobre Senador Manoel Villaga dava o seu parecer, pela Comissão de Saúde, pedi a S. Exa. que fizesse substituir, em texto de emenda minha, a expressão "doador" pela expressão "disponente", de acordo com o Substitutivo que havia sido aprovado, do Senador Carvalho Pinto.

De modo que pergunto a V. Exa. se devo fazer uma emenda nesse sentido ou se posso recomendar à Comissão de Redação que, na Redação Final, faça esta emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Respondo à questão de ordem do Senador Aloysio de Carvalho, consulto o Senador Manoel Villaga se foi feita a recomendação, de forma que a Comissão de Redação possa, no final fazer a modificação requerida pelo Senador Aloysio de Carvalho. (Pausa)

De maneira que, Senador, quanto à primeira parte será recomendada à Comissão de Redação para fazer a modificação.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Verifico, Sr. Presidente, que a emenda de minha autoria mandando que a infração de determinado artigo fosse punida com a sanção prevista no Art. 311, do Código Penal, não está aqui com o § 3.º do Art. 10, mas se refere a outra matéria.

A emenda manda punir, na conformidade do Código Penal, o crime de mutilação ou subtração de cadáver, quando realizada a operação do

transplante, o cadáver não foi condignamente recomposto. E esta é obrigação para os médicos que realizam o transplante, de fazer a recomposição condigna e de entregar o cadáver aos responsáveis para sepultamento está configurado sob o art. 6.º do substitutivo.

De modo que a parte que constitui, na redação do vencido, o § 3.º ao art. 10, deve passar a parágrafo único do art. 6.º.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Penso que a Comissão de Redação, observada a comunicação que V. Exa. acaba de fazer, poderá dar solução à questão de ordem por V. Exa. levantada.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Agradecido a V. Exa. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Continua a discussão (Pausa) — Não havendo quem deseje discutir a matéria, dou como encerrada a discussão.

Encerra a discussão sem emendas. O substitutivo será dado como aprovado, nos termos do art. 275, § 5.º, do Regulamento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar seu estudo, na Câmara designo o nobre Senador Manoel Villaga, Relator da proposição.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — No início da sessão foi lido requerimento de autoria dos Srs. Líderes Antônio Carlos e Aurélio Vianna, solicitando urgência, nos termos do art. 326, V-b, do Regulamento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 87, de 1968, que cria na VIII Região da Justiça do Trabalho, nove Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em consequência passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968, que cria, na VIII Região da Justiça do Trabalho, nove Juntas de Conciliação e Julgamento, dependendo de parecer das Comissões de Legislação Social e de Finanças. (Pausa)

Sobre a mesa parecer que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

Parecer nº 598, de 1968

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968 (nº 316 D-67 na Câmara), que cria na 8ª Região da Justiça do Trabalho, 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento. Relator: José Leite

Relator Sr. José Leite

O presente projeto, originário do Tribunal Superior do Trabalho, cria, na 8ª Região da Justiça do Trabalho (Pará, Amazonas e Macapá, Território do Amapá), nove (9) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede, na forma especificada, em Belém, Castanhal, Breves e Abaeté do Tocantins, no Estado do Pará em Manaus e Itacatiara, no Estado do Amazonas, em Rio Branco, Estado do Acre, e em Macapá, Território Federal do Amapá.

O artigo 2.º trata da questão das jurisdições das Juntas, alterando a situação e estendendo a jurisdição de algumas das já existentes.

Pelo artigo 3.º são criadas (9) nove Juntas de Trabalho Presidente de Junta e pelo art. 4.º, dez (10) funções de vogal, com um Substituto para cada.

O art. 5.º extingue funções de Substituto do Juiz do Trabalho Presidente de Junta e cria dez (10) cargos

de Juiz do Trabalho Substituto destinados a suprir os impedimentos de qualquer natureza dos juizes do Trabalho Presidentes das Juntas em toda a Região.

Os demais artigos tratam de certas equiparações e da criação (art. 9.º), no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, dos cargos constantes da Tabela anexa, julgados indispensáveis ao funcionamento das Juntas sendo, pelo art. 10, autorizada a abertura do crédito especial necessário às despesas decorrentes da Lei.

2. O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sua Exposição, anexa ao processado, deixou bem claro a necessidade da criação das Juntas de Conciliação e Julgamento, bem como da adoção das demais medidas sugeridas, face ao imenso acúmulo de causas trabalhistas naquela Região, muito acima das possibilidades de bom atendimento de cada Junta.

3. No que compete a esta Comissão examinar, nada há que possa ser arguido contra o projeto. Ao contrário, todas as medidas capazes de propiciar a melhoria dos serviços da Justiça do Trabalho, dentro dos princípios de celeridade preponderantes na sua criação, só pode merecer nosso integral apoio.

4. Cumpre, no entanto, esclarecer que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, conforme se depreende da leitura do parecer do Relator, levantou alguns aspectos, de ordem constitucional, que deveriam ser corrigidos, quais o do provimento dos cargos por "concurso de provas ou de provas e títulos" (art. 95, § 1.º do art. 106) e o da abertura de crédito especial, matéria cuja iniciativa é da competência do Presidente da República (art. 60, item I e 67 da Constituição).

O Substitutivo apresentado, bem como a redação aprovada pelo Plenário daquela Casa, no entanto, por equívoco evidente, manteve os referidos pontos, como se verifica da leitura do § 1.º do art. 5.º e do art. 10 e seu parágrafo único.

5. Com o objetivo, portanto, de colocar a matéria em seus devidos termos, opinamos pela aprovação do projeto, com as alterações à matéria em seus devidos termos, opinamos pela aprovação do projeto, com as alterações sugeridas nas seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 — CLS

No § 1.º do art. 5.º, onde se lê "... aprovadas por concurso público de provas e títulos, ou apenas concurso de títulos ..." leia-se: "aprovadas por concurso público de provas, ou provas e títulos ..."

EMENDA Nº 2-CLS

No § 1.º do art. 5.º, onde se lê: "... concurso público de títulos e provas, ou apenas provas ..." leia-se: "... concurso público de provas, ou de provas e títulos ..."

EMENDA Nº 3 — CLS

Art. 10. Para atender às despesas de qualquer natureza, inclusive de pessoal decorrentes de instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento ou criadas e dos demais serviços auxiliares, o Poder Executivo incluirá os necessários recursos em dotação própria da Proposta Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1969.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1968. — *Petrônio Portela*, Presidente — *José Leite*, Relator — *Mello Braga* — *Isaías Marinho*.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O parecer que acaba de ser lido é favorável ao projeto e as emendas de 1 a 3, CLS, que oferece.

Solicito o parecer da Comissão de Finanças, cujo Relator é o nobre Senador José Leite.

O SR. JOSÉ LEITE:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o projeto decorre de Mensagem do Superior Tribunal do Trabalho, pedindo a criação das nove Juntas de Conciliação e Julgamento nas regiões que especifica.

O Presidente da 8ª Região do Trabalho justificou, na sua Exposição de Motivos, a necessidade da criação dessas juntas.

No projeto, estão criados os cargos necessários ao funcionamento das mesmas, não só os cargos de juízes como de suplentes vogais de suplentes e os cargos administrativos.

No que se refere à Comissão de Finanças, esta reconhece que realmente, há criação de despesas, mas o projeto prevê que as verbas necessárias para a abertura dessas despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os anos seguintes, a começar de 1969.

Desta forma, a Comissão de Finanças acompanha o parecer da Comissão de Legislação Social. É favorável à aprovação do projeto, com as emendas apresentadas na Comissão de Legislação Social. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão o projeto com as emendas.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com relação ao projeto, recebi o avulso e com ele estou inteiramente de acordo.

Trata-se de preescher as necessidades, na Região Amazônica, sobretudo, no Estado do Pará, Amazonas e Território do Amapá.

No que se refere às emendas desconheço...

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vou mandar o avulso a V. Exª.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão o projeto com as emendas.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, através da remessa das emendas, pude delas tomar conhecimento e verifiquei então, que todas elas se referem ao projeto. Não há nada extemporâneo. Assim, estou de acordo, plenamente, com o parecer do ilustre relator.

(Gilberto Marinho) — Continua em discussão o projeto das emendas. Se não houver quem queira discutir, encerrarei a discussão. (Pausa.) Está encerrada.

Passa-se à votação do projeto sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 1968

(Nº 316-D-67, na origem)

Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na 3ª Região da Justiça do Trabalho (Pará, Amazonas e Macapá, Território do Amapá), mais 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo a 4ª e a 5ª com sede em Belém, 1 (uma) em Castanhal, 1 (uma) na Cidade de Breves, 1 (uma) na Cidade de Abaeté do Tocantins, todas no Estado do Pará; a 3ª com sede em Manaus, 1 (uma) em Itacatiara, no Estado do Amazonas; 1 (uma) na Cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre; e 1 (uma) em Macapá, no Território Federal do Amapá.

Art. 2º A jurisdição da Junta de Castanhal estende-se ao território desse Município e dos de Vigia, Marapim, Igarapé-Açu, Santa Isabel do Pará, Curuçá e Maracanã, ficando os 4 (quatro) últimos excluídos da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Capanema, a que se refere o art. 4º da Lei nº 4.038, de 12 de julho de 1962; a de Breves, às Comarcas de Breves, Afuá, Gurupá, Chaves e Muaná; a de Abaeté do Tocantins, às Comarcas de Igarapé-Mirim, Cametá, Baião e Tucuruí; a de Itacatiara, aos Municípios de Nova Olinda, Borba, Autazes e Silves, ficando os dois últimos excluídos da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins, a que se refere o art. 7º da Lei nº 4.038, de 12 de julho de 1962.

§ 1º A jurisdição da 4ª e 5ª, de Belém, ressalvada a jurisdição da 3ª Junta de Belém, a Comarca de Soure, e a da 3ª Junta de Manaus são as mesmas das atuais Juntas existentes nas respectivas cidades.

§ 2º A jurisdição da Junta de Rio Branco será circunscrita ao território desse Município.

§ 3º A jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá estende-se às Comarcas de Macapá, Mazagão e Amapá.

Julgamento de Macapá e o Território do Amapá passam a integrar a Justiça do Trabalho da 8ª Região, ficando sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

§ 4º A Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá e o Território do Amapá passam a integrar a Justiça do Trabalho da 8ª Região, ficando sob a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

§ 5º Fica estendida a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Capanema aos Municípios de Magalhães Barata, Primavera e Vizeu.

Art. 3º Ficam criados 9 (nove) cargos de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento da 8ª Região, os quais serão preenchidos por nomeação dos candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação.

Art. 4º Ficam, também, criadas 18 (dezoito) funções de Vogal para as Juntas criadas por esta Lei, sendo 9 (nove) para representantes de empregadores e 9 (nove) para representantes de empregados.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 5º Ficam extintas as funções de suplentes de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento da 8ª Região e criados 10 (dez) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, destinados, por designação do Presidente do Tribunal, a suprir os impedimentos de qualquer natureza dos Juizes do Tra-

balho Presidentes de Juntas, em toda a Região.

§ 1º Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por nomeação dos candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos, ou apenas concurso de títulos, observada a ordem de classificação.

§ 2º Os atuais suplentes continuarão no desempenho de suas funções até a posse do Juiz do Trabalho Substituto.

§ 3º Até a nomeação dos candidatos classificados em concurso público de títulos e provas, ou apenas de provas, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região poderá contratar pessoal indispensável ao funcionamento das Juntas ora criadas, conforme o disposto no artigo 104 da Constituição do Brasil.

Art. 6º Os mandatos dos Vogais das Juntas ora criadas terminarão simultaneamente com os das Juntas em funcionamento na 8ª Região da Justiça do Trabalho.

Art. 7º Ficam equiparados, com a elevação de 1 (um) padrão, ao único Avaliador símbolo PJ-7 existente no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região os atuais Oficiais, de Justiça PJ-8, os quais, além de suas atribuições específicas, terão a incumbência de proceder à avaliação que lhes couber por distribuição, mediante laudo junto com o mesmo auto de citação, penhora e depósito.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 10

Número de Cargos	Especificação	Símbolos
I — Cargos em Comissão		
1	Assessor do Diretor de Secretaria	PJ-2
1	Chefe da Guarda Judiciária	PJ-5
II — Cargos Isolados de Provimento Efetivo		
3	Chefe de Secretaria	PJ-1
6	Chefe de Secretaria	PJ-2
1	Assessor Econômico	PJ-2
1	Distribuidor (Manaus)	PJ-3
9	Oficiais de Justiça Avaliadores	PJ-6
1	Motocrista-Mecânico	PJ-7
9	Porteiros de Auditório	PJ-8
2	Motocristas	PJ-9
9	Guardas Judiciários	PJ-12
15	Auxiliares de Portaria	PJ-12
III — Cargos de Carreira		
9	Oficial Judiciário	PJ-3
9	Oficial Judiciário	PJ-4
9	Auxiliar Judiciário	PJ-6
9	Auxiliar Judiciário	PJ-8
18	Auxiliar Judiciário	PJ-9

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação as emendas, constante do Parecer nº 598, da Comissão de Legislação Social.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Acabe de chegar à mesa a redação final da matéria, que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

§ 1º Os Avaliadores de que trata este artigo exercerão as mesmas atribuições dos Oficiais de Justiça e com eles passarão a denominar-se Oficiais de Justiça Avaliadores.

§ 2º As despesas de transportes serão contadas como custas de execução, arbitradas pelo Juiz e reembolsadas aos serventários encarregados da diligência.

Art. 8º Os cargos isolados de provimento em comissão de Diretor de Serviço do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região passam para o símbolo PJ-1 e os Chefes de Seção, em número de 5 (cinco), passam para o símbolo PJ-2.

Art. 9º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta Lei e no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, os cargos constantes da tabela anexa.

Art. 10. Para atender às despesas pessoais, decorrentes da instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento ora criadas, e dos demais serviços auxiliares, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região — o crédito especial de mil e quatrocentos e noventa e seis cruzeiros novos).

Parágrafo único. O decreto de abertura de crédito indicará a receita Brasil, art. 64, § 1º, letra c).

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

É lido o seguinte:

Parecer nº 599, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968 (nº 316-D-67, na Casa de origem).

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968 (Nº 316-D-67, na Casa de origem), que cria na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento.

Sala das Sessões em 16 de julho de 1968. — Antonio Carlos, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Edmundo Levi. — Alvaro Maia.

ANEXO AO PARECER Nº 599,
DE 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1968 (nº 316-D-57, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1-CLS)

Ao § 1º do art. 5º.
Onde se lê: "... aprovados por concurso público de provas e títulos, ou apenas concurso de títulos ...";
Leia-se: "... aprovados por concurso público de provas, ou de provas e títulos ...".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à emenda nº 2-CLS)

Ao § 3º do art. 5º.
Onde se lê: "... concurso público de títulos e provas, ou apenas de provas ...";
Leia-se: "... concurso público de provas, ou de provas e títulos ...".

EMENDA Nº 3

(Corresponde à emenda nº 3-CLS)

Ao art. 10.
Dê-se a seguinte redação:
"Art. 10. Para atender às despesas de qualquer natureza, inclusive de pessoal, decorrentes da instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento ora criadas, e dos demais serviços auxiliares, o Poder Executivo incluirá os necessários recursos em dotações próprias da Proposta Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1969".

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tratando-se de matéria em regime de urgência especial, passa-se à sua imediata apreciação.

Em discussão a redação.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar usar da palavra, vai encerrar a discussão. (Pausa).
Está encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovada. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa, o estudo das emendas do Senado, designo o nobre Senador José Leite relator na Comissão de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a se realizar, às 19 horas e 15 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 270, do Regimento Interno), tendo

PARECER, sob nº 596, de 1968, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo.

e dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça.

De Projetos do Executivo e de Finanças.

Sobre as emendas apresentadas no turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Marinho). — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 19 horas.

ATA DA 14ª SESSÃO, EM 16
DE JULHO DE 19682ª Sessão Legislativa, da 6ª
Legislatura

- (Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO
MARINHO

As 19 horas e 15 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Achilles Cruz
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
José Ermirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Arnon de Mello
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Péricles Pedro
Armando Giorni
Pedro Ludovico
Ney Braga
Milton Menezes
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 270, do Regimento Interno), tendo

PARECER, sob nº 596, de 1968 da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo e dependendo de pareceres das Comissões da Constituição e Justiça de Projetos do Exe-

cutivo e de Finanças sobre as emendas apresentadas no turno suplementar.

Solicito o Parecer da Comissão de Projetos do Executivo, e de Finanças, nas quais é Relator o Sr. Senador Antônio Carlos.

Tem S. Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Para emitir parecer). — Sr. Presidente, pela ordem. Eu solicitaria a V. Exa. que determinasse o envio dos dois pareceres, da Comissão de Projetos do Executivo e da Comissão de Finanças, sobre as emendas de Plenário. (Pausa).

(Lendo):

Parecer da Comissão da Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-63 na Câmara), que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967 e modifica dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

O presente projeto que revoga o Decreto-lei nº 127, de 1967, e revoga e altera dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências retorna ao exame desta Comissão face a apresentação de várias emendas ao Substitutivo desta Comissão, aprovado em Plenário:

2. — Nas duas emendas por nos apresentadas, de ns. 1 e 2, propomos:

1º) a substituição da expressão — "através da Comissão da Marinha Mercante", — constante dos artigos 17, § 2º, e 18 parágrafo único, do Decreto-lei nº 5 de 1966 conforme a redação que lhes foi dada pelo artigo 2º do Substitutivo — pela expressão — "através do Ministério dos Transportes".

2º) a inclusão de mais um parágrafo, no artigo 17 do Decreto-lei nº 5, de 1966, dispondo que "na falta de acordo para a fixação da remuneração de que trata o parágrafo anterior" — ou seja a dos vigias portuários — "esta será fixada, em cada caso, na forma da alínea 'a' do artigo 1º da Lei nº 4.858 de 26 de novembro de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 50, de 18 de novembro de 1966".

Assim, a Comissão da Marinha Mercante, caso não haja acordo poderá propor ao Ministro dos Transportes a fixação das tarifas e salários de remuneração da mão-de-obra em questão.

O ilustre Senador Aurélio Vianna apresentou, no entanto, a emenda número 5, que dá nova redação ao artigo 17 do Decreto-lei nº 5 de 1966.

A solução preconizada nessa emenda, a nosso ver, é correta. Julgamos, entretanto necessário pequena alteração razão por que apresentamos subemenda. Após ouvirmos as classes interessadas, opinamos pela aprovação da emenda do Senador Aurélio Vianna, nos termos da subemenda, e pela rejeição das por nós apresentadas, uma vez superados os seus objetivos com a aprovação daquela.

3. — A emenda nº 3, de autoria do Senador Aurélio Vianna, modifica a redação dada pelo Substitutivo ao artigo 3º, com a finalidade de:

1º) diminuir o prazo da regulamentação pelo Poder Executivo para sessenta (60) dias;

2º) incluir um parágrafo estabelecendo que, ultrapassado o prazo, sem que ocorra a referida regulamentação, ficando assegurados os direitos e vantagens constantes do artigo a partir do dia imediato ao do término do prazo.

Concordamos com o disposto no parágrafo único e com algumas alterações redacionais no caput do artigo, mas não com a redução do prazo

para sessenta (60) dias; uma vez estarmos seguramente informados ser impossível efetuar-se essa regulamentação em menos de noventa (90) dias e, face a essa razão opinamos pela aprovação da emenda, na forma da subemenda que apresentamos.

4. — Ainda pelo Senador Aurélio Vianna, a emenda nº 4, destina-se ao artigo 4º do Substitutivo, dispondo que as contribuições previdenciárias e o salário-família "podem ser recebidos pelos Sindicatos. Segundo a emenda a expressão passaria a: — "serão", tornando — assim — obrigatório tal recolhimento.

Trata-se, no entanto, de matéria complexa e de difícil equacionamento, merecedora de estudos mais profundos. Fomos procurados por representantes dos interessados que nos asseguraram sobre a possibilidade de, em certos pontos, tal medida, em caráter obrigatório vir a ser prejudicial aos trabalhadores.

Assim, julgamos mais conveniente, uma vez envolver preceito totalmente novo, ainda sem qualquer experiência, seja mantida a expressão "podem ser" e, por essa razão opinamos pela rejeição da emenda.

5. — De iniciativa do Senador Aurélio Vianna, a emenda nº 6, altera a redação do artigo 21 do Decreto-lei nº 5, de 1966 com o objetivo de dar à categoria profissional única criada pelo Decreto-lei nº 5, não a denominação "operador de carga e descarga", mas, sim, a de "operador de carga — descarga — entrega e recebimento de mercadorias".

Essa emenda, Sr. Presidente, visa a atender, principalmente, a uma situação peculiar do Porto do Rio de Janeiro, em que os serviços de capacitação são realizados por aqueles que hoje integram o Sindicato dos Armadores, anteriormente reunidos na chamada "Resistência" do Cais do Porto do Rio de Janeiro.

O nosso parecer é contrário à emenda, pois, amplia, ainda mais, a fusão de categorias profissionais. A criação da nova categoria de "operador de carga e descarga" já é combatida por muitos por envolver a fusão de "muitas" classes de trabalhadores, com dificuldades relativas ao patrimônio dos Sindicatos além de outros aspectos, de difícil solução, não se deve ampliar, ainda mais, essas dificuldades, incluindo no dispositivo legal outras categorias. Além do mais, o serviço de "entrega e recebimento de mercadorias" é diferente do de "carga e descarga", bem como a classificação legal dos trabalhadores.

O eminente Senador Mário Martins apresentou a emenda nº 67, ao art. 18 do Decreto-lei nº 5, de 1966, referente ao exercício das funções de direção ou chefia nos serviços de carga e descarga em sistema de rodízio.

Ainda do Senador Mário Martins é a emenda nº 5, que restabelece os §§ 1º e 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz respeito, também, ao rodízio.

Reexaminamos cautelosamente a matéria, com vistas a uma solução equânime e justa, e ouvimos, inclusive, os representantes classistas e os do Ministério dos Transportes e do Trabalho.

Dessa forma, apresentamos subemenda à emenda nº 7 e rejeitamos a de nº 8, por estar o assunto devidamente tratado na subemenda, que propõe um meio termo satisfatório.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição das emendas nºs 1 — 2 — 4 e 8, e pela aprovação das emendas nºs 5 — 3 — 6 e 7, na forma das seguintes subemendas:

Subemenda à Emenda nº 5

Dê-se ao art. 17 do Decreto-lei número 5, de 1966, incluído no art. 2º do Substitutivo, a seguinte redação:

"Art. 17. O serviço de vigilância em navios, por vigias portuários matriculados nas Delegacias de Trabalho

Marítimo, de preferência sindicalizados, será:

a) obrigatório, na navegação de longo curso; e

b) a critério da Comissão de Marinha Mercante, na navegação de cabotagem.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo, será fixada pela Comissão de Marinha Mercante, com prévia anuência do Conselho Nacional de Política Salarial.

§ 2º A execução do serviço a que se refere o presente artigo, em sistema de rodízio, obedecerá às normas instituídas pelo Poder Executivo, através da Comissão de Marinha Mercante.

Subemenda à Emenda nº 3

Dá-se ao artigo 3º do Substitutivo a seguinte redação:

"Art. 3º Aplicam-se aos trabalhadores avulsos as disposições das leis ns. 4.090, de 13 de julho de 1962, e 5.107, de 13 de março de 1966, e suas respectivas alterações legais, nos termos da regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, dentro do prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da publicação desta lei, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e dos Transportes, com audiência das categorias profissionais interessadas, através de seus órgãos de representação de âmbito nacional.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto neste artigo, sem que ocorra a publicação da regulamentação no mesmo referido, ficarão assegurados os direitos e vantagens nele constantes a partir do dia imediato ao do término do prazo.

Subemenda à Emenda nº 7

Dê-se ao artigo 18 do Decreto-lei nº 5, de 1966, incluído no artigo 2º do Substitutivo, a seguinte redação:

Artigo 18. Os trabalhadores que exercem funções de direção ou chefia, nos serviços de carga e descarga, serão indicados pela entidade estadora, de preferência entre sindicalizados.

Parágrafo único. A indicação para as funções de chefia ou direção, e seu exercício, em sistema de rodízio, obedecerá às normas instituídas pelo Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, com a colaboração dos órgãos de representação nacional das classes interessadas.

Subemenda à Emenda nº 6

Acrescente-se ao art. 21, referido no art. 2º do projeto o seguinte parágrafo 2º, passando o parágrafo único a 1º.

§ 2º Na regulamentação prevista neste artigo, ficarão assegurados os direitos que a lei concede às categorias dos armadores.

Sr. Presidente, passo a ler o Parecer da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68 na Câmara), que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, e modifica o substitutivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

O presente projeto, que revoga o Decreto-lei nº 127, de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5 de 1966, e dá outras providências, retorna ao exame desta Comissão para que nos pronunciemos sobre as 8 emendas apresentadas em Plenário ao Substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo, já aprovado.

2. — Duas das emendas são de nossa autoria, quatro do Senador Aurélio Vianna e duas do Senador Mário Martins.

3. — A matéria já foi por nós devidamente examinada na Comissão de Projetos do Executivo, cujo pronunciamento mantemos e adotamos.

4. — Diante do exposto, acompanhando o parecer daquela Comissão, opinamos pela rejeição das emendas ns. 1, 2, 4 e 8, e pela aprovação das

três subemendas da Comissão de Projetos do Executivo às emendas ns. 5, 3, 6 e 7.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator é o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para emitir parecer) — Sr. Presidente, a primeira emenda: a substituição da expressão — "navios da Comissão da Marinha Mercante", — constante dos artigos 1º, 2º e 18, parágrafo único, do Decreto-lei número 5, de 1966 conforme a redação que lhes foi dada pelo artigo 2º do Substitutivo — pela expressão — "através do Ministério dos Transportes".

Como se vê, é constitucional e é jurídica a expressão proposta, que substitui a anterior.

A inclusão de mais um parágrafo no artigo 17 do Decreto-lei nº 5, de 1966, dispondo que — "na falta de acordo para a fixação da remuneração de que trata o parágrafo anterior" — ou seja a dos vigias portuários — "esta será fixada, em cada caso na forma da alínea "a" do art. 1º da Lei nº 4.858, de 26 de novembro de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 50, de 18 de novembro de 1965".

A emenda é pertinente e constitucional.

A emenda nº 5: Foi apresentada uma subemenda a essa emenda, que já foi lida pelo nobre Senador Antônio Carlos. Parecer pela constitucionalidade.

A Emenda nº 3 modifica a redação dada pelo substitutivo ao art. 3º, com a finalidade de: primeiro, diminuir o prazo da regulamentação pelo Poder Executivo, para sessenta dias; segundo, incluir um parágrafo, estabelecendo que, ultrapassado o prazo sem que ocorra a referida regulamentação, ficarão assegurados os direitos e vantagens constantes do artigo, a partir do dia imediato ao do término do prazo.

Pela constitucionalidade com a redução do prazo para sessenta dias como ouvimos.

A Emenda nº 4 destina-se ao artigo 4º do substitutivo. Dispõe que as contribuições previdenciárias e o salário-família poderão ser recebidos pelos Sindicatos.

Segundo a emenda, a expressão passaria a ser "serão", tornando assim, obrigatório tal recolhimento.

Somos pela constitucionalidade.

A Emenda nº 6 altera a redação do art. 21 do Decreto-lei nº 5, de 1966, com o objetivo de dar à categoria profissional, criada pelo Decreto-lei nº 5, não a denominação "Operador de Carga e Descarga, mas sim a de "Operador de Carga e Descarga, Entrega e Recebimento de Mercadorias".

O parecer do nobre Relator que me antecedeu o Senador Antônio Carlos, é favorável à emenda, porém com uma subemenda, que se transformaria num parágrafo cujos termos são de conhecimento da Casa.

Pela constitucionalidade.

A Emenda nº 7, do nobre Senador Mário Martins, ao art. 18, do Decreto-lei nº 5, refere-se ao exercício das funções de direção e chefia nos serviços de carga e descarga em sistema de rodízio.

A emenda nº 8, também de Sua Excelência, restabelece os parágrafos 1º e 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz respeito também a rodízio.

A emenda foi cautelosamente examinada pelo nobre Senador Antônio Carlos e foi aceita com uma subemenda, a de nº 7, pela rejeição da de nº 8.

Somos pela constitucionalidade.

Sr. Presidente, é este o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o substitutivo, sem prejuízo das emendas e subemendas.

(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai-se proceder à contagem.

23 Srs. Senadores votaram Sim.

4 Srs. Senadores votaram não.

2 Srs. Senadores abstiveram-se.

O substitutivo foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação as subemendas da Comissão de Projetos da Lei do Executivo, as quais têm preferência regimental.

(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai-se proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram sim 28 Srs. Senadores; votaram não 2 Srs. Senadores; houve 4 abstenções.

As subemendas foram aprovadas. Ficam, pois, prejudicadas as Emendas de ns. 3, 5, 6 e 7.

O SR. — ENTE:

(Gilberto Marinho) — Vai-se proceder, finalmente, à votação das emendas de pareceres contrários, que são as de ns. 1, 2, 4 e 8.

Em votação.

(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vamos proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram SIM — 5 Srs. Senadores; 30 Srs. Senadores votaram — NÃO. Houve 2 abstenções.

As emendas foram rejeitadas. A matéria vai à Comissão de Redação.

(Pausa.)

Já está sobre a mesa a redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 600, de 1968

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Manoel Villaca.

A Comissão apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1968. — Antônio Carlos, Presidente. — Manoel Villaca, Relator. — Edmundo Levi. — Alvaro Maia.

ANEXO AO PARECER Nº 600 DE 1968

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1968 (nº 1.280-B-68, na Casa de origem).

Revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, e o artigo 14 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 2º Os artigos 17, 18 e 21 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O serviço de vigilância, em navios, por vigias portuários matriculados nas Delegacias de Trabalho Marítimo, de preferência sindicalizados, será:

a) obrigatório, na navegação de longo curso; e

b) a critério da Comissão de Marinha Mercante, na navegação de cabotagem.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo será fixada pela Comissão de Marinha Mercante, com prévia anuência do Conselho Nacional de Política Salarial.

§ 2º A execução do serviço a que se refere o presente artigo, em sistema de rodízio, obedecerá às normas instituídas pelo Poder Executivo através do Ministério dos Transportes.

"Art. 18. Os trabalhadores que exercem funções de direção ou chefia, nos serviços de carga e descarga, serão indicados pela entidade estadora, de preferência entre sindicalizados.

Parágrafo único. A indicação para as funções de chefia ou direção, e seu exercício, em sistema de rodízio, obedecerá às normas instituídas pelo Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, com a colaboração dos órgãos de representação nacional das classes interessadas.

"Art. 21. Os trabalhadores de estiva e de capatazia constituirão categoria profissional única, denominada "operador de carga e descarga" e reger-se-ão pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º O disposto neste artigo vigorará a partir da data de sua regulamentação pelo Poder Executivo, a qual atenderá às peculiaridades de cada porto e disporá sobre o resguardo dos bens patrimoniais dos atuais sindicatos, de conformidade com os interesses dos mesmos.

§ 2º Na regulamentação prevista neste artigo, ficarão assegurados os direitos que a lei concede à categoria dos armadores.

Art. 3º Aplicam-se aos trabalhadores avulsos as disposições das Leis números 4.090, de 13 de julho de 1962, e 5.107, de 13 de março de 1966, e suas respectivas alterações legais, nos termos de regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei por intermédio dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e dos Transportes, com audiência das categorias profissionais interessadas através de seus órgãos de representação de âmbito nacional.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto neste artigo sem que ocorra a publicação da regulamentação no mesmo referida ficarão assegurados os direitos e vantagens nele constantes a partir do dia imediato ao do término do prazo.

Art. 4º As contribuições previdenciárias e o salário-família devidos aos trabalhadores avulsos poderão ser recolhidos pelos sindicatos de classes respectivos ou se incumbirem de elaborar as folhas correspondentes e de proceder à distribuição e recolhimento nos termos da regulamentação que for estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão a redação final.

Se ninguém fizer uso da palavra, vou dar por encerrada a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada. A matéria vai à Câmara. Para acompanhá-la na outra Casa, designo o Sr. Senador Antônio Carlos, seu relator na Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, como líder, em exercício, da Aliança Renovadora Nacional, desejo, ao fim da votação do Projeto de lei nº 76, que fique consignado na Ata dos nossos trabalhos o agradecimento desta Liderança, aos seus colegas e liderados, pela generosidade com que atenderam à convocação.

Quero, também, agradecer a V. Exa. pela disposição de servir à causa da classe dos portuários e estivadores pela presteza com que adotou as providências. Estendo esse agradecimento aos funcionários da Casa à Diretoria das Comissões, à Secretaria Geral da Presidência, e a todos que permitiram, apesar das circunstâncias difíceis, pudéssemos votar, em tempo, este projeto, que atende à nobre classe dos portuários, marítimos, estivadores e armadores de nosso País.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador Antônio Carlos eu gostaria que V. Exa. me permitisse ficasse registrado no seu pronunciamento meu profundo reconhecimento àqueles companheiros, alguns dos quais já de viagem marcada, com programas estabelecidos que teriam de ser cumpridos nestes dois dias, atenderam ao nosso chamamento e aqui estiveram e aqui ficaram, numa demonstração do quanto, realmente, segundo V. Exa. e o nosso Presidente disseram, e muito bem, todos nós, sem distinção, no momento certo, na hora exata colocamos os interesses daqueles que confiam em nós acima, até mesmo, de interesses privados e particulares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sou grato ao aparte de V. Exa., que completa as rápidas palavras que pronunciei. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência é que deve agradecer aos eminentes Senadores Antônio Carlos e Aurélio Vianna o extraordinário esforço desenvolvido na apreciação e na tramitação da importante matéria que ora acabamos de votar. Foram realmente notáveis o devotamento o inextinguível zelo com que, como líderes e relatores, auscultaram os dirigentes de classe, as entidades interessadas, com que debateram junto aos Ministros de Estado e seus assessores as controvertidas e momentosas questões objeto da proposição agora votada.

E estendo os meus agradecimentos aos ilustres colegas Paulo Torres e Mário Martins pela valiosa participação no estudo do Projeto e finalmente a todos os eminentes colegas que aqui acorreram à nossa convocação, evidenciando ainda uma vez aquilo que não canso de enfatizar, que o Senado da República não se divide em Partidos quando se trata de servir ao bem comum e aos supremos interesses da Nação brasileira.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, queria dar um aparte ao Sr. Senador Antônio Carlos, mas uma vez que S. Exa. terminou, então me valho desta oportunidade para falar.

Eu gostaria de deixar registrada a minha opinião, que sei é de toda a Casa e acredito que num dia não muito remoto, há de ser a de todo o País, co mrelação à atuação do Senador Antônio Carlos, Relator da matéria.

S. Exa. é talvez o Senador mais novo ou pelo menos, aqui entrou como o mais novo. Tive oportunidade de conviver pessoalmente com S. Excelência na Câmara dos Deputados, e estou habituado ao seu espírito lúcido, ao seu espírito jurídico, à sua dedicação ao trabalho. Assim, de um modo geral, os seus pareceres, mesmo quando contrariam pontos de vista de outro Partido são sempre respeitados pela profundidade de sua argumentação, pelo sentido metódico com que S. Exa. examina todas as emendas, todas as nuances dos projetos submetidos à sua apreciação.

No caso especial, vimos que S. Excelência não se limitou ao trabalho de gabinete, ao trabalho de apelar para seus conhecimentos jurídicos. S. Exa. atuou indo às fontes de responsabilidade, no caso os Ministérios, para negociar.

No meu ponto de ver o grande político, o grande parlamentar não é aquele que apenas usa da tribuna ou aquele que apenas emite o seu parecer. É aquele que não abdica da sua função política, é o grande negociador, o homem que procura juntar as partes, que procura remover as divergências encontrar o denominador comum, para que o País seja beneficiado com as medidas do Legislativo.

Foi o que tive oportunidade de testemunhar neste episódio, que não é o primeiro em que S. Exa. tem revelado seu alto espírito público.

Embora pertencendo a Partido adversário ao de S. Exa., devo dizer que me conforta ver entre os nossos companheiros homem como o Senador Antônio Carlos que toda vez que uma matéria é entregue a S. Excelência, para seu exame, se exaure, se dá inteiramente procura resolver o assunto como se fora um magistrado e não apenas um parecerista que teria de levar a opinião de seu Partido. Ainda que contrariasse o Governo inicialmente, procura dar desempenho à tarefa que me parece a mais difícil: a de convencer aqueles que não têm sensibilidade para as várias diversificações que projeto desta ordem oferece.

Este trabalho de S. Exa. merece nosso registro especial, sobretudo da parte da Oposição, porque vem, mais uma vez — confirmar não unicamente o apelo em que temos S. Excelência, mas o respeito por sua capacidade de homem público, homem de espírito público, homem de dedicação à causa pública. (Muito bem!)

O Sr. Aurélio Vianna — Permite-me V. Exa. (Assentimento do orador). — Iria dar um aparte a S. Exa., o Senador Antônio Carlos, e faço-o agora, ressaltando o espírito de compreensão que houve em torno desse projeto tanto das lideranças sindicais, que acorreram ao Congresso e que nos deram a sua preciosa colaboração, quanto por que não dizê-lo? — dos próprios Ministros do Trabalho e da Viação que, através dos seus assessores, manifestaram o seu desejo de encontrar uma saída para certos impasses que, vez por outra, surgiam. Inclusive quero referir-me àquele trabalho que foi feito inicialmente pelo nobre Senador Paulo Torres e que nos dá motivos para manifestar a nossa grande satisfação. V. Exa. registrou muito bem que no fim, encontramos o "trium" certo para a hora certa, na pessoa do Senador Antônio Carlos Konder Reis. S. Exa., na verdade, interpretou o sentimento comum. E mesmo que não tivéssemos conseguido tudo que desejávamos — falo coletivamente — alcançou-se muito mais do que se esperava.

O SR. MÁRIO MARTINS — Vossa Exa. faz muito bem em destacar a atuação do Senador Paulo Torres. Devo dizer que, na Comissão, S. Excelência apresentou um substancial e fecundo parecer sobre a matéria.

E, não só em meu nome, como no de vários colegas, inclusive no do Presidente Gilberto Marinho e mesmo de Deputados que pretendiam ver se aí já podiam influir na matéria — co fei desde logo, da parte do Senado, Paulo Torres, com a sua concordância no nosso pedido de vista do projeto a fim de que pudéssemos dar margem a essas alterações que considerávamos indispensáveis.

Hoje ainda, tive oportunidade de salientar que este é um trabalho que, poderíamos dizer, foi feito a quatro mãos, trabalho de inteligência de duas grandes figuras — do Senador Paulo Torres, que deu a base inicial, assentou o leito para receber os trilhões e como S. Exa. estava em desempenho de missão oficial da Casa no exterior, então o Senador Antônio Carlos teve oportunidade de completar a obra do Senador Paulo Torres.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — (Com assentimento do orador) — Quero, inicialmente, agradecer, sensibilizado e comovido a referência que V. Exa. faz a meu trabalho. Representam as palavras de V. Excelência demonstração de amizade de velha amizade, e não reconhecimento de mérito, porque realmente houve um trabalho de equipe. Quero completar este aparte solidarizando-me com o nobre Senador Aurélio Vianna e com V. Exa., quando ressaltaram o trabalho do nobre Senador Paulo Torres, que foi o autor do substitutivo, o autor do parecer inicial.

E V. Exa. usou uma imagem perfeita: foi quem aplinou o leito, — quem abriu a picada para que pudéssemos chegar a esta proposição, que contou também com a colaboração de V. Exa. e do nobre Senador Aurélio Vianna autores de emendas, emendas decisivas, e do nosso Presidente, foi também quem fez a convocação e quem nos estimulou a obter número e de toda a Casa. Sou muito grato a V. Exa.

O SR. MÁRIO MARTINS — Não há de que, Senador.

O SR. GILBERTO MARINHO — Permita V. Exa. um pequeno esclarecimento. (Assentimento do orador) — Quando da Mesa, daquele de forma específica os nomes dos Senhores Senadores Antônio Carlos e Aurélio Vianna, foi para pôr em relevo a respectiva atuação como líderes e relatores do Projeto ora aprovado. Mas é óbvio que endosso com entusiasmo as referências altamente elogiosas e merecidas feitas ao eminente Senador Paulo Torres e a V. Exa., que, muito modestamente, como do seu feito, não se situa entre os que mais haviam contribuído para a tramitação da matéria. Havia muito nobre e oportuna a iniciativa do líder Aurélio Vianna em proclamar o espírito de colaboração dos Srs. Ministros do Trabalho e dos Transportes em seus pronunciamentos feitos, perante a Comissão Mista, nesta Casa, sobre a matéria. E desejo dar o meu depoimento sobre o empenho do Sr. Ministro Mário Andreazza na aprovação do Projeto. Devo dizer que cheguei a temer muito que a convocação que fizemos fosse frustrada e considero que o Senado ficaria muito mal se deixasse cair o seu substitutivo por falta de quorum. Daí a minha satisfação em proclamar há pouco, uma vez mais ainda, não como um elogio vão à instituição, mas como uma funda convicção minha que está na consciência de cada um de nós, e há de ficar na consciência do povo brasileiro de que o Senado age como um todo, sem se separar em Partidos quando chamado a decidir dos magnos e vitais interesses da Pátria brasileira.

O SR. MÁRIO MARTINS — Muito grato pelo aparte de V. Exa.

Quero valer-me desta oportunidade para fazer um apelo direto à Casa e, particularmente, a V. Exa. Nós, —

mais de uma vez tivemos o exemplo da necessidade de alargar a Constituição, no que se refere aos trabalhos legislativos. Já tive ocasião de formular da tribuna um apelo ao nobre Líder Daniel Krüger, para que S. Exa. entre em entendimentos com o Sr. Presidente da República, a fim de que seja possível essa modificação.

Seria na seguinte base: toda vez que os líderes, em conjunto, do Governo e da Oposição, chegassem a uma conclusão da necessidade de prorrogar-se, pelo menos pela metade, o prazo constitucional para apreciação de determinado projeto do Governo, então seria, com essa autorização dos dois líderes permitida. Porque se não houvesse um esforço, sobretudo da parte de V. Exa., Senhor Presidente Gilberto Marinho, no sentido de encontrarem-se os meios de eliminarmos dificuldades para chegarmos a esse bom termo, nós teríamos votado um trabalho imperfeito, que não atenderia os interesses das classes, e não atenderia, devo reconhecer nem aos interesses do Governo.

De modo que só foi possível — por essa mobilização e a mobilização não apenas da convocação, mas a mobilização da inteligência, da boa vontade, enfim do desprendimento cada qual se esforçando em ceder aqui — para chegar no último minuto, no prazo fatal.

Ora, já não é a primeira vez que isto ocorre. E, em certas ocasiões, não temos oportunidade para essas corrigendas.

De modo que cabia à primeira modificação a ser feita na Constituição em atenção ao Legislativo e aos interesses que o Legislativo defende. Seria uma alteração nos prazos, — concordarmos com a estipulação atual dos prazos, mas conceder-se aos líderes do Governo e da Oposição nas duas Casas, o direito de prorrogar pela metade o prazo vigente em matérias sujeitas a aprovação por decurso de prazo, para que possamos trabalhar com esse rendimento.

Se não houvesse o trabalho que V. Exa. fez, ajudado pelos líderes e a boa-vontade geral, o trabalho seria imperfeito, seria um trabalho negativo que, como disse, não atenderia aos interesses da classe e não atenderia à intenção do Governo.

Dêsse modo, devemos nos valer da ocasião para lembrar a necessidade de fazermos esta alteração, que não é uma alteração no sentido político da Constituição, mas para melhor rendimento dos trabalhos legislativos. (Muito bem.)

ENTE:

(Guido Mondim) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, convocando os Senhores Senadores para sessão extraordinária, amanhã, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalhos de Comissões.
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas).

Matéria que se publica nos termos do Requerimento número 850, de autoria do senhor Aarão Steinbruch, aprovada na Sessão Ordinária de 16-7-1968.

MUDE O ESTILO

O Governo e a Revolução sofreram ontem uma considerável derrota. Foram à rua não apenas as minorias extremistas guiadas por "slogans" subversivos, mas também gente que pacificamente fez questão

de manifestar seu desagrado pelo rumo atual do País.

Qualquer interpretação diferente desta correspondência a ingratu tentativa de abrigar um esquimó no polo com uma folha de parreira. Se tivesse ocorrido uma grande desordem provocada pelos agitadores, o Governo talvez capitalizasse — como De Gaulle — a considerável quota proveniente dos setores moderados. Mas o caráter ordeiro da passeta poderá levar os moderados para o lado da oposição.

Dai extrai-se uma conclusão: o Governo hoje está enfraquecido. Discutam-se apenas os índices para quantificar a fraqueza. Ninguém, entretanto, em sã consciência deixará de reconhecer a propriedade da palavra fraqueza para traduzir a verdade.

O fortalecimento do Governo dependerá do reconhecimento dessa evidência. Se o Presidente Costa e Silva partir de outros pressupostos — euforia com as reais perspectivas de desenvolvimento econômico, excelentes taxas disso e daquilo — e não souber enfrentar as atuais dificuldades verá avolumarem-se os problemas.

Adiar, procrastinar soluções, às vezes é expediente aconselhável. Mas não agora. Em quinze meses de Governo ocorreram três crises, ou o engrossamento de crises herdadas: a crise política, a questão religiosa e a crise da educação.

Na área política a adoção das sublegendas exibiu um quadro de descoordenação. Jamais se soube, com

segurança, qual seria a orientação do Governo. Um ministro tachava de inconstitucional proposta de outro colega, enquanto as lideranças situacionistas no Congresso viam-se *ipso facto* impossibilitadas de guiar as bancadas.

O desenvolvimento da questão religiosa recebe do Governo um invariável tratamento: o *laissez aller*. Nenhuma gestão política proveitosa foi realizada. Chegamos ao ponto de assistir a um padre belga pregar a derrubada do regime, arregimentando para essa causa o apoio de numerosos outros sacerdotes e mesmo de bispos. O Governo de Bruxelas teria sabido o que fazer se um padre brasileiro pedisse na Bélgica a derrubada do Rei Baudouin.

Quanto à crise educacional, a melhor parcela do Governo diagnosticara os males e propusera claramente soluções corretas. Não se pode afirmar que as autoridades tenham deixado de trabalhar. Não. Simplesmente não souberam concentrar os escassos recursos sobre o núcleo da crise. Não identificaram — apesar de suficientemente alertadas — o olho do tufão.

Em 1968 o Ministério reuniu-se apenas uma vez, em Petrópolis. As soluções exigem trabalho de equipe, que, por seu turno, impõe coordenação, ou seja, entendimento constante. O Governo precisa, pois, mudar de estilo e de andamento. Passar do "adagio molto" para o "allegro vivace". Se a passeata de ontem lograr essa transformação terá prestado um real serviço ao Brasil.

Ficamos hoje de ordenar os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA (Relator) — De acordo as diretrizes traçadas na outra reunião, fiquei encarregado de trazer o roteiro para os trabalhos da Comissão Mista para Estudo dos Problemas Agropecuários e seu Reflexo na Economia Nacional.

Após vários estudos, conclui por um relatório, simples resultado diante das tarefas e da magnitude dos objetivos colimados, com a técnica a colaborar para a eficiência na prática, dos estudos referentes à agropecuária.

Honrado com a alta incumbência de Relator desta Comissão Mista, relacionei como ponto básico de seu funcionamento os recursos de que deveremos dispor, a fim de que se atinjam os objetivos de sua constituição.

Indispensável ao bom desempenho da missão que nos foi confiada é a colaboração de uma assessoria técnica, que poderá incluir pessoal requisitado a ser remunerado pelas tarefas especiais a que se dedicará, atividades estas que, obviamente, determinarão despesas.

A exemplo da experiência salutar da Comissão Parlamentar de Inquérito, esta Comissão será obrigada a viajar, a fim de que possa examinar de perto os problemas de cada região do Brasil.

Para a devida cobertura financeira de um mínimo de atendimento pela assessoria técnica, viagens e pesquisas, torna-se indispensável a abertura de um crédito de NCR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) a ser aplicado gradualmente, de acordo com as exigências dos trabalhos e nos termos da contabilidade oficial de praxe.

Com o objetivo de colher subsídios para o estudo mais profundo da matéria, deverão ser convocadas autoridades oficiais ligadas ao setor agropecuário nacional, assim como técnicos da iniciativa privada.

Nestas condições, proponho que, inicialmente sejam convidados o Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura e os Diretores dos Departamentos Técnicos, que poderão prestar os primeiros depoimentos sobre a atual situação da agropecuária nacional.

Proponho, outrossim, seja estabelecido pela Comissão calendário para os depoimentos das seguintes autoridades:

1 — Ministros de Estado:

- a) da Fazenda
- b) dos Transportes
- c) do Interior
- d) do Planejamento

2 — Secretário da Agricultura:

- a) do Rio Grande do Sul
- b) do Paraná
- c) de São Paulo
- d) de Mato Grosso
- e) de Goiás
- f) de Pernambuco
- g) do Ceará
- h) do Pará
- i) de Minas Gerais
- j) do Rio de Janeiro
- k) da Bahia
- l) do Maranhão

3 — Superintendentes:

- a) da SUDENE
- b) da SUDAM
- c) da SUDECC

4 — Presidentes:

- a) do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
- b) do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;
- c) do Instituto do Açúcar e do Alcool;
- d) da Comissão Executiva do Sal;
- e) do Instituto do Pinho;
- f) da Confederação Nacional da Agricultura;
- g) da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo;
- h) do Grupo Executivo da Indústria Sul;

i) da Ação-Moageira de Fomento ao Trigo do Estado do Rio Grande do Sul;

- j) do Instituto do Cacaú;
- k) do Instituto Brasileiro do Café;
- l) da Associação Brasileira de Crédito Agrícola e Rural;
- m) do Banco do Brasil;
- n) do Banco do Nordeste;
- o) do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;

p) do Banco Regional de Brasília;

q) do Banco do Estado de São Paulo;

r) da Cooperativa Agrícola de Cotinga;

s) do Banco da Amazônia S. A.;

t) de outras entidades oficiais, particulares e de economia mista cujas atividades tenham participação no processo de desenvolvimento agropecuário do país.

5 — Diretores:

- a) do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul;
- b) do Departamento Nacional de Obras-Contras às Secas;
- c) do Departamento de Promoção Agropecuária;

d) do Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária;

e) do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária;

f) do Departamento de Desenvolvimento Rural (INDA);

g) e demais Diretores de órgãos

centrais e regionais dos Ministérios

da Agricultura, Interior, Planejamento

e Fazenda, responsáveis pela execução

de programas nacionais, regionais

e setoriais de desenvolvimento da Agropecuária.

6 — Os responsáveis pelas Indústrias

Farmacêuticas, Veterinária e de

Produtos Fertilizantes.

7 — Técnicos Especializados em Assuntos

Imprescindíveis à Racionalização da

Produção Agropecuária.

A Comissão se fará presente em todas

as reuniões, conclaves, congressos,

seminários, exposições e demais eventos

relacionados com seus objetivos, de âmbito

nacional e internacional.

Partindo deste roteiro básico, acredito

que esta Comissão venha a atingir as

altas finalidades visadas pelo

Senador José Ermírio e demais signatários

do requerimento de convocação, qual seja a

de total conhecimento da atual situação

agropecuária nacional, passo primordial para

solução de seus problemas.

E' o parecer preliminar.

Sala das Comissões, em 13 de março

de 1968.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando

Correia) — Perdô-me Vossa

Excelência, o primeiro a ser convidado

seria o presidente do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA

(Relator) Como temos uma

parte que se refere à agricultura, e

outra financeira, poderíamos convidar

também o Ministro da Agricultura e o

presidente do Banco do Brasil. A

sugestão, portanto, cabe.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA

(Relator) Sr. Presidente,

de acordo com as conversações nãti-

das na outra reunião, procurei tomar

contato inicialmente com o Deputado

Maciel Terra. Não estando o mesmo

em Brasília, procurei contato com o

ex-Deputado João Mendes Olímpio,

que presente que, também, tinha sido

integrante da Comissão Parlamentar

de Inquérito, aquela que deu margem

a apurar a realidade brasileira e os

fatores sobre o seu desenvolvimento.

Foi encerrada com o Projeto de Resolu-

ção nº 164, de 1968.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando

Correia) — Na Câmara, há esse

trabalho mimeografado.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA

(Relator) — Então, estou

tomando contato com o ex-Deputado

João Mendes Olímpio, que está em

Brasília. Havia necessidade de uma

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1968 (CN), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — Embratel — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Segunda Reunião realizada no dia 15 de julho de 1968.

As 17 horas do dia 15 de julho de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Milton Menezes, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes, os Senhores Senadores Ney Braga, em substituição ao Senador Milton Campos, Alvaro Maia, em substituição ao Senador Benedito Valladares, Milton Trindade, Pedro Carneiro, Antônio Carlos, em substituição ao Senador Amon de Mello, José Ermírio, em substituição ao Senador Pereira Diniz, Arthur Virgílio, em substituição ao Senador Eduardo Catalão, Edmundo Levi, em substituição ao Senador Péricles Pedro e Deputados Israel Pinheiro Filho, Monsenhor Vieira, em substituição ao Deputado Batista Miranda e Raul Brunini, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 19-68 (CN) — "Que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações..... — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Petrólio Portela (substituindo o Senador Alvaro Catão) e Nogueira da Gama e Deputados Pedro Gondin, Vasco Amaro, Clodowaldo Costa (substituindo o Deputado Ni-

colau Tuma), Hênio Romagnoli (substituindo o Deputado Yuhigue Tamura), Rezende Monteiro, Pedro Faria, Joel Ferreira e Djalma Falcão.

O Sr. Presidente declara que, havendo número legal, estão abertos os trabalhos da Comissão e passa a palavra ao Sr. Deputado Israel Pinheiro Filho, Relator da matéria, que passa a ler seu parecer, concluindo pela aprovação do Projeto.

Submetido à discussão, o Senhor Deputado Raul Brunini pede a palavra e declara que vota com parecer do Sr. Relator, fazendo, porém, a seguinte ressalva: "Apresentei requerimento de informações ao Poder Executivo sobre irregularidades verificadas no CONTEL e DENTEL. Foram tais as irregularidades que o Governo exonerou quase todos os integrantes dos dois órgãos do Ministério das Comunicações. Lamento, no entanto, que até o presente momento o meu requerimento de informações não tenha sido respondido pelo Poder Executivo".

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente coloca em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade, votando o Deputado Raul Brunini com as ressalvas contidas na presente ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista incumbida do Estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 1968

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Fernando Correia) — Está aberta a reunião.

assessoria, para permitir ao Relator um melhor trânsito dentro da responsabilidade e dos objetivos dessa Comissão.

Também sugeria a presença do ex-Diretor-Geral da Departamento Nacional de Produção Agropecuária, homem que, até há poucos meses, esteve naquele cargo e está presente aqui, a quem eu pedia que se tornasse nosso assessor para ajudar na coordenação de nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Estou trazendo a parte agrária, que é a mais próxima. Há uma verba de 20 milhões de cruzeiros novos, que é preciso requisitar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Como vou requisitar esse dinheiro? Trata-se de uma Comissão Mista e eu quero saber se entro em entendimento com a Mesa da Câmara.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, para encaminhamento de nossos trabalhos.

Esta Comissão deveria ter capítulo especial sobre a tributação na zona rural, pois verificamos que os governadores, por vaidade pessoal ou por qualquer circunstância, estão aumentando a publicidade em torno de seus governos e das suas pessoas, de maneira assombrada e, em consequência, magram o ICM. Estamos resolvendo as dificuldades da pecuária, e esta é uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Nobre Senador José Feliciano, sou contra o governador do meu Estado, mas penso não devemos tratar essa parte à que o nobre colega se refere nesta Comissão.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Desrulpe-me, Sr. Presidente, mas V. Exa. não apreendeu o sentido de minha sugestão.

Estou dizendo que no trabalho da Comissão, deve, no final, ter um capítulo especial de estudos sobre a tributação.

O outro ponto é o do Banco Nacional de Habitação. O Banco Nacional de Habitação está financiando apenas a zona rural, apenas a zona urbana, quando ele podia perfeitamente, por um acordo, um convênio qualquer que seja, atender à área rural que está à míngua de qualquer atenção.

Um outro ponto também seria uma medida para que os lucros de produtos agropecuários, os importados, sal, leite, manteiga, etc. etc. reverterem em benefício do Fundo Nacional da Agricultura (FINAGRE) para evitar que grupos econômicos façam importações, que pessoas protegidas façam importações de produtos da agropecuária, embora para isso fosse necessário uma legislação especial, específica.

Também há outro ponto que é o referente ao estudo do IBRA. O IBRA parte de uma premissa profundamente errônea que, no nosso modo de ver, põe todo o solo brasileiro dentro de uma única base de estruturação, o que é ignorar tudo quanto é lei de classificação de solo, no mundo inteiro.

Para efeito de lançamento tributário que não requer estudos, passa o IBRA a fazer lançamentos pela lei do menor esforço: tantos hectares, tanto de imposto. É preciso enfrentar a realidade brasileira, os vários tipos de solo, as várias composições.

Da maneira por que vai, o IBRA liquidará com o produtor nacional. Suponhamos no ramo da pecuária, o IBRA tributando o de melhor qualidade de solo da mesma forma por que tributa o de pior, sendo que o criador de gado só usa o pior porque, quando a terra é boa, ele é invernista. Daqui a uns tempos não vamos ter mais criador de gado porque é o mais pobre, é o que usa terra pobre, é o ramo menos remunerado da propriedade, e tudo isso recai em cima dele. Tanto que os criadores não es-

tão aguentando o imposto; os inventistas estão aliciando o IBRA; nunca pagaram tão pouco imposto como agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero dizer ao prezado colega que, em parte, tem toda a razão. Quero citar ao meu Mato Grosso, que é a região que conheço. Sou cirurgião, sou médico, mas toda a minha atividade particular está na pecuária e na lavoura. Talvez tenha a maior lavoura de Mato Grosso. Uma gleba só, de 1.000 ha., tenho um filho só, que é agrônomo e dedica-se a isso, mas Mato Grosso tem, por exemplo, o que chamamos pantanal. É uma extensão de 800 quilômetros de comprimento por 300 quilômetros de largura. A terra é por demais pobre. Não há aquela fertilidade necessária, de maneira que a gente é obrigado a criar mesmo.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — E não tem outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Não tem outras atividades, de maneira que em Mato Grosso, na invernação, ele vai para o mesmo. E nessa região podemos criar de vinte a vinte e cinco milhões de cabeças.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — E como é a tributação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A tributação é de pobreza, quer dizer, pobreza no sentido de que não pagamos tributo. Tenho fazendas de 40 mil hectares, e pagava duzentos mil e pouco de imposto; hoje estou pagando quatro mil. Achava que estava pagando pouco, hoje estou pagando pouco demais.

Eu creio que há excesso, há abusos, há mesmo desconhecimento desta tributação, mas isto muitas vezes é desconhecimento do nenhum imposto que nós pagávamos.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Nobre Senador, outro ponto para que queremos chamar atenção é o aspecto da comercialização. Temos, no campo interno, o caso de vinte e um frigoríficos, temos também o aspecto da comercialização externa. Os governos não têm encarado a exportação de carne como um melhor negócio neste País. Temos o caso de vinte e um frigoríficos que faliram.

Então é um problema de interesse nacional e o que na realidade aconteceu é que os pequenos, assim como alguns dos grandes frigoríficos entraram em falência e a pecuária ficou no regime de apenas dois ou três frigoríficos.

Eram estes, portanto, os aspectos de que julguei deveríamos cuidar para, de começo, fixarmos a nossa atenção nesses três pontos: tributação, comercialização interna e externa, ou o Banco Nacional de Habitação ou a implantação de produtos industrializados agropecuários, inclusive indo para a FUNAGRI. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Então estamos acordados de que nos reuniremos na próxima quinta-feira, para o que entrarei em entendimento com o nosso Presidente, Senador Gilberto Marinho.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas)

ANEXO DA ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1958

Intera do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Está aberta a Reunião. — Hoje, vamos ter o prazer de ouvir o Dr. Júlio Quirino da Costa, Secretário de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, que

vai inaugurar os depoimentos que esta Comissão deseja ouvir das diversas autoridades e representantes das classes interessadas, sobre o problema agropecuário do Brasil, que realmente está precisando de uma reformulação profunda, para que possa render à nossa terra aquilo que dela esperamos e merecemos.

Foram convidados o Ministro da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil, entre outros, e como as demarções para o comparecimento dessas autoridades demoravam determinado tempo, e nós temos também um prazo marcado, de 40 dias, para dar o nosso parecer, achamos por bem convocar o ilustre Secretário que aqui está.

De maneira que o senhor vai inaugurar com grande prazer para nós, essa série de depoimentos, que vão ser gravados, e posteriormente taquigrafados. O apanhado é para ser enviado ao Senhor Presidente da República.

Com a palavra, para falar sobre o problema agropecuário no Brasil, o Sr. Júlio Quirino da Costa. Esse é o tema, mas naturalmente, verso o Senhor está vinculado aos problemas no Distrito Federal, gostaríamos de ouvir, inicialmente a sua palavra de técnico sobre os problemas agropecuários nacionais particularizando depois, nesse setor, em que o Senhor emprega sua inteligência e atividade.

O SR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados: recebi, com muita honra e com muito senso de responsabilidade, essa convocação, como Secretário da Agricultura do Distrito Federal, para vir prestar depoimento sobre a nossa atuação no setor da agricultura e da pecuária, no Distrito Federal.

Essa responsabilidade se agrava, porque me coube a honra de ser o primeiro a ser convocado. Esta honra, porém, não é uma homenagem a minha modesta pessoa, mas sim, uma homenagem a Brasília.

Vim com a preocupação de falar para uma Casa de líderes de homens ilustres, profundamente conhecedores da realidade brasileira. Não sou técnico, sou advogado, mas os meus conhecimentos, o meu amor às causas jurídicas têm valido também para defender as causas da agricultura. Com o mesmo amor com a mesma dedicação que empregamos, na tribuna para defender os direitos, a serviço da causa da justiça, o fazemos na agricultura. Tanto mais que, no caso, ela se traduz quando se trata de cuidar do setor do abastecimento da produção — que é, em última análise, aquilo que realmente traz a paz ao País — em justiça social. Um país faminto não pode nunca, ainda que bem armado estar em segurança, com a sua população dormindo em paz.

Permito-me numa exposição ligeira, sintética, fazer algumas considerações sobre o que penso da agricultura e da pecuária no Brasil, e seus reflexos na economia nacional, para, depois fazer uma análise sobre o meu setor — ou, seja, a agropecuária no Distrito Federal.

Entendo, Srs. Senadores e Deputados, que o problema que mais tem atormentado, que mais tem contribuído para agravar a situação da pecuária e da agricultura no Brasil é o êxodo rural — a falta de fixação do homem do campo. Esse êxodo vem de longa data, vem de longos tempos.

As autoridades têm evitado o problema, tratando-o de uma maneira ineficiente. Enquanto se procura dar o máximo de assistência, dentro das possibilidades do País, às populações urbanas, com assistência social, saúde, educação e, agora — um arrojo do plano habitacional, a situação nos campos continua cada vez mais abandonada.

Em consequência, o êxodo continua, cada vez mais acelerado e, não

se podendo substituir nos campos os homens pelas máquinas, o problema se agrava. Falta mão de obra, falta inteligência, falta enfim o homem que está em todas as atividades produtivas da Nação. A política habitacional do governo tem convergido especialmente para os grandes centros, tem contribuído para que o êxodo seja cada vez mais acelerado, porque, sem meios, sem recursos, completamente abandonados, o homem do campo que nunca teve oportunidade, procura a cidade, procura os grandes centros e se lança nas favelas. As favelas constituem incômodo para as autoridades. Ali, depois de certo tempo, o homem do campo recebe uma casa popular e dá notícia a seus parentes. Cada homem do meio rural que recebe uma casa traz, então, 10, 20 — parentes — que se lançam também nas favelas, para receber os mesmos benefícios. As repercussões — são as mais desastrosas para os campos.

No que se refere à política agropecuária do Distrito Federal, além dos problemas comuns de todo o Brasil — fixação do homem na terra, despertar de vocações, falta de assistência técnica etc. — temos outros problemas, bem diferentes dos das demais regiões do Brasil.

Assim que assumimos o cargo de Secretário da Agricultura, o primeiro problema que nos preocupou — como também ao Prefeito do Distrito Federal — foi um problema de base, o da organização da propriedade.

Como sabem os Srs. Senadores, o sistema de exploração de terras do Distrito Federal, desde a mudança da Capital, é o arrendamento por 33 anos, mostrando-se essa experiência completamente frustrada porque, segundo princípio notoriamente conhecido, ninguém investe em terra alheia. As Terras do centro do pantanal são pobres e o arrendatário do lote rural não tinha condições, nem próprias nem de obtenção de crédito, para a exploração da sua granja rural do seu imóvel rural. Daí, o abandono de Brasília tem sido feito, desde o início da construção da capital, mediante importação — dos outros centros, sobretudo de São Paulo, — Goiás e Minas Gerais.

A primeira providência tomada por nós, diante desse quadro de falta de estruturação da propriedade, foi a de providenciar mensagem, acompanhada de projeto lei, que o Sr. Presidente da República enviou ao Congresso e já se transformou em lei autorizando a venda dessas chácaras, como princípio básico para desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Distrito Federal.

As condições ecológicas, da região são boas, mas as terras são pobres e enfrentamos, de imediato, o problema da pesquisa, não só pela própria Secretaria da Agricultura, nas granjas experimentais e das demonstrações já conhecidas, (Tamandua — Tórto — Ipê e Riacho Fundo), como, também, pelos próprios particulares. Havia poucas áreas de produção e produtividade mínima dentro do Distrito Federal e, hoje, já se tem resultados animadores.

No ano passado, fizemos uma exposição da Sociedade Cultural Nipo-Brasileira — na Cidade Livre, onde foram apresentados produtos tão bons em qualidade como os de São Paulo e dos grandes centros produtores do País.

Isso nos animou a enfrentar o problema do desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Distrito Federal. Procuramos formular um plano, atendendo às condições locais. Achar, na cultura de grãos, de cereais, não deve ser incentivada aqui no Distrito Federal — porque, nas proximidades de Brasília, há grandes centros produtores, com terras férteis, que podem produzir muito mais economicamente do que nós aqui.

No Norte de Goiás, na região vizinha do Vale do Maranhão, no Vale do Unai — em Patos de Minas — existem centros altamente produtores de milho — arroz e feijão e, como essas culturas são anuais, facilmente torna o abastecimento de Brasília mediatamente a estocagem. No período da colheita se pode fazer a aquisição dos produtos, armazenando-os e assegurando o abastecimento pelo ano todo.

Decidimos, então, promover no Distrito Federal o desenvolvimento das atividades relacionadas com a pecuária leiteira, a pomicultura — a horticultura e a criação de animais de pequeno porte.

A falta de recursos no setor da agricultura é notória e leva todo o mundo à descrença total.

Encontramos a Secretaria com dois tratores de esteira e oito tratores de pneu — máquinas — todas elas, já bastante usadas. As verbas eram pequenas, não davam para a aquisição de máquinas. Procuramos, então, para equipar a Secretaria conseguir recursos e tivemos entendimento com a Caixa Econômica Federal, que aceitou em fazer um empréstimo à Prefeitura, de nove milhões de cruzeiros novos, para aquisição de máquinas, montagens e instalações dos laboratórios necessários às atividades do campo. Pois, aqui, dada a deficiência do solo, a exploração agrícola tem que ser feita com técnicas altamente especializadas. Quando algum agricultor necessita fazer a análise de sua terra, tem que mandar o material para Campinas, em São Paulo — Sete Lagoas — em Minas, ou Guanabara. Por isto, foi nossa providência imediata a aquisição dos seguintes laboratórios: de fertilidade do solo, de química agrícola — de bromatologia — de patologia animal e de patologia vegetal. O laboratório de fertilidade do solo já está montado, funcionando, e outros serão inaugurados até 21 de abril, por ocasião do aniversário da Capital.

Os técnicos da Secretaria entre agrônomos e veterinários, não passavam de doze, ocupando todos eles cargos burocráticos. De forma que o agricultor, que ainda trabalha, como quase em todo o Brasil, em bases empíricas e rotineiras estava completamente abandonado aos seus próprios conhecimentos.

Entretamos então, uma reforma de estrutura na Secretaria, passando todos os seus órgãos para a Fundação Zoobotânica, cujo Presidente é também o Secretário da Agricultura, para ter mais elasticidade na execução dos trabalhos. Propusemos essa reforma ao Sr. Prefeito e esta semana deverá ser aprovada, permitindo, então, a contratação de técnicos, os melhores possíveis, agrônomos e veterinários, mediante contrato de trabalho, no qual constará uma cláusula de obrigatoriedade de visita diária a todos os agricultores. Pretendemos dar total cobertura ao Distrito Federal e, se possível, sua região geo-econômica, que não pode ficar separada de Brasília por uma linha imaginária na fronteira, já que Brasília não é apenas um abrigo do Governo Federal mas, sobretudo, um centro que há de irradiar, para todo o País cultura e conhecimento em todos os setores das atividades humanas.

Com esse pensamento é que estamos enfrentando os problemas do setor da agricultura e da pecuária do Distrito Federal.

Estamos procurando equipar a Secretaria de todos os recursos para dar uma assistência completa ao agricultor, inclusive a creditícia, mediante convênios com o Banco Regional de Brasília, que teve sua Carteira de Crédito Agrícola, estruturada em junho do ano passado, para atender aos agricultores mediante planejamento. O Banco tem atendido, em convênio com a Secretaria da Agricultura, com unidades móveis de crédito, muitos agricultores. É verdade

que ainda não de maneira tão satisfatória como desejamos. O BRB aplicou, em 1967, cerca de 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros antigos, no setor da agricultura e pecuária. O Banco com nossas unidades móveis, leva o agrônomo ou técnico à propriedade e elabora planos objetivos para o agricultor, cuja execução é também acompanhada pelos nossos técnicos.

Procuramos movimentar também o setor da venda de materiais agropecuários, que também não possui dinheiro. Conseguimos obter os recursos, mediante empréstimo com o Banco Regional de Brasília, na importância de trezentos milhões de cruzeiros antigos a fim de abastecer os postos de venda na área do Distrito Federal. Esses postos são atualmente sete, devendo ser inaugurados mais 2, um em Taguatinga e outro no Gama, onde os agricultores já poderão encontrar todo o material de uso agropecuário a preços menores e com maiores facilidades, pois procuramos levar esses postos exatamente aos núcleos rurais.

A Secretaria tem núcleos rurais no Rio Preto e Tabatinga que distam do Plano Piloto 70 Km, onde existem, além das fazendas antigas, que não foram ainda desapropriadas, 300 granjas, destinadas à exploração leiteira, com área de cerca de 100 ha, em média.

Os agricultores daquela região, quando precisavam comprar qualquer material — uma enxada — uma foice — uma ferramenta — adubo — tinham que deslocar-se, sem muita facilidade de condução, ao Plano Piloto. Colocamos esses postos exatamente na área rural de Taguatinga — Rio Preto — Tabatinga — Planaltina — Brasília, e um aqui no Centro — é isso fizemos sem procurar fazer concorrência ao comércio. Não fazemos propaganda, apenas queremos suprir, nesse setor, as regiões mais distantes das casas de materiais agropecuários facilitando a aquisição pelos agricultores.

A revenda vem funcionando satisfatoriamente, porque — os preços são mais baratos do que os do comércio, não visando a Secretaria lucro, apesar de estar pagando juros desse dinheiro à taxa de 13%, com o prazo de 3 anos.

No setor de assistência mecanizada, estamos procurando, com os recursos oriundos do convênio com a Caixa Econômica formular um plano de assistência, mediante a criação de patrulhas mecanizadas.

Verificamos que, para a consecução desse objetivo, era necessário uma legislação específica, sendo remetida ao Congresso uma Mensagem do Sr. Presidente da República, por proposta do Sr. Prefeito. Esta Mensagem já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e hoje deverá ser votada na Comissão do Distrito Federal. Permitirá o financiamento pela Caixa Econômica, para a compra das máquinas.

Segundo nossas previsões, necessitamos, para o atendimento satisfatório do Distrito Federal e sua região circunvizinha, de pelo menos trinta tratores de esteira, além dos que já possuímos, e de oitenta tratores de pneus.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVA (Relator) — A maneira de se conseguir esse investimento seria, por exemplo, como em outros Estados do Brasil, mediante uma requisição do lavrador ou do fazendeiro, e o atendimento, em seu curso, seria na base de cálculos de horas de serviços prestados? Em Pernambuco, há vinte dias atrás, percorrendo uma área agreste, vi que o trator é usado por meio de contratos, muitas vezes feitos na base de 100 horas, pagas a trinta ou vinte cruzeiros à hora e financiados pelo Banco da região. A falta de financiamento dos contratos é ponto vital, dando margem a que não se te-

nha esperança no aproveitamento dos tratores para o amanhã da terra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Srs. membros da Comissão: para melhor coordenar nossos trabalhos, solicito que todas as perguntas ao Ilustre Secretário da Agricultura do Distrito Federal sejam formuladas depois da sua exposição.

O Sr. Júlio Quirino da Costa continuaria expondo brilhantemente, como está fazendo, o seu ponto de vista e, depois, usariam da palavra os Senhores componentes da Comissão, por ordem de inscrição, figurando em primeiro lugar o Sr. Senador José Ermirio.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Como os Srs. membros da Comissão sabem, fazer funcionar patrulhas mecanizadas pelo serviço público é uma tarefa difícil. Dadas as dificuldades naturais, decorrentes da própria estrutura administrativa do serviço público, transferimos da Secretaria da Agricultura para a Fundação Zoobotânica toda a mecanização, por ser esta uma entidade de direito privado, com jornada diária de oito horas de trabalho, regida pela legislação trabalhista, o que facilita a admissão e demissão de pessoal, fazendo-se nesse particular, a melhor seleção possível. E procuramos orientar o trabalho da mecanização, que deverá ser executado, dentro da nova orientação, em poucos dias, da seguinte forma: o agricultor requer a mecanização — serviço mecanizado, o trator, lá para sua propriedade — mediante um contrato de prestação de serviços, executado pelo preço-hora, dentro dos preços mais baratos possíveis. Não ficou ainda definido, positivamente, mas o preço ficará por volta de NCr\$ 19,00 (dezenove mil cruzeiros novos) por hora.

Mas ainda achamos muito, porque, como frisamos, o Distrito Federal tem peculiaridades que as outras regiões não têm. Estamos partindo da estaca zero, por assim dizer. Os proprietários das fazendas em São Paulo, Minas Gerais e em outros Estados já produzem, estão organizados. No Distrito Federal, tem que se fazer muitos investimentos, inclusive para a recuperação da terra.

O Governo tem que arcar pois com uma parcela desse sacrifício, que não pode ser carregado somente sobre o agricultor, mesmo porque este só trabalha, só produz quando há interesse. De forma que é possível que ainda haja uma possibilidade de fazer um abatimento de uns NCr\$ 4,00. Ficaria, então, o preço de NCr\$ 15,00 a hora por uma máquina nova.

Esse serviço só será atendido depois de apresentada a análise da terra e um plano objetivo feito por um agrônomo seu, ou da Secretaria, ou do Ministério da Agricultura, pois o que ocorre é o agricultor trabalhar sem objetivo, sem plano. Então, não tem resultado. Ou ele pede um trator para preparar, para desmatar sua terra, ou ele não planta toda aquela área, pois não dispõe de recursos. Neste caso, vai perder uma parte; ou, no outro, planta a totalidade e não colhe nada, por falta de orientação, por falta de corretivo, por falta de adubo nas devidas proporções. O agricultor só será atendido mediante apresentação de plano. Para elaboração deste plano temos técnicos à disposição dele. Apresentará um plano de acordo com seus recursos, recursos próprios, e de acordo com os recursos a serem obtidos, mediante financiamento. Feito o plano, a máquina desmanta, prepara a terra, ara, faz gradeação. Fornecemos as mudas, os adubos e o pó calcário, necessário à correção da acidez. Pretendemos também fazer o transporte do pó calcário pois o agricultor não tem condições. O pó calcário custaria barato, vamos dizer, nove cruzeiros novos a tonelada, mas o transporte o onera de duas, três ve-

zes. No plano de aquisição de máquinas, prevemos 16 caminhões, somente para o transporte do pó calcário. Mediante a análise do solo, fazemos a necessária correção. O trator, com implemento próprio, faz a distribuição do pó calcário e o agricultor recebe sua terra inteiramente preparada. O plano será executado por ele com orientação, até a colheita, dos nossos técnicos. Acho que a pergunta do Ilustre Senador ficou respondida.

No setor da pesquisa, a que já me referi inicialmente, temos, na Granja do Tamandua, experiências, de recuperação de cerrados e de adaptação de leguminosas e forrageiras. Os resultados foram animadores, porque colhemos, na Granja do Tamandua, em experiências com milho e soja, o que não se conseguiu em Matão, no Estado de São Paulo. Depois vou me permitir fazer a leitura dos resultados das experiências na Granja do Tamandua.

No setor de produção de mudas e sementes, este ano, na Granja do Tamandua, tivemos uma produção de forrageiras que atendeu satisfatoriamente à demanda, não só dos agricultores locais e regiões vizinhas, como as necessidades do Ministério da Agricultura e do INDIA.

Temos, também, o fornecimento de pintos na Granja do Torto. É uma granja especializada para avicultura, com instalações as melhores possíveis. Mas achamos que não deve ser tarefa da Secretaria da Agricultura ou do poder público a criação, a produção para o comércio. Procuramos, então, orientar a produção no sentido da criação de pintos para fornecimento aos agricultores. São vendidos quatro mil por semana, da melhor qualidade, a NCr\$ 0,38, quando, em São Paulo, o preço é de NCr\$ 0,50 e ainda sofre o acréscimo do transporte, que não é pequeno.

Pretendemos adquirir uma chocadeira para 82 mil ovos e com isso aumentar a produção. Aliás, já exportamos pintos para Manaus. A Secretaria de Agricultura do Amazonas tem recebido pintos da nossa Secretaria pois é do interesse de todos que a avicultura no Distrito Federal se desenvolva em termos econômicos, para abastecimento da capital e também dos centros que necessitam desse tipo de aves.

Outro problema que tem preocupado a Secretaria dentro desse plano de desenvolvimento e que, dentro em breve, se Deus nos ajudar e contarmos com as forças desta Nação, especialmente do Congresso, é o da comercialização. Dentro de poucos dias, adotaremos providências visando a solução do problema de garantia de mercado.

Já estamos, hoje, admitindo que o produtor aqui, no Distrito Federal, não tem condições de colocar a sua produção.

Desde o início, o abastecimento da cidade é feito pelas empresas de fora, especialmente de São Paulo, Minas e Goiás. O comércio, aqui, está, então, comprometido, porque ante a perspectiva de comprar mais barato do agricultor e correr o risco de falhar fornecimento constante prefere comprar mais caro de fora, mas sem falta de fornecimento. Então, muitas vezes, o que está ocorrendo aqui é que o agricultor é obrigado a jogar sua safra fora.

O sistema de abastecimento em Brasília, no que toca ao Poder Público, é feito pela Sociedade de Abastecimento — a SAB, que presta inestimáveis serviços por ocasião da mudança da Capital e que era um fator de segurança para os que se transferiram para cá, quanto à aquisição de gêneros para o seu abastecimento e o de sua família.

Mas, hoje, a SAB é desnecessária, porque já existe um comércio distribuidor e não é função do Estado ser comerciante varejista. Nessas condi-

ções, não tem ela possibilidade de controlar os preços, porque, na verdade, quem faz o controle dos preços são os atravessadores, são os que adquirem as safras e as seguram, para impor ao comércio pelo preço que mais lhes convém. A SAB, nessas condições de mera distribuidora, está tão sujeita aos estocadores, aos atravessadores, como todo o pequeno comércio distribuidor.

A solução que nos parece adequada, a única que solucionaria satisfatoriamente, é a criação no Distrito Federal de um Centro de Abastecimento, nos moldes do CEASA (Centro de Abastecimento de São Paulo), em que o Estado promove a comercialização sem ser comerciante. Ali se possibilita ao produtor chegar com sua produção e oferecer diretamente ao distribuidor ou ao próprio consumidor. Estabelece-se o preço mediante a livre concorrência, pela União dê os todos naquele Centro. Estabelecidas então, as condições de preço, pela concorrência, o interesse do produtor é, inevitavelmente, conciliar a seu interesse com o interesse do consumidor. Possibilita, ainda, um conhecimento exato e rápido da produção, de molde a propiciar aos setores públicos o ativamente desta ou daquela produção de que mais necessita um centro consumidor, nas condições higiênicas desejáveis e o que é principal, sempre eliminando o intermediário em três ou quatro operações. Esse Centro e realmente, uma forma de possibilitar a comercialização e conciliar os interesses do produtor com o do consumidor. E, a este respeito, já fizemos uma exposição ao Sr. Prefeito, baseada em visita demorada ao CEASA, propondo a implantação, aqui, em Brasília de um Centro semelhante ao de São Paulo, modificando-se, assim, o sistema atual da SAB, que evoluiria para um centro dessa natureza.

Esperamos apenas que o Sr. Prefeito — que tem esse trabalho em mãos — concorde com a proposta para iniciarmos estudos mais aprofundados visando a implantação desse centro aqui na Capital.

O centro de São Paulo recebe a produção de frutas, legumes e pescados, enquanto que, na parte de cereais por exemplo, tem os órgãos próprios. Aqui no Distrito Federal isso poderia ser englobado ficando no centro também como estocador de cereais, atingindo-se às regiões produtoras circunvizinhas do Distrito Federal.

Estas, Srs. membros desta Comissão, as linhas gerais de nossa atuação à frente da Secretaria de Agricultura. Estamos à disposição dos Senhores Parlamentares para qualquer pergunta em termos de possíveis respostas. (Buito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, a exposição feita pelo Dr. Júlio Quirino da Costa, foi magnífica. Antes de fazer perguntas, gostaria de comentar, ligeiramente o que disse S. S. aqui.

Primeiro vem a questão do B.N.H.; segundo, qual é o aproveitamento das terras, pois V. Exa. sabe que o homem que arrenda a terra não tem interesse de melhorá-la, colocando-a nas condições desejadas. Portanto, é justo dizer que o arrendamento prejudica esta zona agrícola. Terceiro, ele citou a parte do Banco Regional de Brasília.

Quando estivemos na Prefeitura, há cerca de 1 mês atrás, ouvimos uma coisa muito importante. Esse Banco estava emprestando dinheiro a 17%. Não conheço no Brasil banco que esteja emprestando a esse juro.

Com relação aos atravessadores, V. Exa. tem razão, pois quem produz não ganha quase que coisa alguma.

São os atravessadores que ficam com a maior parte do lucro.

Tenho muitas perguntas, muitas das quais já estão respondidas na sua brilhante exposição.

Primeiro, qual a área cultivável na região do Distrito Federal? Se não quiser responder agora, pode mandar depois por escrito.

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Não tenha condições de responder agora, mas prometo fazê-lo dentro em breve.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Mas V. Exa. não tem ideia?

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Mais ou menos, porque não foram totalmente definidas as regiões.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Será melhor que nos mande exatamente, porque a Comissão demora 2 a 3 meses para fazer o seu relatório.

Segundo, qual o volume da safra no Distrito Federal, em arroz — feijão — milho — batata e mandioca?

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Também não tenho esses dados, mas, pela minha exposição, V. Exa. verificará o estado de abandono em que se encontra esse setor. Não temos pesquisas da produção. Mas já a determinei, está sendo feita.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Terceira pergunta: "Quais os estudos feitos sobre acidez do solo, quais os ensaios de correção que estão sendo feitos nas áreas agricultáveis do Distrito Federal?"

A pergunta se justifica pelo seguinte: Nós todos sabemos que o nitrogênio, o sódio e o potássio, se não tiverem ambiente, ou não são absorvidos pelo solo. Geralmente o solo precisa de Ph de 6. De modo que o Ph do solo, sendo à base de 5, só a potassa realmente é absorvida. Portanto, o homem que paga caro uma terra e o seu Ph estava a 5 ou 4,5, está sempre perdendo dinheiro.

De maneira que, sobre esta parte, dou razão a V. Exa. Já está com laboratório instalado, e vai fazer uma grande coisa: ensinar como plantar, como cultivar.

Há um detalhe: é que esta área requer mais água durante a irrigação. Trata-se de um terreno poroso, que às vezes demanda duas vezes mais água que um terreno argiloso.

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Sobre pesquisas, se me permite, eu transiro a palavra ao Diretor de Pesquisas da Fundação, que ponderará dar dados técnicos a respeito.

O SR. EDUARDO VILLELA MORALES — Srs. Senadores, o Departamento de Pesquisas e Experimentação, criado no exercício do ano passado, deu prosseguimento na Fazenda Tamandua, relativamente à correção do solo e ao uso de fertilizantes a um convênio firmado, em 1965, entre a Secretaria de Agricultura e o Instituto de Pesquisas — IRI.

Atualmente, já temos resultados experimentais de três anos, no que diz respeito à correção do solo e às adubações de milho e soja.

Quanto à correção do solo, temos na maior parte do Distrito Federal, o Ph muito baixo, de 4,1 a 4,5.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Quantas toneladas de pó de calcário são necessárias para se elevar o pH a 6 para que fique na base diretamente?

O SR. EDUARDO VILLELA MORALES — Num solo de pH 4,5, é preciso normalmente quatro toneladas de calcário por hectare. Sobre esse aspecto a Secretaria de Agricultura vem recomendando a correção do solo no Distrito Federal na base de quatro toneladas por hectare. Atualmente, porém, estamos integrados no projeto internacional de análise do solo, ligado também ao projeto nacional de análise do solo, adotando-se teoria nova no sentido de o calcário ser usado mais para corrigir o

aluminio treável do que para corrigir propriamente o pH. Tomemos o caso específico da alfafa, em que se obtve uma alta produção por hectare com pH na base de cinco, cinco e pouco. Ora, considerando-se que alfafa é uma cultura que exige pH relativamente alto — normalmente em torno de sete, porque seis não é suficientemente — chegamos à conclusão de que, se se obtve alta produção com pH cinco, é porque foram empregados fertilizantes altamente solúveis, aplicados não na quantidade total, no início, da plantação, — mas parceladamente, para assimilação paulatina, evitando-se desperdício.

Não estamos aplicando diretamente, a nova teoria de correção de solo. Estamos apenas iniciando trabalho, para evitar qualquer resultado negativo que concorra para o desprestígio da organização técnico-agrônoma do Distrito Federal que, por sinal está desacreditada, pois foi o trabalho inicial efetuado sob uma orientação errônea! Estamos recomendando, ainda, em quantidade clássica para pH 5, como a técnica indica. Temos visto, frequentemente, ras amostras que são enviados ao laboratório que certa seria de uma ou duas toneladas de calcário, no máximo. Porém, com muito tato, estamos ainda recomendando uma quantidade um pouco maior ate provarmos que uma parte lançada agora, e outra em setembro, com uma quantidade mínima de calcário, será suficiente com o uso de fertilizante solúvel.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, ainda tenho uma pergunta que pode ser respondida. É a seguinte: Quais os fertilizantes de que mais necessidade têm os terrenos do Distrito Federal?

O SR. EDUARDO VILLELA MORALES — É uma pergunta que se liga diretamente a esse trabalho de fertilizante do solo inclusive internacional. Atualmente, a base para recomendação de fertilizantes é feita apenas por uma determinação de fósforo e potássio, efetuando-se apenas a adubação nitrogenada por correlação de PK. Então temos quatro padrões — é como uma roupa-padrão com diversos tamanhos — de adubação correlacionados.

Temos: para fósforo baixo, potássio baixo; para fósforo baixo — potássio alto; para fósforo alto — potássio baixo; e, finalmente fósforo e potássio altos. São quatro formulações.

De qualquer maneira, tudo indica que, no Distrito Federal, por experiência já realizadas a principal deficiência é o fósforo. A deficiência de fósforo faz-se sentir tanto na produção oleícola como na frutícola, — esta totalmente negativa, devido à falta de fósforo. No que se refere à pecuária, há baixa fertilidade, baixa produção de rebanhos.

O principal fertilizante que estamos recomendando é o fósforo de farinha de osso (tanto para a pecuária, quanto para a fruticultura etc.), ou o fósforo solúvel. São recomendações que estamos dando na Fundação Zootécnica e no Departamento de Pesquisa. Para a cultura de tipo maior isto é, extensiva, aconselhamos o uso de parte de fósforos na forma de mais difícil solubilidade e que pode permanecer no solo, e uma parte de aplicação parcelada, de fósforo solúvel, para aproveitamento da parte. Como expliquei, o nitrogênio não está limitado, como se pensava, por ser correlacionado à formulação PK.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Satisfaz plenamente a resposta do técnico da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Tem a pecuária do Distrito Federal possibilidade de lucro?

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — A pecuária do Distrito Federal, mesmo antes da mudança da Capital, já existia nesses chapadões. Os cria-

dores de Gc'as, mesmo nos períodos de seca e d' estiagem, soltavam seus rebanhos no início da seca e da estiagem a estas passavam muito bem. E' que as condições de clima e o grande número de leguminosas nativas existentes no cerrado e ainda desconhecidas, mas que, nos trabalhos de pesquisa que estamos encetando, vamos procurar identificar para multiplicação de produção os rebanhos se desenvolviam e ainda se desenvolvem, de maneira muito boa. Se a criação se fizer pelos métodos racionais de complementação das carências de minerais existentes, então é tanto mais certo o êxito da criação, o desenvolvimento da pecuária no Distrito Federal. Mesmo em condições empíricas, nas condições naturais da região, já ela é feita de maneira satisfatória.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A sexta pergunta, sobre o funcionamento de recursos aos agricultores do Distrito Federal pela Secretaria de Agricultura, V. S. já respondeu.

Temos — agora — a sétima pergunta: quantas escolas rurais e de educação agrícola existem no Distrito Federal?

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Existe uma de iniciação agrícola que era do Ministério da Agricultura e se transferiu para o Ministério da Educação, perto de Planaltina. E' o Colégio Agrícola de Planaltina.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Que eu inaugurei, quando Ministro da Agricultura.

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — V. Exa. está de parabéns. Funciona muito bem.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Já estava inaugurada, com placa, e faltava tudo; para que funcionasse foi preciso comprar tudo.

Oitava pergunta: quantos traçadores existem na área rural do Distrito Federal?

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Hoje, existem oito traçadores de esteira.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Digo não só os da Prefeitura, mas dos que trabalham no campo.

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Os particulares não têm traçadores, não têm condições para aquisição de máquinas, ninguém tem essa condição, no Distrito Federal.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Quantas cooperativas de produção existem no Distrito Federal em funcionamento?

A razão desta pergunta veio da exposição de V.S. E' que o intermediário é o grande lucrador do trabalho da agricultura e da pecuária. Há necessidade de cooperativas de produção e talvez de venda. Ainda, fazer uma produção durante muito tempo é necessário, tem que ser dirigida por homens que defendam o produtor local.

O DR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Existem quatro cooperativas. Essas cooperativas funcionam ainda de maneira a mais precária, insatisfatoriamente, porque não há mentalidade cooperativista e constitui meta da Secretaria o incentivo ao cooperativismo, como belo instrumento de comercialização. Confessamos que temos enfrentado dificuldades para a formação de uma mentalidade cooperativista. Vamos prosseguir, esperando que a semente que lançaremos venha, um dia, a frutificar.

O SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO CORRÊA — Agradeço ao ilustre Secretário de Agricultura do Distrito Federal Dr. Júlio Quirino da Costa pelas informações precisas que prestou aqui.

Com a palavra o Sr. Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Quero congratular-me com o entusiasmo do nosso Secretário de Agricultura, porque em nenhum se-

tor de Brasília a confusão era tão grande como no da agricultura. Basta dizer que a produtividade do solo era entregue a um regime de trinta anos atrás, quer dizer, a confusão era completa e total.

Assim, manifestamos-nos contentíssimos com a maneira com que o Secretário de Agricultura está procurando separar tudo, consentir o que estava errado; está procurando começar acertando num órgão novo. A Secretaria de Agricultura está, dessa forma, deixando de ser a encampadora de toda a atividade agrícola no Distrito Federal: ela produzirá frango e se contará anedota de que ela caminhava para produzir leite (risos) e inúmeros outros pontos de inconfundível desconhecimento do setor agropecuário.

Agora, e dentro desse espírito, queremos, primeiramente, perguntar ao nobre Secretário de Agricultura qual é a relação de incentivos que a Prefeitura dá ao produtor rural na parte fiscal: Se o ICM está isento, ou não.

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Esse é um problema que atormenta todas as classes produtoras no setor da Agricultura no Brasil, e que também é enfrentado aqui, no Distrito Federal. Mas essa isenção, ou as facilidades de ordem tributária ao agricultor, não depende somente da administração local, mas sim envolve os interesses de outros Estados. Entretanto, informo a V. Exa. que recentemente realizou-se uma reunião, o encontro de Secretários das Finanças, do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e de todos os Estados para cuidar de dar uma solução ao problema. E a conclusão a que chegaram foi pela isenção da primeira operação.

E isso só depende agora, no Distrito Federal, de um decreto do Senhor Prefeito.

O SR. DEPUTADO BRENÓ DA SILVEIRA (Relator) — Em primeiro lugar, eu perguntaria se, quando fosse abordado um problema como esse, não poderíamos esgotá-lo logo, para não estarmos voltando ao assunto. E neste caso, com dívida vãnia do nobre Senador, eu começaria por dizer que, resolvido o problema da fixação do Congresso Nacional em Brasília, eu para aqui vim, e de saída me fixe numa área econômica vizinha.

Em segundo lugar, eu perguntaria, e justamente nessa parte da barreira que toca a fundo, e está liquidando a iniciativa privada dos pequenos fazendeiros e dos pequenos moradores, dos sítiantes. E' que eu perguntaria se é legal a existência de posto de barreira de Goiás, dentro da periferia, porque o que existe é a gana de cercar, de impedir a entrada, e lembraria ao Sr. Secretário de Agricultura, aqui presente, que uma das coisas que mais alimentava a pequena propriedade e o pequeno sítiante era a feira de Taguatinga, essa famosa feira que criou fama nacional como na feira de Caruaru. Então, pouco a pouco, tem-se batido pelo impedimento das barreiras, da chegada dos homens a cavalo, que vinham das zonas, por exemplo, do Maranhão, trazendo seus produtos hortigranjeiros, laranjas, ovos, frangos. Hoje acontece que por um frango — e vou citar um exemplo que é dos mais xucros, dos mais chocantes — para se passar na barreira de Brasília, paga-se cerca de NC\$ 0,45 por frango e se não pode pagar os fiscais o apanharam. E' um dos espetáculos mais ridículos, mais chocantes o que vemos nesses postos. O posto de Brasília, citando o mesmo exemplo, vive constantemente cheio de galinhas em volta, porque elas entram de qualquer maneira, atualmente. Hoje, ninguém mais traz os seus produtos. Uma das coisas mais interessantes que talvez muitos deputados não saibam é que, embora não se de-

multa importância à linha da perseguição, a nossa linha sabrosíssima, a linha que é remédio e que é vendida por ninharia. Trata-se de três cinquenta reais.

E, já que se tocou no problema da barreira, eu pergunto aqui por que, quando trazemos um frango para abater em casa, na perseguição da barreira somos obrigados a pagar 14 cruzeiros novos e, para qualquer quantidade de rês, e o Sr. Secretário sabe disso, nós pagamos, hoje, em média NC\$ 30,00 a NC\$ 33,00?

Hoje, há desvalorização no setor da pecuária, pois só mesmo quem se dedica à pecuária de raça terá de de arranjar licença para o transporte do gado, não irá pagar barreira. Ou, então, ter de arranjar um comissário que conduza todas as vacas para trazer o gado que se compre, evitando o cerco da fiscalização.

De maneira que eu considero o problema de barreira, o problema do ICM como um problema gravíssimo, inclusive, quando vemos a fiscalização da Prefeitura de Brasília facilitando, surgem atritos com os fiscais a ponto até de conflitos.

Então, aproveitando a permissão do nobre Senador — tão objetiva sobre a questão do ICM, quero alertar para o fato de que uma das conclusões mais fantásticas e de melhor esperança para a zona agropastoril de todo o Brasil seria a solução do problema do ICM, que devia ser varrido do Distrito Federal, inclusive tirando esses espantinhos que assombram e recuperando a confiança para que a feira comum, o mercado do produtor — A Feira da Taguatinga, de Brasília — os que ali residem fossem à cata de suas verduras, incentivando esta produção hortigranjeira de pequenos animais, que é talvez a grande razão da existência dos pequenos posseiros que estão desaparecendo hoje, em virtude dessas taxas. Aliás, esta parte que trata da ida desta gente para outras cidades, através do BNH, já foi levantada aqui por outro Senador que está com a palavra e apartando o nobre expositor.

Tenho a impressão de que um dos problemas mais interessantes é este do ICM e o tal da possibilidade de se levar o BNH para a área agrícola, para a construção de casas de operários, para construção da casa própria do fazendeiro, que praça aos céus se concretize. Ainda pelo menos em 60 por cento as casas de fazendeiros goianos não existe o menor rudimento de higiene e conforto, enfim a presença do que há de mais rotineiro para se viver bem. Era o aparte que eu queria dar em homenagem ao debate do nobre Senador.

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Esta questão dos postos de Goiás, funcionando dentro do Distrito Federal, trata-se evidentemente de uma situação ilegal. Mas, como frisou o nobre Senador José Feliciano, nós temos procurado corrigir defeitos básicos, que se vêm acumulando pelos tempos.

Esta situação também foi encontrada pela atual administração, mas é uma situação delicada, porque envolve as boas relações entre os Governos do Distrito Federal e de Goiás, e isto é feito naturalmente com aquiescência do Governo do Distrito Federal.

O Estado de Goiás não instalou aqui seus postos sem o consentimento da Administração do Distrito Federal, mas essa situação está praticamente sanada, mediante a assinatura desse convênio, que isenta a primeira operação. Então, todos os produtores poderão livremente vender a sua produção, de maneira que os postos, aí, nesse caso, para os produtores, não poderão cobrar imposto.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Nossa outra pergunta refere-

se exatamente à orientação da Secretaria.

Apreendemos que a Secretaria precisa convencer-se de que o papel dela é assistir ao produtor e não produzir.

Então, dentro dessa orientação, já ficou a preocupação definida: vai ser do produtor rural, realmente.

E' preciso a Secretaria entrar com afinco no setor de análise do solo e de colheita, também, da produção agrícola dentro da área. Isto é, estas — como já disse — estas produções de arroz, feijão e milho em grande quantidade e fixação, temporariamente, fora do Distrito Federal. E a Secretaria entrará com afinco na assistência ao hortigranjeiro. Porque definio, com a concorrência do grande centro de produção. Aí nós teremos já o hortigranjeiro concorrendo aqui dentro, e em seguida saindo para os produtos de grande custo.

Outro ponto que julgamos fundamental é a assistência técnica, por intermédio de escola de ensino superior. E' inconcebível que, até há pouco tempo, a análise de solo fosse feita no Rio de Janeiro e de São Paulo para a frente. E' inconcebível também que, quando já se criou essa Universidade tão grande e tão apetrechada, até hoje não se tenha cuidado do ensino agrícola no Distrito Federal! Não há uma escola de agropecuária aqui no Distrito Federal!

E devo manifestar, também, uma outra estranheza: quando visitei essa Escola Técnica de Ensino Médio de Agricultura no Distrito Federal ela funcionava apenas como Ginásio do Segundo Ciclo, sem nenhuma interferência no setor agropecuário da região.

Havia como uma experimentação numa fazenda, lá, por intermédio de uns técnicos do Ministério da Agricultura sem vinculação com o ensino agrícola da Escola, porque ela não funcionava como escola de ensino médio.

Outro ponto importante é o de fazer assistência agrícola na parte leiteira, dando-lhe assistência técnica, fornecendo-lhes sementes; para os exames nas escolas conseguir caprinhos, arame, farpado, adquirir silos, etc., etc. Neste setor ela atenderia, então, à parte leiteira do Distrito Federal, e no outro então, seriam cultivados o arroz, feijão, milho, temporariamente. Tudo feito dentro dessa orientação, e, sobretudo, se preocupando com a sua comercialização. Acredito que a Secretaria está indo no caminho certo e está prestando uma grande colaboração aos serviços deste setor! De maneira que me congratulo com o Sr. Secretário de Agricultura pela sua exposição. Acredito que S. Exa. vá realmente resolver esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, Senhor Secretário de Agricultura, na ocasião da instalação desta Comissão, tive oportunidade de dizer que ao final deste trabalho, talvez tivéssemos uma decepção muito grande depois de ouvirmos o que há em matéria de agropecuária no País, mas todos nós aqui, hoje, tivemos como que uma espécie de incentivo na exposição feita pelo ilustre Secretário de Agricultura do Distrito Federal, ao iniciar uma série de depoimentos.

S. Exa. de fato, nos trouxe um retrato do que gostaríamos estivesse acontecendo no Brasil inteiro. O Distrito Federal, através de sua Secretaria de Agricultura, apanhou na unha, apanhou de frente todos os problemas básicos da agricultura e da pecuária nacional. Dentro das suas limitações, parece-me que S. Exa. os equaciona devidamente.

Inscrevi-me para inquirir o ilustre Dr. Júlio Quirino da Costa em alguns

pontos que S. Exa. já na sua exposição deixou bastante claros e cujo esclarecimento foi completado, posteriormente, nas respostas dadas aos Srs. Senadores José Américo e José Feliciano. Todavia, ainda queria indagar de S. Exa. uns dois pontos.

V. Exa. disse que encara a mecanização como básica no planejamento nacional da produção agrícola no Distrito Federal. Julgo também inteiramente acertado esse ponto de vista, mas ainda penso que a produção agropecuária no Brasil não vem, de fato, acompanhando a inflação. Vemos nos rebaixamentos anunciados recentemente, que o custo do leite no País subiu em cerca de 40% e o custo dos produtos alimentícios subiu simetricamente 14%. Há uma diferença muito grande, uma grande defasagem nos níveis, o que prova que o agricultor está vendendo o seu produto relativamente barato para comprar os demais produtos de que tem necessidade, relativamente mais caros para ele que produz. Isso é que dá essa falta de incentivo à agropecuária. É um ponto de estrangulamento dos mais notórios. Evidentemente, os remédios já vêm sendo tomados aqui no Distrito Federal, e não no resto do Brasil, o que é uma prova trazida da técnica e do financiamento barato a esses agricultores.

Então perguntaria, assim, terminada esta divagação, ao Secretário, da Agricultura do Distrito Federal: se tem recebido queixas nesse sentido, de remuneração inadequada desses produtores, aqui no Distrito Federal.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Informo a V. Exa. Sr. Deputado, que eu também sou fazendeiro, sou agricultor, e venho sentindo na carne esse problema. E a queixa, sempre foi geral, sempre existiu. É um verdadeiro clamor o que está ocorrendo. É que, cada vez mais, as classes produtoras rurais se empobrecem, enfrentam cada vez mais dificuldades. Tenho conhecimento desses problemas sociais. O clamor é geral, sempre o foi. Urge, realmente, que se tome providências sérias, a fim de se estabelecer equilíbrio nas relações sociais no setor da produção. O produtor vende pelo preço imposto pelo comprador. A situação exige providências urgentes. Com os centros de abastecimento, que deviam profitar por todo o Brasil, especialmente nas grandes cidades, a fim de garantir e favorecer a comercialização, acredito que a anomalia seria corrigida.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Como esta Comissão procura diagnosticar no País inteiro as deficiências da produção agropecuária, gostaríamos de ter de cada autoridade, de cada técnico que aqui comparece a indicação do remédio para essas deficiências. E V. Exa. o caracterizou com a comercialização que — parece-me — o problema fundamental da produção agropecuária no Brasil.

Louvo a iniciativa da Prefeitura do Distrito Federal em cuidar dos centros de abastecimento. Seria a medida, o remédio que sanaria o, através do produtor da produção agrícola.

Outro pergunta, a respeito dos planos que V. Exa. focalizou. Além desses planos, que são, assim, normativos, oriundos talvez de conversas entre técnicos, a Secretaria está capacitada para oferecer projetos para aproveitamento da indústria rural? A alguém que queira colocar, por exemplo, uma fábrica de ração, uma fábrica de manteiga ou uma fábrica de doces, a Secretaria fornece o projeto pronto, já elaborado, sem ônus para esse produtor?

O SR. DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Sr. Deputado, a Secretaria possui um órgão especial para esse fim: chama-se Coordenação de Indústria e Comércio. Mas, essa coordenação nunca funcionou. É uma ver-

dade, infelizmente, e estou aqui para dizer. Se qualquer investidor de fora chegar a Brasília e quiser orientar-se para uma pesquisa de mercado, não encontra nenhum órgão no Distrito Federal, e muito menos na Secretaria de Agricultura, embora, como já disse, ali exista um órgão para essa finalidade. Mas estamos preocupados em fazê-lo funcionar, para que essa dificuldade seja sanada, remediada imediatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, as outras perguntas estão praticamente prejudicadas. Mas, gostaria que o Sr. Secretário nos desse notícias sobre a usina de pó calcário para a qual vi, no Orçamento, a destinação de uma verba de 200 milhões de cruzados.

O SR. DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Esta tarefa que deveria também ficar entregue à iniciativa privada, infelizmente tem que ser alçada pela Secretaria da Agricultura.

Existe na FERCAL, os mais familiarizados com Brasília sabem disso, a exploração de jazidas calcárias nas proximidades de Sobradinho, mas elas não produzem propriamente o pó calcário, é um pó granulado, um subproduto que não está satisfazendo, dado a dificuldade de assimilação, por ser grosso, em grãos.

Providenciamos a aquisição de um moinho para atender, dentro de nossos planos, o problema do Distrito Federal. Pretendemos instalar nessa região que pertence ao Distrito Federal e está sendo explorada...

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — E há capacidade de atendimento para fora do Distrito Federal?

O SR. DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Será uma média de 50 toneladas por dia, creio que suficiente para começar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Depois há a fábrica do Senador José Ermirio, a uns 70 quilômetros.

O SR. DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Esta é mais distante. Inclusive é a que tem melhor calcário, com maior quantidade de magnésio, porém o transporte onera muito.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Dr. Júlio Quirino, congratulo-me com V. Ex.^a pela exposição que fez aqui, a contento dos objetivos da Comissão e quase ousaria abusar assim, da excelente boa vontade demonstrada, sugerindo ao ilustre Senador Fernando Correia que a Comissão aproveitasse esse trabalho que a Secretaria da Agricultura vem fazendo, e nos proporcionasse uma visita, *in loco*, não só a esses laboratórios de análise, que me parecem entregues a excelentes técnicos, como também as fazendas de experimentação. Com a aquiescência do Dr. Quirino, poderemos, por exemplo, ir no domingo.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR FERNANDO CORREIA) — Ficou combinado após uma exposição dos Secretários, mas essa exposição demorou-se muito e chovia bastante, e o Prefeito Wadjo Gomide nos disse que mais tarde marcaria uma visita dos parlamentares, justamente a toda essa parte rural e mesmo urbana, cujos planos nos foram mostrados no edifício da Prefeitura do Distrito Federal. Infelizmente, depois, vieram as férias e a visita não foi realizada. Mas está dentro do plano, de maneira que solicito ao próprio Secretário de Agricultura que providencie e nos avise. Poderá ser no sábado, à tarde, por exemplo.

Eu sugeriria que o encontro se desse na sexta-feira, dia 22, pela manhã tendo em vista que às terças, quartas e quintas-feiras, temos sessão matutina, no Senado. A data de 22 dependendo, naturalmente, de uma palavra de confirmação de V. Ex.^a.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, tem a palavra o nobre senador Carlos Lindemberg.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — Sr. Presidente, a exposição do ilustre Secretário da Agricultura, Sr. Júlio Quirino da Costa, demonstrou estar S. Ex.^a perfeitamente enfiado nos problemas, e que deseja S. Ex.^a fazer do Distrito Federal um centro de produção para o próprio Distrito Federal. Eu perguntaria, ainda para esclarecimento, se S. Ex.^a está providenciando ou já providenciou assistência técnica ao rebanho, ou melhor se essa assistência já é efetiva, com vacinação contra aftosa, carbúnculo, brucelose e outras endemias que perseguem, que dizem nossos rebanhos frequentemente?

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — O Ministério da Agricultura tem uma campanha contra a aftosa e vem atacando o problema nessa área do Distrito Federal, mas a Secretaria pretende equipar-se e assim esteja com o laboratório, que deverá ser inaugurado agora, o laboratório de patologia animal, estará apto a fazer exames satisfatórios para a defesa do rebanho de Brasília e das regiões circunvizinhas.

Isso é para já, pois pretendemos inaugurar o laboratório no dia 21 de abril próximo.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — O Ministério da Agricultura tem dado assistência à Secretaria de Agricultura no tocante a fornecimento de vacinas e uma ajuda para esse combate às moléstias?

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Não temos ocupado o Ministério, porque nós estamos prevenindo, equipando a Secretaria, já que o Ministério tem suas tarefas a executar em todo o território nacional. Além do mais, dentro da reforma que está sendo realizada no Ministério da Agricultura, reforma administrativa, a execução desses serviços ficará a cargo das Secretarias de Estado e, então, há essa compreensão do problema no sentido de procurarmos defender os nossos rebanhos sem dependermos do Ministério, a não ser quando se trata de trabalho integrado, para evitar dispersão ou atividades paralelas.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Porque não tem laboratório funcionando, no Ministério da Agricultura, no interior do Brasil e nem fornece vacina para ninguém. Acho que o mais perto está funcionando e o de Barretos, no Estado de São Paulo.

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Quanto à vacina, temos na venda todas as vacinas necessárias. A revenda está aparelhada. V. Ex.^a poderia, se assim concordarem, ir em comissão a um dos postos de revenda.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — V. Ex.^a já falou no êxodo rural, até que houvésemos conversado a respeito, repetiu palavras minhas, há muito tempo, mas sem solução alguma. Particularmente no Distrito Federal não se tomou providência quanto a este êxodo, porque o êxodo é como V. Ex.^a falou, é em virtude dos atrativos que o próprio Governo oferece ao povo do interior para virem à cidade.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR FERNANDO CORREIA) — Sou lá do fim do Mato Grosso e acho que o êxodo rural não é bem o atrativo da cidade. O êxodo é pelas dificuldades, pelo aviltamento dos preços que acabamos de citar. Não há lucro para o homem que mora no campo o agricultor, o pequeno agricultor. — E isso é um erro da política agrícola do Governo, — que tira qualquer ideia de lucro do pequeno produtor. O grande erro da política agrícola no Brasil é acabar com o pequeno produtor, o homem que tem 8, 10 ou 15 hectares de lavoura, que mal veste e come

muito, mal, pelas dificuldades de transporte e, sobretudo, pelo aviltamento de preço que já foi comentado aqui. Este é o maior atrativo para que o homem fuja da miséria e vá para a cidade, onde bem ou mal ele passa.

Esta é a minha opinião, minha experiência como fazendeiro de Mato Grosso, em minha fazenda não sinto esse fenômeno do êxodo, porque procuro dar assistência melhor ao homem do campo, mas geralmente eu verifico — já governei Mato Grosso por dois períodos — e sinto esse drama tremendo que se está verificando na cidade. Daí o nascimento da laje, do desocupado, dos vadios, dos vagabundos, dos homens que se atrevem a usar profissão completamente fora da lei.

Este é meu pensamento, o êxodo rural é questão econômica.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — Estou de pleno acordo com V. Ex.^a e cito também, como uma das causas, a queda dos preços para produtos da lavoura.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR FERNANDO CORREIA) — Este é um erro do Governo, está acabando com a classe média, sacrificando os grandes proprietários.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — O que V. Ex.^a cita quanto aos preços não atinge apenas ao pequeno lavrador, atinge, também, aos fazendeiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correia) — Tenho mil hectares de lavoura em Mato Grosso — quando um ano corre bem eu posso me sustentar em dois ou três anos que correm mal, com os fenômenos climáticos.

Eu tenho facilidades para conseguir financiamento, mas o pequeno agricultor, que mora no interior, que gasta na viagem, na jardineira, no ônibus, que vem ficar na pensão durante oito ou dez dias, à disposição do Banco do Brasil, para pleitear o financiamento, esse homem vem se alojar na casa de um parente, então pensar que vai melhorar com a casa que o Governo possa oferecer. Esse é meu pensamento.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — E, isso, somado às facilidades que o próprio Governo dá, de assistência à saúde, educação, é como diz: vem um empregado de fazenda para a cidade, coloca-se, arranja casa, e daí a pouco ele traz a família inteira.

Não há até agora nenhuma providência tendente a que o lavrador tenha mais amor à terra, tenha conforto para continuar trabalhando no campo e educando seus filhos dentro daquele ambiente em que vive.

Acho que se o Governo não atacar com presteza essa questão, nós das cidades iremos passar fome, por falta de produção alimentícia. De modo que se trata de providência necessária e urgente.

Certa vez, sugeri, ainda ao Presidente Getúlio Vargas, que a Fundação da Casa Popular cuidasse disso. E ele me disse que iria botar no Regulamento e botou. Então passaram a construir casas nas cidades do interior. Mas isso não resolve. Tem que ir para os campos.

Bem, vamos reduzir as perguntas. V. Ex.^a falou que está trabalhando para a organização de um Centro de Distribuição, mas naturalmente também para estocagem em armazéns gerais. Isso, só dentro de Brasília ou nos pontos estratégicos onde a produção se avoluma.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Acho que um centro semelhante ao de São Paulo, com as possibilidades de estocagem e estradas, resolve perfeitamente.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERBERG — Estocagem, com armazéns gerais.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — A estrada de ferro, por exemplo, Brasília-Pires do Rio, não tem retorno para levar para São Paulo a produção do norte e de Goiás. Ela seria altamente beneficiada porque, com seus armazéns, as produções, para o consumo, seriam estas, abastecendo, por sua vez a capital, e o excedente das produções seria exportado, salvando-se até a própria estrada de ferro, que não tem retorno.

Existe, porém, um problema, que me permito lembrar ao Senador José Feliciano, de Goiás. Sei que S. Ex.^a sempre tem enfrentado esse problema, com coragem, toda vez em que há oportunidade. A estrada Brasília-Belem passa bem distante de Brasília. Vai diretamente a Anápolis. A distância de Brasília a Urupema é de 150 quilômetros. Daqui a Anápolis são 160 quilômetros e de Anápolis a Urupema são 200 quilômetros. Então, a produção do Norte é comprada pelo mercado de Anápolis pelos preços mais aviltantes, eliminando-se um mercado em grande crescimento, o mercado consumidor de Brasília, para correr em benefício do próprio Norte de Goiás.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — O que vejo aí é o seguinte: estando pronta a estrada, o próprio produtor arruma uma maneira de colocar o produto onde o preço é melhor.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Se o produto é obrigado a vender sua colheita para pagar as suas dívidas, se ele próprio financia sua produção, então é obrigado a vendê-la por qualquer preço. Se houver financiamento, se houver um sistema de estocagem, ele irá vendê-la na ocasião que quiser, restabelecendo o equilíbrio entre a oferta e a procura.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — De acordo. Queria lembrar ao nobre Secretário da Agricultura e aos Senhores membros da Comissão que quando era Prefeito o Sr. Plínio Cantanhede e Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o Dr. Inácio Lima, chegou a ser planejado pelo Prefeito uma ligação direta de Goiá-diretamente aqui. De maneira que néssia e Ceres, um ramal que vinha esta estrada seria também de importância vital para o Distrito Federal, já que impedia essa centralização de toda produção de Goiás, de Ceres, de toda aquela região. Isto dava a possibilidade daquela gente de ter um escoadouro direto, que tinha apenas 78 quilômetros.

Então é que seria, nobre Secretário junto ao Governo, Wadjo Gomide, uma volta ao plano estudado durante anos. Queria lembrar, aqui, que não sou saudosista, mas o fato é o seguinte: até o ano passado, até a outra legislatura, os problemas do Distrito Federal eram de responsabilidade tanto da Câmara Federal como do Senado. Quis a nova Constituição tirar do Distrito Federal a influência dos deputados, que perderam, hoje, o seu respeito às autoridades de Brasília. Vivem de costas para a Câmara Federal, inclusive. Não tem, muitas vezes, nenhum acesso, porque a Câmara Federal, pelos seus deputados, deixa am de ter qualquer influência no próprio Orçamento. A Comissão do Distrito Federal é específica no Senado; no plano antigo era Comissão Mista.

UM APARTEANTE (Inaudível).

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não falta coisa alguma. Se faltou foi um plano para tranquilidade da administração do Distrito Federal, não houvesse interferência. O nobre Deputado Arnaldo Nogueira é um dos melhores amigos do Distrito Federal, um dos homens mais preeminentes da ARENA e tem tido atuação fundamental nos problemas da cidade.

Então, a partir daí, perderam os deputados contato com os problemas de Brasília, porque lhes foi tirado o que já era tradição na vida do deputado. Os problemas ficaram restritos, única e exclusivamente, ao Senado. Deveria haver maior participação dos deputados que aqui se estão fixando. Não resta dúvida, são participantes do problema.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Disse V. Ex^a que se estão formando pequenas fazendas de 100 hectares, para incrementar a pecuária leiteira.

Perguntaria: não é a área pequena? Quantas animais comportaria?

O DR. JULIO QUIRINO DA COSTA — A questão é muito restrita. Estabelecemos o tamanho das propriedades, dos imóveis rurais segundo a destinação, tendo em vista também a pequena extensão. Mas o que pretendemos nos nossos planos, dada a pequena extensão do Distrito Federal e a pobreza das suas terras, que têm que ser exploradas tecnicamente, racionalmente, é substituir a quantidade pela qualidade. Ao invés de um fazendeiro obter de uma vaca três litros de leite, nós queremos que uma vaca dê oito ou dez litros e que, numa pequena propriedade, de 100, 150 ou 200 hectares, conforme a distância do Plano-Piloto, possa, com um rebanho de trinta vacas, obter a mesma quantidade de um fazendeiro de regiões mais distantes, de Goiás e Minas Gerais, obtém com 100 vacas. Não tendo ele, com seu pequeno rebanho, condições para adquirir um reprodutor de alta linhagem, vamos procurar resolver esse problema com a inseminação artificial. Esse plano está em fase de execução, estamos providenciando a instalação de um banco de sêmen para funcionar dentro de seis meses. De forma que os pecuaristas, se quiserem explorar a pecuária leiteira ou a gorda em confinamento, terão condições de obter os mesmos resultados que fazendeiros...

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Mas, se a Secretaria da Agricultura não se convencer de que a pecuária, assim programada, é altamente técnica e que técnica sem escolas superiores, sem um centro de pesquisas anexado, não se faz, ela não obterá resultado.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Informo ao Senador que existe já funcionando a Fundação da Universidade do Distrito Federal, cujo presidente é o eminente Senador Eurico Rezende. Ele já está providenciando uma Escola de Veterinária, que será um campo de pesquisa.

A Secretaria está apoiando essa iniciativa e já decidiu oferecer-lhe uma área, aqui no Distrito Federal, onde ele possa instalar a sua Escola.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Acho que é uma providência de grande alcance.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Onde a iniciativa privada, ou outro setor do Poder Público Federal não enfrentar o problema, nós temos enfrentá-lo, como estamos fazendo. As pesquisas, nesse setor, deveriam ficar mais afetas à Universidade mas esta, por motivos que não interessam aqui, não está executando.

E, dentro ainda do atual Governo do Distrito Federal, pretendemos ficar tão bem equipados quanto o primeiro Centro de Pesquisas do Brasil, que é São Paulo.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Eu felicito V. Ex^a por isso.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sei que estou me dirigindo a um grande fazendeiro, grande pecuarista, conheço-o bem. Perguntaria se, com a responsabilidade de Secretário da Agricultura, o Ilustre conferencista e expositor, orientou a sua atividade para um dos maiores problemas da pecuária no serrado — chamada a erva café, a erva

gato, que é macerada, colocada naturalmente, no paiol e comida pelos ratos, que são fulminantemente mortos. É uma erva que mata em dez minutos qualquer deles. Ela se desenvolve nas veredas daqui do cerrado e tem sido um problema permanente para todo o Planalto goiano, principalmente no cerrado.

Fui uma vítima, e depois que vendi minha propriedade ao Senador Eurico Rezende, não tive a felicidade de encontrar o ilustre comprador, que abandonou a referida fazenda em virtude da pouca sorte. Naquela ocasião, eu havia perdido 19 vacas holandesas. Cheguei a fazer o isolamento de todos os córregos com seis fios de arame, mas V. Exas sabem que o gado holandês é eminentemente ladrão e não há arame farpado que o prenda, ele o corta, e justamente no emaranhado de uma vereda ele vai comer a erva.

Num ano e meio, assistia-se à tiragem de alto padrão.

Na Universidade do Brasil, eu estava com elementos vindos do Norte, daquele famoso Centro do Pará, fazendo experiências com cobalto. Naquela oportunidade, chamei um dos técnicos que estavam em visita, do Centro Agrônomo, para assistir a uma autópsia, e ele ficou impressionadíssimo.

A erva café produz gás cenidrico, e a rez que ingeriu erva café perto do curral, ao chegar no parque da fazenda, sobreviveu no máximo dez minutos. Tenho esgotado todos os recursos, e inclusive mandado sondar se existe um serviço específico contra esse mal. Infelizmente, porém, existe tal serviço em toda aquela área. Indaguei do setor de pesquisa se tem havido alguma medida nesse sentido, de modo a dar alguma tranquilidade àqueles que vão lidar principalmente, com gado holandês, nessa fazenda de cem hectares.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Agradeço a contribuição dos Senhores Senadores, e do Dr. Moraes que está enfrentando o problema.

O SR. EDUARDO VILELA MORALES — Isso tudo é muito relativo, mas, nesse sentido de combate à erva café, entramos em entendimento, no ano passado, ainda quando a Fundação não possuía um laboratório biológico, com o Instituto Central de Biologia, onde vinha sendo efetuado um trabalho, já iniciado, de identificação dos agentes e dos tóxicos que a erva-café possuía e qual o seu efeito.

O trabalho inicial nosso, nesse sentido, foi de colher material e entregá-lo à Universidade, para estudos, que se vêm desenvolvendo há muito tempo, mas que ainda não se chegou a um resultado, para encontrar os índices apropriados. Então, o trabalho está situado nesse departamento de pesquisas que está procurando, pesquisando a forma prática de combate à erva-café.

Sabemos que, na época da seca, o gado vai para junto da mata e ingere a erva-café, ocasionando a grande incidência de morte.

O combate com herbicida é trabalho totalmente experimental, porque o herbicida destrói a erva-café. Mas acontece que há certas raízes da erva café que continuam brotando. Estamos, como disse, em fase totalmente experimental para saber até que ponto é econômico o uso do herbicida no controle da erva café. O trabalho nosso não é totalmente novidade e já vem sendo efetuado no Instituto Biológico de São Paulo, com o uso de herbicida. Mas, de qualquer maneira, estamos nos ocupando com as condições próprias do serrado, que é diferente na dissolução do herbicida, quanto à quantidade de tóxico que possui, porque essa erva café varia, na sua espécie, de região para região, como disse inicialmente.

Estamos totalmente na fase experimental, iniciada na Granja do Ipe, e vamos tratar agora de iniciar na estação da seca em propriedade particular, onde se notará efeito muito melhor, inclusive ganhando a confiança dos pecuaristas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Estou satisfeito.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Vou terminar rapidamente e quero apenas esclarecer esta minha pergunta quanto aos cem hectares, porque a notícia que tenho é de que, nesta região, o terreno comporta uma res para cada cinco hectares.

Confesso data veniz, a minha dúvida quanto ao resultado econômico de uma granja dessas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Nobre Senador, uma res para cada cinco hectares, é um negócio bruto...

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — O preço para cuidar dessas capineiras, ração balanceada, melação, enfim, todos esses elementos para manter o gado confinado, confesso minha dúvida quanto ao resultado econômico. Desejo que dê certo e o resultado seja bom. Pessoalmente, não entraria num negócio desses. Desculpe minha franqueza.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Na oportunidade em que V. Ex^a visitar a Granja Tamandua, poderá verificar que não há dúvida quanto aos resultados da exploração econômica das terras do Distrito Federal, do cerrado, para a pecuária, com a introdução das novas espécies de forrageira de alta resistência para períodos de estiagem. A área, por exemplo, que comporta uma res por alqueire ou cinco hectares vai comportar dez reses.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Mas com adubação.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — As vezes sem adubação, porque nas margens dos córregos, onde a terra é melhor e mais úmida, a necessidade de adubação seria apenas para efeito de integrar na forragem os elementos, os sais minerais, que podem ser supridos no sal na coqueira. Mas, com o desenvolvimento da forrageira, há necessidade de adubação, como se faz mesmo quando a terra é árida, muito pobre, tanto mais que com experiências confirmadas de que, por exemplo — como frisou o Ilustre Deputado Breno da Silveira — o capim que se vê nessas superquadras vazias, assim como nas margens do Eixo, se desenvolve muito bem. É ótima forrageira. É a cana de açúcar, onde se planta ela dá.

Sou fazendeiro que sempre trabalhou, aprendeu mesmo a trabalhar, pelo método mais empírico. Sou filho de fazendeiro daquela região, oeste de Minas, em que a lavoura e a pecuária se exploram em termos os mais primários. Não tenho hesitação em dizer que, sem dúvida nenhuma, a pecuária poderá atingir índices satisfatórios, com a sua adaptação, sua recuperação, exploração racional.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Agradeço a informação de V. Ex^a.

A última pergunta. V. Ex^a declarou que está dando assistência creditícia ao lavrador pelo que eu pude compreender, o chamado "crédito dirigido". É a própria Secretaria que está fazendo estes trabalhos de direção, de seleção de planos para os pequenos agricultores?

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Pelo que compreendo, o plano da Secretaria é em convênio com o banco, que está com dinheiro e financiará o desenvolvimento dos trabalhos executados pela mesma. A Secretaria dá a assistência ao planejamento e execução dos planos.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Há também, no Es-

pírito Santo, um Banco que entra em entendimento com a ACARES, que então orienta este crédito com um resultado extraordinário.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — A ACAR tem convênio com a Secretaria e está atualmente atuando no Distrito Federal. E com ela estão integrados os técnicos da Secretaria. Está fazendo este trabalho perfeitamente.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — O resultado é o mesmo.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Nós custamos muito a conseguir implantar o crédito agrícola. Mas a combinação da Secretaria com ambas as entidades, no sentido de amparar esse crédito, já orientado, é uma necessidade imperiosa, porque o agricultor obtém o crédito, mas se ele não o aplica dentro daquela finalidade e, sem a devida orientação, o crédito passa a ser uma causa de empobrecimento, porque, quando vence o prazo, ele é obrigado a pagar, e, não obtendo resultados, ele se vê obrigado a vender o seu rebanho para pagar as suas dívidas. Daí porque é sempre aconselhável ter orientação sobre a aplicação do crédito.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERGH — Agradeço a V. Excelência a atenção dispensada e quero felicita-lo, e aos seus auxiliares, aqui presentes, pelos trabalhos da Secretaria.

Eu reputo a Secretaria mais importante do Distrito Federal, como devia ser o Ministério mais importante deste País, o Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Eu teria pouco a acrescentar, como Relator; e minha função é de somar, de ouvir. Apenas quero, nesta oportunidade, dirigir-me ao Sr. Secretário da Agricultura, de Brasília, para fazer-lhe algumas perguntas.

Primeiro, em tema, apenas para completar alguns esclarecimento que já tenho, dos debates havidos. Sua Excelência indagou há pouco se nós sabemos que Brasília, como todo o planalto, tem uma natureza peculiar. Talvez muitos nordestinos não conheçam o sofrimento do fazendeiro dessa região, que, exatamente, sofrem seis meses consecutivos, sem hiato, sem um pinga d'água. E, inclusive, o grau higrométrico nesta região, chegou mesmo em Brasília, antes do verde da grama, certo ano, em 1963, a 11% — o que é um negócio quase que contra a vida humana.

Estamos hoje, enfrentando a última seca, chegando no momento a 38% e 40% na densidade higrométrica, quando em Brasília temos 13% a 14%. Isto é um problema sério, gravíssimo.

UM APARTEANTE — (Inaudível).

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Claro Não sou contra o excesso de grama. Sou contra o excesso de grama, o que se gasta, muitas vezes consecutivamente, no seu plantio e na manutenção. Porque o problema do gramado é o da sua manutenção, inclusive temos aqui as maiores surpresas no que diz respeito à proliferação de pragas e há outros cuidados da Prefeitura do Distrito Federal, que não são aqueles de há cinco, seis anos atrás.

O que mais me tem preocupado é perguntar se havendo até Planaltina uma área do DNOCs, ou coisa que o valha, ainda não se cogitou do problema de irrigação, da acudagem. O Sr. Senador Aurélio Vianna, por exemplo, conseguiu transformar uma pequena propriedade e recuperar mais ou menos 70% de terras péssimas pelo fato de, como nordestino, ter orientado sua atividade na construção de algumas barragens, de alguns açudes. Então perguntaria:

... não seria o caso de fazer irrigação, aproveitando-se os rios perenes que possui o Planalto, onde não falta água jamais? É uma riqueza d'água impressionante e não está sendo aproveitada na parte de acudagem, na parte de irrigação. Não seria esta uma das metas da Secretaria de Agricultura, inclusive quando se actua com essa possibilidade de patrulha mecanizada, o que facilitaria o trabalho da construção de açudes? Conhecemos o Nordeste, sabemos que se fizeram açudes até carregando a água com muare. Na verdade, sabemos que, no Nordeste, se faz açude com 70, 80, levando em cacembas, nos buricos, a execução durante dois, três meses, quando essa barragem é hoje feita, com trator, em três dias.

Estive em propriedades do Nordeste, onde, na mesma fazenda, eram empregados 70, 80 desses jumentos com cacembas, com cambitos, para carregarem 8, 10 pés de areia. O mesmo serviço foi feito em 80 ou 100 horas por um trator. Foram aproveitadas 30 a 40 horas e fizeram 4 açudes. O resto foi para estocagem na região.

Desejo relatar ao nobre Secretário da Agricultura do Distrito Federal, com quem nunca tive contacto algum que, quando S. Ex.^a assumiu a investidura, fez um discurso na Câmara, dando crédito de confiança na atual fase do Prefeito Wadjó Gomide. Só a um homem tinha dado esse crédito. E esse homem reencontro aqui. Dei o crédito pelo conhecimento que tenho de seu espírito público, de sua criação, inclusive homem simples, o que tem demonstrado nesta exposição, homem que não é agrônomo, mas fazendeiro, que viveu, que sofreu, que teve origem humilde, nas lutas da terra. Nesta fase do Governo, conheci V. Ex.^a e dei meu crédito, fui à tribuna e fiz um discurso.

Dava, então, um crédito de confiança a essa área da Prefeitura. E quero confessar que não me desiludi.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Muito obrigado a V. Ex.^a. O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Quero, então, nesta oportunidade, fazer essa indagação sobre açudes e barragens.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Realmente, a falta de água é um dos fatores limitantes da produção. A solução do problema de estiagem na região do Planalto constitui uma das metas da Secretaria da Agricultura, através da agudagem e da irrigação. Com os pequenos recursos de que dispomos, dentro da administração, estamos fazendo um barragem em Vargem Bonita para irrigar 1.600 hectares. É um centro bem próximo daqui, 18 Km. que se destina à horticultura, com lotes de 12 hectares. Essa barragem deverá ficar pronta em outubro e já estamos procedendo aos estudos de abertura de canais e dos projetos de irrigação. Estamos fazendo outra barragem, na região de Rio Preto, e outra em Taguatinga, Ribeirão do Gama, que possibilitará a irrigação de 1.500 hectares. Eu trouxe a Brasília um técnico altamente especializado e de larga experiência no Rio Grande do Sul, com 25 anos de experiência em irrigação. Ele ficou surpreendido com as possibilidades de aproveitamento dos cursos de água perenes no Distrito Federal e me afirmou que o Distrito Federal poderá ser quase todo irrigado, com o aproveitamento dos seus próprios cursos d'água. E, só com a represa do Rio Preto, se poderá irrigar 20.000 hectares, serviço de maior vulto que a Secretaria enfrentará com solução de um problema de infraestrutura.

Iremos, também, realizar estudos quanto à utilização de poços artesianos onde os cursos d'água sejam mais distantes. Já firmos convite

nesses sentido a firma especializada do Rio de Janeiro, a T. Janer. Iremos fazer também, para os horticultores pequenas barragens, financiadas, o que, aliás, é feito também pelo Banco do Brasil. É um problema que vamos atacar e constitui meta prioritária da Secretaria de Agricultura.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Congratulo-me com V. Ex.^a. Esse assunto não poderia ter fugido ao seu descortínio como administrador.

Já que falou em financiamento, sei de exemplos de que o Banco do Brasil está financiando, para certas áreas da pecuária de Minas, de Goiás, um caminhão de sal. Sei mesmo que há certo tratamento específico no programa do arroz. Hoje a produção de arroz, em Goiás, é imensa. Parece-me que há um órgão específico que supervisiona a parte da Secretaria, a parte do consumidor. No Rio Grande do Sul há grande produção, nessa área vizinha de Brasília temos este ano a maior produção de arroz dos últimos dez anos, é impressionante.

Durante o mês de fevereiro foi uma surpresa para nós o índice pluviométrico como se manteve, houve um resultado fantástico. Mas foi um resultado fantástico em matéria de produção de arroz e de milho. Vamos ter duas grandes safras assim.

Eu perguntaria se não seria bom para a Secretaria de Agricultura de Brasília: uma supervisão, visitas feitas por agrônomos ou elementos naturalmente da Secretaria, a essas regiões, principalmente para a verificação da possibilidade de melhoria da colheita do milho dessa região.

Por outro lado, houve uma campanha, ano passado, que deu grande resultado no Brasil. Inegavelmente, essa campanha foi uma novidade que pegou e deu resultado. E eu perguntaria: essa campanha não vem sendo feita, ninguém está cuidando de como se vai colher o arroz e onde vai ser armazenado o milho? Porque todos sabem que continua o velho sistema, em Goiás, de fazer montanhas de milho e montanhas de arroz em casa, e, às vezes, ficam de uma safra para outra — V. Ex.^a que é Senador por Goiás, sabe disso perfeitamente — e sujeitas a ratos e a tudo. Eu perguntaria, então se não seria interessante — e o arroz já está amarelado — o Banco Regional de Brasília mandar emissário para ver se seria possível a compra. Hoje, a situação é esta: hoje, se vende um bezerro, na Região de Corumbá, a preço vil, como também se vende a saca de arroz ao preço de 4 ou 5 mil cruzeiros antigos e o sujeito que vai comprar o entrega, talvez, ao Banco do Brasil a 15 mil cruzeiros antigos.

Então, na defesa do pequeno arrendatário, do meiro, eu perguntaria: será que a Secretaria de Segurança de Brasília poderia entrar em contato com o Banco Regional de Brasília para que este dê, ali, o seu sinal de p. sença e, assim, um passo à frente para a manutenção do status quo, e em outras regiões que produzam em torno do Distrito Federal.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Esse problema, ilustre Deputado, realmente está afeto, o órgão específico — a CIMRAZEM, que atua no âmbito federal, inclusive aqui em Brasília, onde ela tem armazéns para estocagem.

Por outro lado, a produção de arroz do Distrito Federal é inexpressiva. Daí, confesso, não tivemos a preocupação do problema, mas aceito a sugestão de V. Ex.^a.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Nas zonas econômicas do Juruá a produção de arroz é impressionante, como também a zona do Uruguai, no Maranhão.

Brasília teve essa grande vantagem de bem perto ter grandes áreas que, aproveitadas em produção de frutas, arroz, etc., não faltará nada, aqui.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — É um problema que depende também de comercialização e de transporte. E é talvez, também, um problema bancário.

(Por falta de energia elétrica a gravação é interrompida)

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Perguntaria ainda a V. Sa., sobre o arame farpado que é levado à revenda pela Secretaria, se é importado ou nacional.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — É importado.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Em que base?

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — Está sendo vendido na base de vinte e dois mil cruzeiros, mais ou menos, por rolo de quatrocentos metros. Vendemos esse arame sem lucro algum.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Tenho ainda uma pergunta importantíssima a fazer a V. Sa., com relação ao problema dos frigoríficos e dos matadouros. É um problema muito sério e que está ligado a toda a produção e à pecuária nossa. Então perguntaria a V. Ex.^a, com relação ao frigorífico que temos em Brasília e aquele que fica perto de lá, em Planaltina.

O frigorífico de Brasília é frigorífico iniciado em Planaltina, lá perto da cidade limitrofe. Eu perguntaria que tipo de frigorífico é aquele de Brasília, que tudo fazia crer que fosse iniciativa de matadouro de vulto, moderno. Falu, está parado? Porque tenho a impressão de que se há um problema nas suas áreas de Planaltina e Brasília devia ter providências imediatas da Secretaria no tocante a problema modernizador desses matadouros.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — O problema do matadouro foi um dos problemas mais graves e tormentosos da Secretaria. Instalaram-se aqui em Brasília matadouros sem as mínimas condições, mas, eram necessários, porque o abastecimento de carne no Distrito Federal não se fazia somente com carne importada, que era em geral congelada. Daí, a tolerância das autoridades em permitir que esses matadouros, que não tinham condições nem recursos necessários para um empreendimento de grande vulto, funcionassem em condições ainda que precárias. Instalou-se um matadouro frigorífico na região de Planaltina, sob o controle, supervisão e fiscalização do Ministério da Agricultura pelo seu órgão próprio. E, sem as condições mínimas satisfatórias, instalou-se esse de Brasília, mas esse grupo fracassou porque, por questões financeiras, desentendimento entre os sócios. E, esse matadouro não funcionou. Há outros matadouros em outras áreas em número de 9, sendo 6 de bovinos, 1 de suínos e outros de aves. A Secretaria, quando assumi tinha um plano para uma região próxima ao São Bartolomeu, em que estava prevista a instalação de todos os matadouros e frigoríficos, que ficariam concentrados neste local.

Mas depois o Departamento de Águas e Esgotos fez um projeto de construção de uma grande barragem naquela local, para abastecimento de água do Plano Piloto. Esta área ficou prejudicada. Resolvemos definir outras áreas, em vez de um ponto só, para atender às facilidades de fluxo de animais. Escolhemos três regiões, que já foram demarcadas e, logo em seguida, os terrenos serão vendidos ou arrendados. Uma região fica em Brasília, uma em Planaltina e a terceira nas proximidades do Córrego Santana.

Estes loteamentos foram demarcados e assim que termine a formalização dos processos, que dependem da NOVACAP, os lotes serão entregues aos que pleitearem a instalação de frigoríficos em Brasília.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Eu perguntaria a Vossa Excelência, em virtude dos inúmeros casos de falência de algumas organizações, perguntaríamos se existem organizações deste tipo em São Paulo, se existem organizações deste tipo em Minas. E então não seria, talvez — sei que há o princípio da livre concorrência — não seria o caso de trazer uma experiência de organizações, pelo menos uma, assim que pudessem inculcar confiança? Para não assistirmos ao que estamos assistindo. Não há controle nenhum no abate do gado que está sendo levado ao consumo da população, inclusive não existe aqui fiscalização veterinária. Cheguei a ver pastagens utilizadas para abate de gado. Quer dizer, o negócio é muito sério, porque não há consciência. E inclusive há roubo. O Senhor viu que ultimamente, durante os últimos meses, os fazendeiros de toda esta área ficaram alarmados com o desaparecimento de 8, 10 reses. Porque o gado é abatido em cerrado, colocado em caminhão, nem para esses matadouros vai. Então, o gado é abatido por doença, por exemplo.

O SR. JULIO QUIRINO DA COSTA — A fiscalização agora está sendo feita naturalmente com compreensão das dificuldades que enfrentam esses matadouros, instalados provisoriamente. Se for feita uma fiscalização com rigor, não terão condições de funcionamento.

A fixação dessas áreas para funcionamento de matadouros vai facilitar a fiscalização. Exatamente por isso a Secretaria resolveu fixar áreas próprias, só para a instalação de matadouros.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Sr. Presidente, já que se tocou em carne, não podia deixar de lado o problema do leite, que é, realmente, um dos problemas sérios a solucionar aqui em Brasília inclusive.

Quando a Cooperativa aqui se organizou sua organização notadamente nesta área e aqui quero chamar a atenção do Sr. Secretário da Agricultura essa Cooperativa em que põe o elemento da melhor envergadura nessa direção — homem do melhor gabarito moral — há uma coisa básica técnica que é justamente a não organização da bacia leiteira nesta região.

Essa Cooperativa vive dos produtos que vêm de outros Estados; vive do excesso de leite recebido de fora. E quando na seca há o desaparecimento do leite (porque sabemos que o fazendeiro goiano só ele é que tira o leite e tira-o mal; ele esgota o seu gado fora de hora; vai para o curral tarde) surge esse problema sério e complexo da falta de leite aqui nesta cidade.

Fui produtor de leite, cheguei mesmo a entregar leite num tipo em Taguatinga; em seis anos de Brasília pude ver esse problema e analisar essas dificuldades bem de perto.

O fato é o seguinte: o problema só será resolvido quando estiver organizada a bacia leiteira nessa zona agrônoma vizinha e com o estabelecimento de um posto de resfriamento na área de Planaltina para receber o leite daquela região que virá para a usina. O que acontece, atualmente, é que o atravessador compra o leite, inclusive com a participação de gente da própria cooperativa, ao preço vil de noventa ou cem cruzeiros velhos e passa-o a uma rede de recolhimento desse leite, em condições de higiene péssimas. Naturalmente que as condições de ordenha desse leite também são péssimas, gado sem nenhum controle a maior parte. Considero grave

o problema da cooperativa de leite que manipula, que usa do próprio Governo, que inclusive goza de todas as benesses de uma legislação com sacrifício de muitos que estão ali. Tenho a impressão de que, se não houver providência das mais energéticas da Secretaria de Agricultura naquele órgão, que está numa fase de novas eleições — já houve uma reviravolta das mais espetaculares na campanha de renovação dos mandatos daqueles que ali estão — é porque não há interesse. Eu e os fazendeiros que conheço da minha região não nos sujeitamos a entregar o leite a um atravessador, quando as cooperativas de leite de Minas e São Paulo dispõem de viatura da própria cooperativa para colhar o leite nas próprias fazendas — e não é o atravessador, o qual fica naturalmente com todos os lucros, todas as vantagens do programa.

Lamento abordar tema um tanto assim, sério. Mas é preciso que as autoridades estejam com muita autoridade, neste momento, para que se saiam bem da crise, que deverá, novamente, atingir Brasília dentro em breve. Então continuaremos a fazer o que fazíamos, a ser subsidiários de Goiás, em cuja produção existem centenas de usinas de pasteurização. Essas usinas tiveram planos que ficaram arquivados durante anos, para quando inauguradas não resolverem coisa alguma.

O SR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Estou preocupadíssimo com a situação das cooperativas. Sei, de conhecimento próprio, que, por falta de mentalidade cooperativista, ou por outros problemas, a coisa não vai bem. Eu mesmo, dentro do Distrito Federal, a uma distância de sessenta quilômetros da usina, vendo o meu leite, nos currais, a cem cruzeiros enquanto aqui — é vendido ao consumidor por 350 cruzeiros antigos. Evidentemente para quem se preocupa com todos os problemas que possam afetar a agricultura, a pecuária e o abastecimento, não pode ficar alheio a esse problema.

A minha esperança, Sr. Deputado, respeitando princípios que devem nortear a organização e funcionamento das cooperativas, é que essa próxima diretoria coloque bem o problema, e procure solucioná-lo com todo o apoio da Secretaria, que não faltará, em momento algum. Se precisar de estradas, vamos fazer estradas; se precisar de financiamento, para aquisição de caminhões, vamos financiar. Pelo Banco Regional nunca foi negado, particularmente para aquisição de animais. Há perfeito entendimento com a Secretaria de Agricultura, inclusive para transporte, inseminção artificial, reprodutores, constituindo uma série completa de medidas para formação da base leiteira que convenhamos não se faz de um dia para outro. Essa base leiteira, dentro de um padrão razoável, estará formada em Brasília. Não haverá o problema de abastecimento de leite.

Nossa esperança é que a próxima diretoria que assumir a direção da Cooperativa solucione o problema. Não há interferência da autoridade na eleição. Ela se faz livremente. Mas estamos acompanhando com todo interesse. Desejamos que a próxima diretoria assuma a direção com os melhores propósitos, a fim de solucionar o problema dos agricultores do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO BENO DA SILVA (Relator) — Considero-me satisfeito, Sr. Presidente, e, mais uma vez, confesso que não foi surpresa para mim, porque a mensagem de esperança que tinha na administração Wadjo Gomide na parte de agricultura — hoje posso afirmar em duas

áreas, com a inclusão da Secretaria de Educação — foi confirmada. Durante algum tempo preocupamo-nos com a queda do padrão de ensino, uma das mais terríveis que houve na gestão Plínio Cantanhede.

Houve uma medida bem positiva que foi a presença, na Secretaria da Educação, do nosso colega, ex-Deputado Ivan Lul. É um homem de alto gabarito moral, incansável e, inclusive, na oportunidade em que, por duas ou três vezes, pude debater com S. Exa., foi sobre o vazio educacional nas áreas agrícolas que falamos. Acho que S. Exa. deveria se firmar com o Sr. Secretário da Agricultura para que, nessas regiões, possa haver a presença da educação, através mesmo de convênios com as prefeituras, como, por exemplo, em Padre Bernardes onde a educação é completamente inexistente. Acho que essas áreas precisam entender-se melhor e naturalmente, levando em conta também a saúde que é outra faixa em que nada se realizou.

O SR. JÚLIO QUIRINO DA COSTA — Informo a V. Ex.^a que, na área rural de Rio Preto, como em outras regiões, quando assumimos a Secretaria, as escolas não estavam funcionando. Mas, graças a esse entendimento de equipe que rege essa administração, pudemos, imediatamente, fazer funcionar as escolas de Rio Preto, do Jardim e de Vargem Bonita e assim, também, instalar no Rio Preto um posto de saúde, para atender Tabatinga e Rio Preto.

É verdade que, às vezes, morria gente lá e era enterrada lá mesmo. Isso é uma situação simplesmente vexatória para o Brasil dentro do Distrito Federal.

Graças a esse espírito de equipe, esse empenhamento total na administração, os problemas estão sendo remediados e agradeço a V. Ex.^a, profundamente sensibilizado, essa confiança que V. Ex.^a vem depositando em minha pessoa.

Isso para mim é motivo de estímulo, mas posso assegurar a V. Ex.^a e aos demais membros desta Comissão que talvez seja eu, sem falsa modéstia, o mais limitado desta equipe que está administrando o Distrito Federal.

Existe, realmente, uma lacuna na divulgação, no diálogo com os Senhores Congressistas, que tanto se interessam pelos destinos do Distrito Federal, mas vamos também sanar esta lacuna, procurar melhor entendimento, melhor empenhamento com a Câmara dos Deputados, com o Senado. Lá nas Secretarias, em qualquer órgão da Prefeitura do Distrito Federal, até o Gabinete do Senhor Prefeito, estaremos de portas abertas para todas as informações. Lá V. Exas. podem tomar conhecimento do que se passa na administração da Capital da República, podem ter um verdadeiro retrato do esforço dessa administração no sentido de remover os males que se vinham acumulando, criados naturalmente por influência de uma mudança repentina, que temos procurado remover para que, assim, a administração, com o apoio indispensável do Congresso, possa realizar a sua missão de tanta responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Sr. Dr. Júlio Quirino da Silva, posso dizer-lhe que encerramos esta reunião com chave de ouro. V. Ex.^a fez belíssima exposição, prática...

O SR. DR. JÚLIO QUIRINO DA SILVA — Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — ... e só pego a Deus que possamos dizer o mesmo em outras oportunidades.

Está encerrada a Reunião.

ANEXO DA ATA DA 43.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968.

Integra do apanhamento Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Estando presente o Doutor Antônio Ewalo Inojosa de Andrade vou dar-lhe a palavra, a fim de que ele faça sua exposição sobre o problema que o traz a esta Comissão e, depois, como norma, fica estabelecido que cada um dos membros da Comissão terá 10 minutos para fazer considerações a respeito do depoimento do Dr. Inojosa e, também, formular perguntas que possam esclarecer o problema sobre o qual ele vem a esta Comissão.

Tem a palavra o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Doutor Antônio Ewalo Inojosa de Andrade.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Excelentíssimo Sr. Presidente, Senador Fernando Corrêa, Excelentíssimos Srs. Senadores e Deputados, é um grande prazer para a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool poder dar um depoimento à Comissão de Agricultura do Senado Federal, a respeito da economia açucareira nacional.

Evidentemente, pela complexidade do setor açucareiro nacional, talvez não possamos aqui destacar todos os episódios que envolvem esse setor de maior importância para a economia brasileira; e, principalmente, para uma economia subdesenvolvida como é do nordeste.

Quando fomos convidados pelo Ministro Macedo Soares para ocupar a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool, para ocupar uma função pública e como produtor, liderando uma classe muito ativa, o empresariado alagoano, conhecíamos por demais o problema do açucareiro, de um início que, provavelmente, não era do conhecimento do Governo de então. Por essa razão, estruturando uma assessoria, começamos a pôr em prática algumas medidas para salvaguardar a indústria açucareira nacional, naquilo que considerávamos o caos, naquele momento quase iminente.

Os estoques acumulados no Brasil, todo contingenciamento da produção incompatível com qualquer empresa, a falta de recursos para fazer a defesa da produção, que exigia duas ou três safras, a falta, principalmente os fornecedores de cana, era toda uma série de problemas, inclusive a formulação prática do Instituto do Açúcar e do Alcool, que careciam de solução urgente, de emergência e capaz de sustentar momentaneamente, aquele anseio de solução que existia por parte dos empresários açucareiros do Brasil.

Para que V. Exas. possam ter uma idéia, encontramos uma posição de estoque, no Brasil, que representava praticamente 1/3 do seu consumo. No ano anterior, na passagem da safra, tínhamos um estoque de 164 milhões de sacas. Sabíamos, previamente que, enquanto existia pressão da oferta sobre o mercado comprador, no mercado elástico, que vem praticamente crescendo por ano, não havia condições de obter-se um preço justo para regular a atividade canieira. Partimos, então, como ponto básico, para o saneamento do mercado. Elaboramos, todo o programa do ano de 1967, baseado no programa de elasticidade das exportações, que, na época, apresentava perspectivas sombrias.

Quando tomamos posse, o açúcar estava ao preço de 20/40 dólares por tonelada, no mercado livre. Propusemos, então, ao Governo, um mercado que pudesse fazer essa venda na base de 60 dólares para o mercado livre e 120 dólares para o mercado americano. F elevamos substancialmente o

contingente de exportação como a única forma de possibilitar o saneamento do mercado interno.

Tivemos a sorte de encontrar, logo após a nossa investitura no Instituto, alguns acordos comerciais internacionais que ajudaram a suprir aqueles compromissos necessários perante o Conselho Monetário Internacional, e conseguimos fazer a venda do açúcar na média que havia sido prevista, de 72 dólares. Batemos também o "record" da produção no Brasil: 15 milhões para o Nordeste (Pernambuco e Alagoas) e 7 milhões para São Paulo. Isso possibilitou que em maio de 1968, possamos ter, em vez de 164 milhões de sacas, apenas 11,8 milhões em estoque. E, dentro do programa que temos estabelecido para 1968, é nosso pensamento reduzir esse estoque para 6,3 milhões de sacas, dos quais, 1 milhão e 600 no Nordeste e 4 milhões e 700 no Sul do País. Com isso, entendemos que a produção açucareira nacional baixaria para o teto nacional a que deveria estar sendo conduzida. Dessa normalidade entre a produção e o consumo, entre a produção e a venda, teríamos, naturalmente, no sistema do açúcar, os preços da indústria açucareira, sem misturar a baixa produtividade do sistema canieiro nacional, que, apesar de produzir açúcar relativamente barato, em confronto com outros países do mundo, apresenta, por outro lado, os mais baixos níveis de produtividade do mundo. Isso é feito à custa de uma mão-de-obra de preço aviltado, uma mão-de-obra que mal tem remuneração, para poder viver e que, entretanto, tem o ônus de manter o açucareiro na pauta da exportação internacional, e mesmo na pauta do consumo nacional, a preço, senão o mais baixo, dos mais baixos do mundo.

Do ponto de vista conjuntural, tivemos que enfrentar problemas financeiros, obtendo integral apoio do Governo que, pela primeira vez, adotou um sistema financeiro que pudesse atender plenamente à despesa da produção açucareira durante o ano de 1967. Tivemos um suprimento financeiro da ordem de 472 bilhões de cruzeiros, com o qual se pôde fazer a reação despesa no Nordeste Centro-Sul, possibilitando ainda, como fato inédito, que toda produção entregue a armazéns tivesse financiamento assegurado, sem exceção de um Estado produtor, apenas com a diferença de warrantagem que existe entre o Nordeste e o Centro-Sul. Tivemos, ainda, a defesa dos recursos financeiros dos produtores nordestinos que se encontravam gravados para contabilizar, principalmente na área dos bancos oficiais, pagando o demerara integralmente, à medida que vinha produzido. O pagamento do demerara integral irá implicar na redução do custo financeiro, tendo em vista os fatores do custo de produção — terra, mão-de-obra e outros. Assim, procuramos fazer com que dois terços do financiamento fossem entregues ntes, como a maneira de aliviar a carga de custo financeiro dos empresários alagoanos e pernambucanos.

Sabemos das dificuldades existentes para o Brasil açucareiro de ter ainda de buscar, no mercado internacional, a válvula de escape para promover o saneamento do mercado interno, sem o qual teremos a derrocada da indústria do açúcar brasileiro. Voltaríamos aqui a que assistimos, há dois anos, onde nem os preços oficiais eram obtidos, e, não sendo obtidos os preços oficiais, os empresários deixavam de pagar os fornecedores de cana.

Restabelecido o equilíbrio entre a oferta e a procura, possibilitado por um mercado interno, de um lado, e de preço estável com o mercado preferencial americano, de outro lado, de preço instável, de variações violentas, como é o do mercado livre internacional, teremos de correr um re-

lativo risco, para trazer ao mercado externo quantidade substancial de açúcar que possibilite a volta do equilíbrio entre a produção e a demanda do mercado interno.

Obtida essa posição, teríamos, então, uma mudança de expectativa na produção açucareira do Brasil. E que aqueles estoques que vêm torcendo de ano para ano, para ser absorvidos, no início da safra, pelo consumo interno, deixariam de existir, o que possibilitaria ao Brasil açucareiro voltar à normalidade da produção, gerando uma boa parte de sua parcela para o seu mercado interno, e ainda, se necessário, podendo produzir para o mercado externo as mesmas quantidades, o que se daria com a elasticidade da produção nacional. Isso seria o que chamamos de a tranquilização do setor da produção açucareira nacional.

Evidentemente que esse objetivo custará sacrifício aos produtores, plantadores de cana e industriais, relativamente ao preço da cana de açúcar e do açúcar.

É dito que o Instituto do Açúcar e do Alcool devia cumprir a lei que manda fazer os preços levantados nas pesquisas oficiais, pesquisas contábeis feitas pelo I.A.A. Entretanto, há uma realidade maior do que qualquer outra, que é a capacidade do mercado. O Instituto tem o Fundo de Exportação que estabelece um quanto de recursos, que permite exportar um quanto de açúcar para o mercado internacional. A medida que fornecer para o mercado interno, terá diminuída a capacidade de exportar, e essa diminuição redundaria na diminuição da produção interna ou em estocagem do açúcar sem destino, sem saber o que seria feito desse açúcar, merando, em consequência, substancialmente, os produtores do custo da armazenagem e de custos financeiros.

Dai entendemos que há necessidade de, em 1968, à custa de qualquer sacrifício, promover-se o saneamento do mercado interno, obtendo a quantidade de açúcar indispensável a esse saneamento.

Evidentemente que o Fundo de Exportação é uma linha que delimita a capacidade do preço. Por outro lado, há outro fator que é importante: a expansão dos meios de pagamento desse inapa monetário brasileiro determina, praticamente, a elevação do nível de preços.

Não incorreríamos na levandade de estabelecer o preço de açúcar sem, concomitantemente, estabelecer mecanismo de defesa. Infelizmente, não é possível ao Brasil produzir açúcar sem que tenha, ao lado, um mecanismo de defesa que possa, na hora adequada, fazer valer as duplicatas de comercialização e garantir ao produtor que o açúcar estocado em armazéns gerais tenha imediatamente seu financiamento garantido.

Voltaríamos aquilo que foi feito há dois anos, que levou o Brasil açucareiro praticamente ao caos.

Não devemos esquecer, ainda, que temos no Centro-Sul, principalmente em São Paulo, 40% da capacidade ociosa instalada, investimento feito sem nenhum aproveitamento e encarecendo violentamente o custo de produção dessas empresas.

Essa é a realidade do quadro nacional do açúcar, que tem fixado através da exportação a sua adequação em moedas que constituiriam, no futuro, uma melhor remuneração para os produtores de açúcar, seja os plantadores de cana ou os industriais.

Para que os senhores tenham uma idéia, no ano de 1965 exportamos 57 milhões de dólares; em 1966, 82 milhões de dólares; em 1967, exportamos 87 milhões de dólares. Os níveis de preço médio dessas exportações variavam de 72 dólares, 81 e 87, no último ano, média de preço obtido nos dois mercados americanos e no mercado livre. Neste ano de 68 até

o momento, já temos vendido 101 milhões de dólares, ao preço médio de 137 dólares para o mercado americano, e 80,89 dólares para o mercado livre mundial. Dá a média de 97,74 dólares, podendo-se, assim, cumprir o compromisso que o Instituto assumiu com o Conselho Monetário, quando o açúcar custava 30 dólares no mercado livre, e obter aquela quota que se destinava ao mercado, ao preço médio de 70 dólares.

Felizmente, cumprimos bem nossa missão. Esperamos poder cumprir ainda neste ano, em defesa muito mais do produtor de açúcar que qualquer outra coisa. Temos consciência, como empresário de açúcar, que o dever desse empresário, ou o dever público, se concilia quando se põe a estudar o problema do ponto de vista da economia nacional.

Esta é nossa preocupação dentro do I.A.A. Para isso estamos um programa de produção para o ano de 68 que possibilitará a expansão de 69 milhões de sacas para 113,6, ou seja, o acréscimo de 2 milhões de sacas, garantindo paralelamente a redução dos estoques a um nível que consideramos o ideal para o Brasil, porquanto jamais poderemos deixar de ter estoque de açúcar que assegure ao consumidor um abastecimento tranquilo, sem problemas de criação de filas nos grandes centros consumidores.

Há sempre a necessidade de se ter o estoque que chamamos de "estoque regulador", ou seja, um estoque que poderia abastecer o Brasil durante 2 meses.

Esse estoque serve também para que, em decorrência de qualquer eventualidade que venha a ocorrer, inclusive no próprio Brasil, não se deixe o país de um momento para o outro, sem possibilidade de auto-abastecimento.

A manutenção do estoque, bem como a armazenagem, corre por conta dos produtores.

Por outro lado, estamos elevando o estoque "Demerara" de canaína a reduzir os custos de financiamento do produtor, de forma que o "Demerara" irá arcar com o ônus financeiro do estoque Demerara, tanto assim que haverá elevação do "Demerara" de 5,6 milhões de sacas, em 1968, para 1,4 milhões de sacas em 1969.

Entretanto, é bom que se diga que esse açúcar está todo vendido. Temos que entregá-lo até o fim de dezembro. São compromissos assumidos pelo Brasil que, inclusive, já conta com carta de crédito aberta, e o Brasil deverá entregar, até dezembro, a quantidade de açúcar contratada.

Temos ainda vendido, por conta da próxima safra, 50 mil toneladas de açúcar, o que equivale, praticamente, a 850 milhões de sacas de açúcar.

Do ponto de vista financeiro, pelos estudos elaborados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, nós deveremos passar com estoque máximo de Demerara, no próximo ano, de 15,5 milhões de sacas. Esse é o estoque máximo de sacas que poderá ocorrer no Brasil, enquanto o estoque máximo de Cristal deverá chegar à casa de 25 milhões de sacas.

Isso fará com que, para as despesas da produção açucareira, o Governo destine, a esse setor, 581 milhões de cruzeiros novos, o que é, realmente, um investimento impressionante, mas indispensável para se promoverem as despesas da safra açucareira.

Deve-se acrescentar que, no ano passado, obtivemos do Governo 352 milhões. Evidentemente, não teríamos condições, por força da limitação da capacidade do fundo de exportação, e por força, ainda, da elasticidade de pagamento do Governo, de elevar o preço a um nível que estivesse acima daquele nível que o Governo admitiria como elasticidade de pagamento e elevar, ainda, a um nível competitivo com a segurança de exportação, porque isso seria como um crime contra a indústria açucareira nacional.

Quanto aos aspectos culturais o que o Instituto tem realizado leva a crer que existem problemas culturais que devem ser encarados com realidade.

Dentre eles, dentro da estrutura da produção, lá que mencionamos os embarques de açúcar, tratados com a Terminal Açucareira de Pernambuco quando o Instituto investirá perto de 30 milhões de cruzeiros, o que pode dar um diferença de até 3.000 cruzeiros por saca. E só teremos 5 milhões de sacas por ano, e obteremos a curto prazo, um investimento recuperado para a economia do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Por outro lado, possibilitará a economia nordestina reduzir o impacto que causa, no diferencial de preços que existe entre Norte e Sul.

Temos praticamente quatro mil cruzeiros de diferença entre o custo de produção do Nordeste e o custo de produção do Centro-Sul.

Sentimos que se pode, através de uma racionalização, dividir essa diferença.

Com essa terminal no Nordeste, teríamos capacidade maior, o que asseguraria o livre emprego indispensável para a tranquilidade econômica, mas principalmente social, na área nordestina.

Por outro lado, temos ainda, e principalmente no Estado de Pernambuco que proceder a uma racionalização da estrutura agrícola.

As pesquisas realizadas, não só com o empresário de açúcar mas com estudiosos dos problemas do Nordeste nos levam a crer que, a curto prazo, se não houver uma modificação estrutural agrícola no Nordeste, principalmente em Pernambuco, não haverá condições para se implantar, para se desenvolver esse parque industrial que está sendo posto lá, através do artigo 24 ou através da SUDENE.

Se não criarmos uma elevação do nível de renda da população rural do Nordeste não teremos condições de criar um mercado capaz de absorver os produtos que vão ser produzidos, pelas indústrias novas que lá se instalam, e como esse setor afeta principalmente a agro-indústria do açúcar é pensamento nosso, através do mecanismo do incentivo de que o Governo dispõe, obter a curto prazo, a adoção de esquemas que permitam a reformulação agrícola a níveis compatíveis com a economia açucareira sem prejudicar o empresário propriamente dito, e mais, beneficiando a economia nordestina, garantindo mercado capaz de absorver aqueles produtos que, evidentemente, serão produzidos de futuro, no Nordeste.

Estes dois pontos, a modificação da infraestrutura do sistema de transporte do açúcar e do embarque, saindo do embarque ensacado para o embarque a granel, com terminais os mais modernos dos que têm instalado no Mundo, e a modificação da infraestrutura agrícola nordestina, considerados como pontos básicos, da política a ser emanada ou seguida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

No Centro-Sul encontramos os problemas muito mais conjunturais do que estruturais. Entretanto, por exemplo, em São Paulo, uma crise financeira que pudessem ser resolvida, simplesmente, com o financiamento de "Warrantagem". Encontramos uma crise financeira em decorrência de má comercialização e, a momento em que, através do mecanismo de incentivo financeiro de que dispõe o Instituto conseguimos, inclusive dos empresários, a organização de cooperativas, o problema ficou inteiramente equacionado, facilmente de ser resolvido, o que não ocorre no Nordeste.

Por essa razão é indispensável que o Poder Público, através do poder do Instituto, dê muita atenção ao problema do Nordeste, na questão de uma solução que venha a resolver, de forma definitiva, aquele impasse que lá existe. Como Presidente do Instituto

contrariamos a tese que foi levantada, na presença do Presidente Costa e Silva, em Pernambuco, da distribuição dos dois hectares, porque consideramos, do ponto de vista técnico, uma estupidez, e do ponto de vista político, também insensato.

Não vamos como o Governo, que deve examinar os problemas do ponto de vista técnico, pudesse admitir uma medida que seria inteiramente demagógica. A solução do Nordeste não está em distribuir dois hectares de terra a ninguém, está em fazer reforma agrária como deve ser implantada, com coragem, honestidade, com seriedade, e a parte que couber ao Instituto do Açúcar e do Alcool ele fará. O Instituto está disposto a utilizar todos os mecanismos de que dispuser a fim de acelerar a reforma agrária no Nordeste.

Acresce que no Nordeste há ainda fenômenos interessantes: o Brasil todo, nós tivemos que contingenciar a produção. No Nordeste existe o plano de safras estipulando, para Alagoas, cinco mil e novecentas sacas; para Pernambuco, doze mil e novecentas sacas, mas a realidade social no Nordeste predomina sobre a realidade econômica e aqui tivemos que elasticar essa produção, a fim de não gerar, durante o ano, o

é março — que são meses em que só há atividade praticamente na zona canavieira — o desemprego quase geral em toda a zona canavieira. Por esta razão dizemos que, contrariando a boa norma de política econômica açucareira, seria melhor manter o contingenciamento da produção, elasticar-se essa produção de 12.900 para 14.500, em Pernambuco, e 5.900 para 7.900 de Alagoas.

Evidentemente, como empresário, recebemos, desde a primeira hora, que aquela não seria uma solução econômica para o empresário.

Seria apenas uma solução para manter o nível de emprego porque o empresário nordestino ainda tem a ilusão de que, pelo fato do financiamento do açúcar no Banco do Brasil, ele está formando produto bruto, mas é pura ilusão porque o açúcar vai para o armazém, vai pagar juros de "warrantagem", vai pagar armazenagem, sem poder entrar no mercado e só se poderia considerar produto bruto com a entrada do açúcar no mercado.

Entretanto, atendendo ao problema social, autorizamos o atendimento dessas necessidades de produção a fim de evitar nova crise de desemprego, em Pernambuco e em Alagoas, principalmente em Pernambuco.

Isso foi feito durante o ano de 1967, e esperamos, através de outras opções que estamos buscando no mercado internacional, e que é uma tentativa de experimentação no Estado de Pernambuco, que é a produção do mel rico, buscando assim também outra parte do mercado, para a produção açucareira brasileira, esperamos, no ano de 1968, através da produção do mel investido, obter uma produção para que o preço de Pernambuco e de Alagoas não quebre o contingenciamento e nem se vejam na incompatibilidade de ir ocupar todo o tempo na produção ou na exploração da cana, garantindo a manutenção do nível de emprego durante todo o período que as usinas possam garantir, ora produzindo cristal, ora o demerara ou ora envernando por outro caminho, que estamos experimentando neste momento, em Pernambuco, que é a exportação do mel investido.

É uma opção nova mas temos certeza de que os resultados serão bons pelos estudos e pesquisas que foram feitos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Do ponto de vista administrativo da autarquia propriamente dito, é necessário dizer que o Instituto, hoje, se ressentia fortemente de uma boa equipe de técnicos, não só pelo envelhecimento da maioria dos seus técnicos

cos, que começam a se aposentar, como ainda pela impossibilidade da renovação de seus quadros, à falta de meios, que não é permitido ao nível de preço que o Poder público paga a um técnico.

Por essa razão, entendemos que o órgão do Instituto do Açúcar e do Alcool, que dirige uma economia que talvez seja o maior produto bruto primário nacional, que se não for o segundo, será o primeiro — disputa *passu* com o café, chega a um trilhão e meio de cruzeiros antigos por ano — uma economia desse tipo, envolvendo os aspectos sociais que envolve, não, poderá jamais deixar de ser uma boa equipe, que possibilite ao seu Conselho Deliberativo emanar as normas da política açucareira com segurança, baseada em informações seguras.

Por essa razão é que pensamos em criar uma organização nova, que seria uma Fundação que desse ao Instituto do Açúcar e do Alcool condições de empresa privada, através da Fundação, uma maneabilidade que lhe possibilitasse correr atrás da tecnologia, de maneira a encontrar, dentro do Brasil ou mesmo fora do Brasil, contanto que pudessemos superar esse desastre de improdutividade que reina no setor agrícola, principalmente, e também no setor industrial.

As pesquisas, a melhoria de índice tecnológico é indispensável para que o Brasil possa transferir essa melhoria de produtividade, que teremos de obter, e que não é difícil de ser obtida, transferir ao nível de renda dos trabalhadores que labutam na indústria do açúcar. Inclusive, numa política sã, que procure criar mercados para aquelas indústrias que se instalam no Brasil, não só no Nordeste como no Centro-Sul, que beneficiaria não só a economia açucareira nacional, principalmente a economia nacional do seu ponto de vista global.

Senhor Presidente, de modo geral, numa exposição sucinta, era o que tínhamos a dizer. Encontramo-nos à disposição da Mesa e dos nobres Senadores para qualquer indagação ou qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Conforme ficou assentado, cada Senador dispõe de 10 minutos para interperlar.

Está inscrito, em primeiro lugar, o nobre Senador José Ermírio, a quem dou a palavra.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, ouvimos, com interesse, a exposição do Doutor Antônio Ewald Inojosa de Andrade, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Realmente, a exposição contém interessantes índices sobre a baixa produtividade, a diminuição de estoques, o terminal de açúcar que se instalará em Recife e em Maceió, e que será pago em dois anos, e finalmente — e são motivos de grandes esperanças — todas as medidas enunciadas por S. Exa.

Tenho algumas perguntas a fazer. Algumas já estão dentro da exposição. A primeira é a seguinte: qual a receita prevista pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para o ano 67/68?

O DR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Com a taxa que o Instituto cobra, de 1,57 para 1,86, adotando a correção prevista em lei, deveremos chegar provavelmente a 90 bilhões de cruzeiros.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Segunda pergunta: quais as despesas correspondentes, no orçamento, aos funcionários do Instituto?

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Há uma dotação orçamentária no Instituto de 30%. A taxa do Instituto é dividida em três estágios: 40% dela destina-se ao "Fundo de Exportação" — da arrecadação do Instituto; 36% destina-se à administração do Instituto em defesa da produção açucareira; e 24%

destina-se ao desenvolvimento da indústria açucareira, verba essa, que deverá ser aplicada através do "GERAM".

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O jornal "O Estado de São Paulo" declarou, no dia 29 de fevereiro que em 1966, a média de exportação, por tonelada de açúcar, foi de 80,12 e, em 1967, de 69,24. V. S. acaba de dizer que foi de 97,64.

Essa a razão da pergunta que se segue. O preço foi melhor, a exportação foi melhor, mas o "Estado de São Paulo" diz que baixou de 0,9% de 1966 para 1967.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Perfeito.

Prestarei o seguinte esclarecimento: No ano de 66 exportamos um milhão e onze mil toneladas, e apuramos, ... 82,33 milhões de dólares com uma média de 81,29; no ano de 1967 exportamos 1.073.439 toneladas, apuramos ... 87.146 milhões de dólares, com uma média de 37,58.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO DE MÓRES — Então há um engano por parte do jornal "O Estado de São Paulo". Ele dá uma média de 79.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — V. Exa. deve-se lembrar do seguinte fato: ao assumirmos, a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool encontramos açúcar da safra anterior, e compromissos já executados, inclusive vendas em libras.

Solicitamos do Conselho Deliberativo, com transformação de libra para dólar. O Conselho levou trinta dias para decidir. Foi uma quebra de tradição em 30 anos de existência da instituição trabalhando em libra. Estávamos sentindo que era chegada o momento de passarmos a trabalhar com o dólar, o que evitou que nosso prejuízo se ampliasse.

O contrato fomos obrigados a rejeitá-lo e passamos imediatamente a operar em dólares, mesmo assim tivemos um prejuízo de 6 milhões de cruzeiros na renda líquida.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — V. Exa. tem toda razão. No mês de fevereiro depois de depreciada a libra, a Inglaterra teve um déficit de 70 milhões de libras entre importação e exportação. Portanto, realmente, tem toda razão em fazer assim.

Há um problema também: quantos funcionários ainda possui o Instituto do Açúcar e do Alcool, em todos os seus Departamentos?

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — O I.A.A. tem, ao todo, 3.700 funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — V. Exa. acha justa essa quantidade de funcionários ou julga demais?

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Senador, para ser franco, houve modificação nos métodos de trabalho e com a implantação do cérebro eletrônico que estamos acabando de fazer, poderia, com essa racionalização, reduzir o número de funcionários para 113.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Muito bem mas ainda há o seguinte: V. Ex. já deu a previsão de 1967, agora vamos dar a de 1968. Os preços V. Ex. já deu, também. Então, essa pergunta está prejudicada, fica sem efeito.

Então qual a previsão que Vossa Excelência diz ser de 60 milhões de sacas para 1968, com as obras de vulto que estão sendo realizadas?

V. Ex. já falou sobre todos os terminais de açúcar e mais uma outra coisa.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Temos já o orçamento de 12 milhões de cruzeiros para este exercício, para superar os problemas. Dentro do corte de funcionários, temos quantidade e muito

pouca qualidade. Precisamos fazer uma previsão de qualificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Com a Fundação dentro do mecanismo legal que hoje existe, já davia dar essa modalidade ao Instituto do Açúcar e do Alcool auxiliado na produção canavieira? Quanto vem gastando o Instituto nesse setor?

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Para lhe ser franco, não poderia responder de pronto.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — V. S. poderá responder depois.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Em princípio, implantamos uma estação experimental em Alagoas em que está sendo testada uma grande variedade de canas, encontrando-se algumas de quarentena, e iniciamos o combate da cigarrinha. Contamos para isso com verbas valiosas para Pernambuco, da ordem de 700 milhões de cruzeiros e para Alagoas da ordem de 380 milhões de cruzeiros, a fim de liquidar com aquela praga.

Contratamos um técnico para encontrar uma fórmula para terminar com aquela praga da cigarrinha.

Os resultados aparentemente são auspiciosos e já encontramos alguns insetos que destroem a cigarrinha, inclusive o fungo, e o estamos combatendo através de um método que não é feito por meio de inseticidas.

Tentamos, através da Fundação, elastecer substancialmente tudo aquilo que se constitui em pesquisa agrícola e pesquisa tecnológica.

Estamos dispostos a fazer convênios com os produtores que queiram conosco manter estações experimentais porque os produtores, em convênio com o Instituto, teriam mais maleabilidade do que o próprio Poder Público.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A próxima pergunta é a seguinte: possui o Instituto agrônomos, técnicos especializados para auxiliar o plantio, colheita e transporte da cana de açúcar? Técnicos em fabricação de açúcar? Qual a verba consignada para esse fim? V. Ex. já respondeu a quase tudo porque na resposta que deu agora já incluiu tudo isso, mas falta aqui na parte técnica da fabricação do açúcar.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Senador, a tecnologia açucareira é uma pretensão de integração. Infelizmente, o Instituto do Açúcar e do Alcool que deveria ter cuidado, desde o início de sua vivência, da melhoria dos níveis tecnológicos pouco cuidou disso.

Nós não temos um laboratório, não temos um departamento de pesquisa central instalado, como têm outros países mais adiantados do mundo, em que se calcula a capacidade de uma caldeira em que se verifica como economizar vapor numa evaporação em que se verifica como cristalizar melhor o açúcar, que é um dos problemas grandes que temos hoje na exportação. Ninguém até hoje, no Brasil, instalou um citômetro para uniformizar a granulagem do açúcar.

Entretanto, é uma das exigências da lei açucareira americana isso nunca foi feito e é indispensável e necessário que se faça, não só com relação ao consumidor no mercado interno como ainda com relação ao nosso comprador, principalmente americano, que hoje nos compra perto de 600 mil toneladas de açúcar, é a premissa para 1968 a que desafiou bom produto.

Posso ainda acrescentar que, no contato que tivemos na América, os refinadores americanos se propõem a defender algumas pretensões que já levamos em defesa da cota do açúcar brasileiro, desde que nos comprometamos previamente a melhorar a qualidade do açúcar brasileiro, e que esse açúcar só fosse fornecido à América, proveniente do Nordeste. Indagava a razão e me explicava o Presidente do "Sugar Club" que era uma

questão da filtrabilidade. O açúcar nordestino tem pouca goma, pouco colóide, o que auxilia a produtividade da Cooperativa, o que auxilia a produtividade da refinaria.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Indagação inaudível).

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — A importância de 472 bilhões de cruzeiros representa o recurso que vamos receber do Governo para financiamento de "warrants" da produção açucareira nacional. Não posso responder qual o saldo provável do orçamento. O Fundo de Exportação é independente do "warrant". É um mecanismo regulado por lei específica, e, quando há saldo, passa-se de uma safra para outra. Esperamos para esta safra um "superavit" da ordem de 40 bilhões de cruzeiros. Temos que enfrentar a exportação de 1968 e devemos passar para o próximo ano, se não houver modificação na moeda, com um "deficit" de 34 bilhões de cruzeiros.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Há três anos, fiz a seguinte pergunta ao Ministro Juracy Magalhães, quando S. Exa. depunha neste Senado: Qual a razão para que o México tenha maior cota de exportação que o Brasil? A resposta foi a de que, quando o preço do açúcar subiu, o Brasil negou-se a entregar o produto.

Ainda permanece essa situação? O preço dos Estados Unidos é de 137 dólares e, em outros lugares, 60.

O SR. ANTONIO EWALDO INOJOSA DE ANDRADE — Vou pedir ao Dr. Monte Alegre Economista do IAA, que acompanhou toda essa evolução da disputa da cota americana e conhece os pormenores melhor do que eu. Estou a par do problema, inclusive fui à América com a finalidade de minimizar as dúvidas e atritos existentes, mas, repito, o Dr. Monte Alegre está muito mais capacitado para informar do que eu.

O SR. DR. MONTE ALEGRE — O problema das relações do México, na cota americana, e a sua razão de superioridade sobre o Brasil tem duas causas.

A primeira, é que o México é país muito mais antigo, como membro do mercado prioritário americano, que o Brasil.

O Brasil entrou para o mercado preferencial dos Estados Unidos em 1961, e o México havia sido admitido na Revisão da Lei Açucareira americana, em 1957, não obstante, com uma cota pequena.

Evidentemente, em 1963, quando ainda era difícil a recomposição dos estoques e reservas de açúcar dos Estados Unidos e a produção mundial era relativamente inferior às necessidades do consumo, e os preços do açúcar no mercado internacional haviam subido muito alto — US\$ 210,00, o Brasil tinha disponibilidade de açúcar relativamente pequena. E foi naquela oportunidade solicitado, pelos EUA, a participação de uma cota paralela à cota oficial que se chamava, naquele tempo — se não me engano — cota global. Era cota aos mesmo preço com as mesmas garantias mas, tipicamente circunstancial, essa cota global. As autoridades brasileiras que tinham no mercado mundial mesmo, uma possibilidade, naquele momento, de obter mais dólar do que nos EUA, hesitaram muito em atender à solução americana. Era embaixador do Brasil em Washington, aquela época, o Sr. Roberto Campos, e era Ministro da Indústria e Comércio o Dr. Micaelson, que chegou a despachar um processo autorizando o Instituto a participar da cota global. Mas o Instituto, tendo em vista problemas de mais dólar e de mais divisas acabou optando pela não participação, embora estivesse advertido pelos norte-americanos, de forçosamente em prejuízo do rateio da participação do Brasil em anos subsequentes. Estamos sofrendo esse castigo praticamente, sofremos até o ano passado, quando terminou o triênio em que as cotas de 63 tinham

influência direta na formação das médias.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — O México produz muito menos açúcar do que o Brasil.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — O México está produzindo 2 milhões e 700 mil toneladas, e nós estamos com pouco mais de 4 milhões de toneladas.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Agora há o seguinte: a última pergunta, para terminar: V. Exa. tem esperança de que a SUDENE, invista a partir de agora, na indústria açucareira? O presidente daquele organismo foi convidado a comparecer à Presidência desta Comissão até o dia 30 deste mês, de forma que era interessante estarmos a par, para quando ele chegar aqui esta mes armadas.

O SR. DR. MONTE ALEGRE — Com a maior franqueza que posso usar: dificilmente, para limitar esse capital na indústria açucareira do Norte de um lado. De outro lado, a indústria açucareira tem disponíveis 24% da safra, para fazer a reformulação.

Se chegarmos a uma receita na ordem de 90 bilhões de cruzeiros praticamente 20 bilhões de cruzeiros teremos, por ano, para aplicar no setor de açúcar nordestino.

Entretanto, os empresários nordestinos queixam-se da rigidez das normas do GERAM. Inclusive prevê a liberação das terras ociosas porque prevê o incremento da ociosidade de 50 para 65 toneladas por hectare. Em termos do Brasil, parece absurdo, mas em termos de produtividade agrícola mundial, isso ainda é irrisório.

Por essa razão, acredito que exista resistência em apresentar projeto ao GERAM. Eu como empresário, não posso crer que uma organização que necessita de capital, de se modernizar, que tem capital ocioso em terra ociosa, sinta dificuldade em transformar essa terra ociosa em capital fator de produção dos mais necessários e dos mais caros. Daí entender que não tatarão recursos para a reformulação da indústria açucareira no Nordeste, desde que o Decreto-lei nº 308 prevê recursos específicos dentro da própria taxa do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBENBERG — Sr. Presidente, pedi a palavra para um esclarecimento. Tenho de retirar-me, porque estou sendo chamado ao plenário. Dêste modo, os esclarecimentos prestados pelo ilustre Presidente do IAA nos satisfazem plenamente, nós que não entendemos muito do assunto.

Confesso que estou plenamente satisfeito com as informações prestadas e com as respostas dadas às perguntas. Porém, a minha pergunta seria a respeito da exportação do melado. Vossa Exa falou da exportação do mel enriquecido, mas o melado me parece também um mel, quase que muito fraco, e desejaria saber se há exportação para isto, qual o preço que está obtendo e as áreas onde há essa exportação.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — Nobre Senador, o melado é um mel final, o mel residual, que tem um preço que oscila entre vinte e oito dólares. O primeiro contrato feito no Nordeste — foi feito por mim, inclusive como presidente do Instituto do Açúcar e Alcool de Alagoas. Dezesseis dólares é o

preço com que temos vendido ultimamente. O limite da exportação do melado é o limite da distância entre a usina e o custo. Este é, realmente, o fator distância, tanto que é possível exportar melado do Nordeste e dificilmente seria possível exportar melado de São Paulo. Enquanto as usinas nordestinas distam oitenta quilômetros, em média, dos portos, as de São Paulo distam quatrocentos quilômetros. Por isso, os industriais paulistas os dirigentes optaram por um tipo de exportador; é industrializar o melado e exportar o álcool.

A política de exportação do melado interessa à economia açucareira nacional, e tivemos o cuidado, este ano, de resguardar o trabalho de abastecimento do mercado interno por uma revolução específica, liberar as sobras que ocorressem para exportação. Tivemos que resguardar o mercado interno porque existem dúvidas implantadas no Nordeste do Brasil, cuja matéria-prima é o álcool. Teríamos que assegurar a estas indústrias o abastecimento de sua matéria-prima. Entretanto, o excesso de mel do Nordeste que me parece oitenta mil toneladas em Alagoas e oitocentos e vinte em Pernambuco...

(Inaudível)

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — Realmente, ocorreu este fato com relação ao melhor teor de sacarose da cana concomitantemente menos açúcares reduzidos, menor quantidade de mel e ainda contribuiu para reduzir a quantidade de melado disponível melhor fabricação de demerara que, sendo um açúcar de polarização inferior ao do cristal, leva consigo um pouco de mel. Entretanto, a exportação está sendo submetida e é de nosso interesse que continue a ser exportado porque é uma faixa de mercado que interessa ao Brasil.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Existe então um controle desta exportação, quer dizer pessoas que queiram exportar ou que tenham pedidos para esta exportação tem que ter autorização do Instituto, dentro de programa estabelecido, ou é livre a exportação.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — A exportação da parcela excedente é livre, apenas para controle nosso é necessário que o exportador, que a pessoa interessada em exportar, comunique e solicite a sua cota de exportação. Mas não há dificuldade, desde que essa parcela seja excedente das nossas necessidades do mercado interno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador João Abrahão.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Sr. Presidente, desejaria fazer ainda, algumas perguntas ao Dr. Antônio Eivaldo Inojosa de Andrade, sendo que algumas delas já foram feitas pelo Senador José Ermirio. Portanto, desejo tão somente congratular-me com o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool pela brilhante exposição que faz a esta Comissão e ainda, lamentar que não estejam presentes vários dos Srs. Congressistas para que pudessem sentir a sinceridade da exposição, a capacidade de trabalho que domina S. Exa., o Presidente daquela entidade.

Como membro integrante desta Comissão desejo deixar os meus aplausos, Sr. Presidente, porque temos visto, por este Brasil afora, vários elementos ocupando cargos sem que tenham as qualidades necessárias para o desempenho da missão

Apesar de ter chegado atrasado aos nossos trabalhos, pois não tive a felicidade de ouvir, desde o início, a exposição de S. Exa., entretanto a parte que ouvi, confesso, nos impressionou pelo conhecimento de causa, pelo espírito público e pela sinceridade que revela S. Exa. Por isso quero agradecer à Presidência, uma cópia do pronunciamento, dos esclarecimentos feitos pelo Presidente do I.A.A. e em um com todo interesse fazer apleusão total desse pronunciamento.

Mas, quero que conste de a meus aplausos pela exposição brilhante feita pelo Presidente do I.A.A. nesta Comissão tão oportunamente requerida para estudar assuntos de transcendental importância para a Nação brasileira.

Congratulo-me com o Sr. Presidente do I.A.A. pela exposição que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Isso vai ser datilografado e publicado mas, antes vamos todos, em comissão, entregar ao Presidente da República.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Creio que o Sr. Presidente não entende bem o meu pedido. Como membro desta Comissão, naturalmente, no final dos nossos trabalhos teremos o relatório de tudo, mas, eu queria agora, porque desejo apreciar também para verificarmos a deficiência que existe em determinados órgãos da Nação brasileira, que prejudicam o desenvolvimento em vários setores. É essa a razão do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Os debates estão sendo gravados e serão depois datilografados devendo ser feita uma cópia que será enviada ao Dr. Inojosa para fazer as correções necessárias.

O SR. DEPUTADO BÊNÊDO DA SILVEIRA — Sr. Presidente, quero justificar-me, como Relator, perante a Comissão. Eu atendi a problemas na Câmara dos Deputados, inclusive dando minha participação com a responsabilidade que tenho como Presidente da Comissão de Saúde, e não poderia adiar, de maneira alguma, a visita do Secretário de Estado à minha Comissão, inclusive.

Fiquei preso, inclusive, aquela entrevista, na Câmara dos Deputados, até há alguns momentos, mas isso se justifica porque a presença de S. Exa. foi proveitosa dada a premência de levarmos uma palavra de esperança para a grande família açucareira do Brasil. E me coloco na mesma posição do nobre Senador João Abrahão: aguardo o trabalho taquigráfico da gravação para examiná-lo e tenho a impressão de que não será desnecessária, mais uma vez, a presença do Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, porque trata-se de uma área importante e vital para a economia do País. O açúcar brasileiro, bem como o café e a pecuária formam um tripé que talvez dê melhor equilíbrio à economia deste País, tão carente de melhores dias e que depende de administrações patrióticas e objetivas, como o do nobre representante da classe açucareira e da família Inojosa, de Pernambuco, que tão bem representa nessa área agrícola do Nordeste.

Quero justificar o meu atraso, por causa de compromissos anteriores, porque fiquei até uma hora e meia da tarde aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Ao terminar esta sessão, gostaria de perguntar ao Dr. Antônio Eivaldo Inojosa de Andrade, qual é o cálculo de tempo para ficarem

prontos os terminais de açúcar de Recife e de Alagoas.

O DR. ANTONIO INOJOSA DE ANDRADE — Posso deixar com o Senhor Presidente da Comissão as informações sobre a complementação dos terminais de Recife e Alagoas.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Embora fabricante de cimento, gostaria de alertar o Poder Executivo sobre a necessidade de apressar a construção desses terminais.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — O Instituto sendo um órgão do Poder Público, tem a prioridade para uma obra da magnitude desses terminais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Dr. Inojosa, não sou um técnico no assunto, mas gostaria de indagar, se esta minha pergunta for pertinente, de que decorre a diferença de preço entre a produção de açúcar na região Centro-Sul e a produção do Nordeste.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — Essa diferença, Sr. Senador, decorre da mão-de-obra para fazer o cultivo da cana de açúcar no Nordeste. No Centro-Sul, o custo é de 1,2 homens-dia por tonelada. No Nordeste, 3,6 homens-dia por tonelada. No Havai, não pesa a de 0,16 homens-dias por tonelada. Daí se verifica que a falta de tecnologia, a falta de melhores estudos e análises de produtividade é o que leva à marginalização do setor agrícola da cana de açúcar no Nordeste. O fator preponderante, para isso, são as condições naturais. Não somente as condições ecológicas, que, pelo contrário, são mais próprias para a produção da cana de açúcar, principalmente pelo fator da luminosidade, do que o Centro-Sul. A topografia mais diversa leva à utilização de mão-de-obra que eleva substancialmente o preço da produção de cana.

Por outro lado, o Governo, dentro do ponto-de-vista econômico-social, encontra-se com mão-de-obra não especializada, e não teria o que fazer se não fosse a cana.

Relativamente à pergunta do Senhor Senador José Ermirio, tenho a dizer que o custo de vida da Região Nordeste é de Cr\$ 16,78, enquanto na Região Centro-Sul é de Cr\$ 12,50.

A mão de obra direta do Centro-Sul é de Cr\$ 4,52 e no Nordeste é de Cr\$ 7,50.

Existe uma diferença de salário entre o Nordeste e o Centro-Sul.

No Havai ganha-se um salário de 28 dólares por dia, quase que o salário de um estado americano.

Isto demonstra a que ponto pode ser levada a mão-de-obra, desde que bem estruturada tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Dr. Inojosa, estamos muito agradecidos pela sua vinda para este depoimento, tão prático, tão verdadeira, que nada tem de açúcar. V. S. não pôs confeito nas suas palavras. V. S. fez uma exposição verdadeira, com a qual estamos muito satisfeitos e esperando que todos aqueles que, solicitados a comparecer a esta Casa, possam ser ouvidos por esta Comissão, tenham espírito prático, sejam bons brasileiros, no sentido de bem conduzir a coisa pública.

Eu o felicito pelo seu conhecimento, pela sua clareza, pelo seu patriotismo, na direção do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O SR. ANTONIO EIVALDO INOJOSA DE ANDRADE — Obrigado.

(Levanta-se a reunião, às 16 horas e 50 minutos).

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinhilber (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rau Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider. — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Lider. — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaca (RN)

Antônio Carlos SC

DO MDB

Lider. — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE
 José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE
 Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Avaro Maia
 Labão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaca
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Guay Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULAR

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Fábio Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermirio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULAR

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Fábio Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermirio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo. — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULAR

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermirio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULAR

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULAR

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermirio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULAR

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Fábio Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE**

TITULAR
Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moua Andrade
Fernando de A.
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrão Portela
Jose Leite
Leotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mario Martins
Aureli. Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antonio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**SUPLENTE**

TITULAR
Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Julio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nequeira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórrès
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE**

TITULAR
Paulo Tórrès
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDI

Oscar Passos
Mario Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**SUPLENTE****TITULAR**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórrès
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE****TITULAR**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tórrès
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE****TITULAR**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Mata
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Ruy Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

$\gamma \in \{1, 2, 3, 4, 5\}$

PREÇO DASTE EXEMPLAR: NCr\$ 0,10